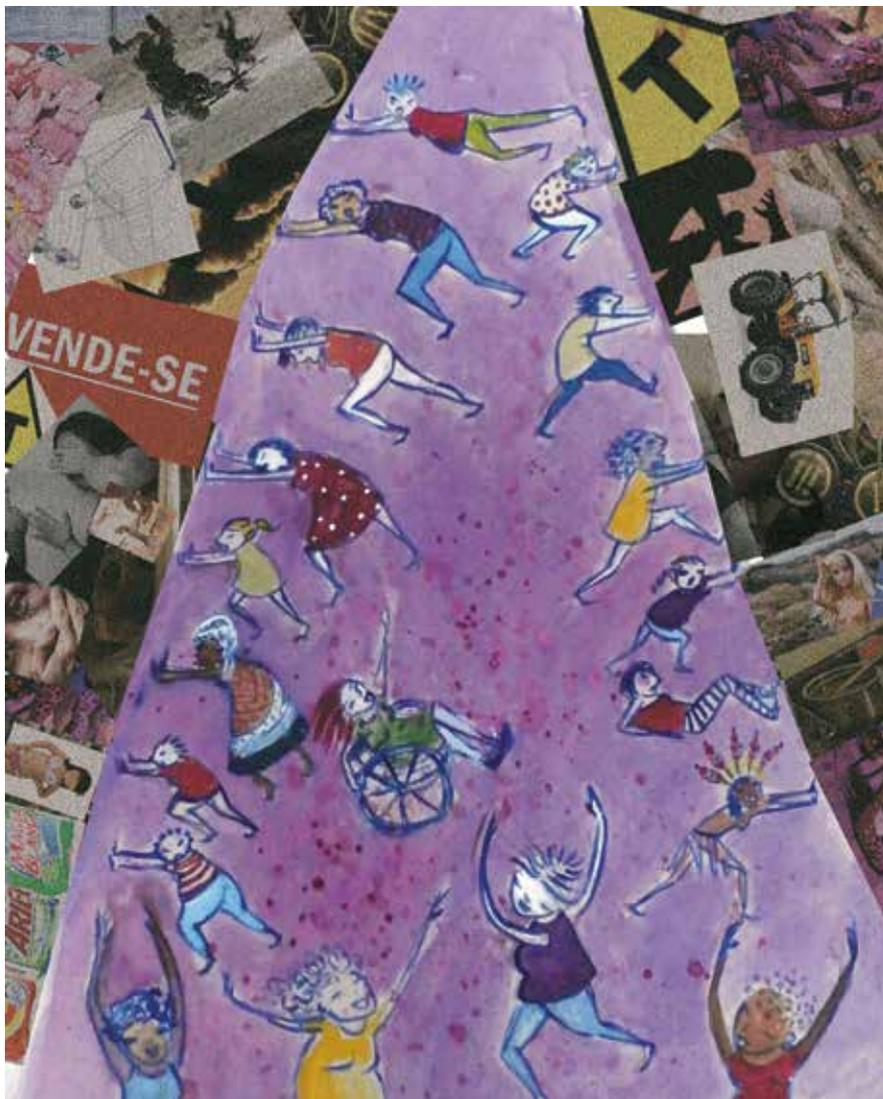


FEMINISMO, ECONOMIA E POLÍTICA



DEBATES PARA A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES

RENATA MORENO (ORG.)



FEMINISMO, ECONOMIA E POLÍTICA

DEBATES PARA A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES

SÃO PAULO, 2014

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

Formação de lideranças e articulação do movimento de mulheres: autonomia econômica como parte da estratégia de combate à violência contra as mulheres
Convênio nº 756004/2011 SPM/PR



Diretoria

Táli Pires de Almeida – Presidente
Marilane Oliveira Teixeira – Vice-presidente
Maria Luiza da Costa – 1ª Tesoureira
Juliana Terribili Novaes Santos – 2ª Tesoureira
Vera Lúcia Ubaldino Machado – 1ª Secretária
Denise Gomide Carvalho – 2ª Secretária

Equipe

Nalu Faria – Coordenadora geral
Miriam Nobre
Sonia Coelho
Maria Fernanda Marcelino
Renata Moreno
Sheyla Saori
Lais Sales Costa – Gerente administrativa
Andreia Dias Pereira
Elaine da Silva Campos

Apoio e Manutenção

Antonio Pinheiro Maciel Filho

SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36
05417-080 – São Paulo – SP
Fone/fax: (11) 3819-3876
www.sof.org.br
sof@sof.org.br

Equipe Editorial

Produção editorial, preparação e revisão: Todotipo Editorial
Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol
Ilustração da capa: ©2014, Biba Rigo

Coordenadora editorial: Maria Otilia Bocchini

Impressão: Az Artes Gráficas e Editora
Tiragem: 1.300 exemplares

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M843f

Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres / Renata Moreno (Org.). São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

160 p.
ISBN 978-85-86548-23-9

1. Feminismo 2. Igualdade 3. Economia feminista 4. Políticas Públicas I. Título

CDD 305.42

Esta obra foi licenciada com uma Licença  **Creative Commons – Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil**. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença.

SUMÁRIO

5

Apresentação

11

Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva

Danièle Kergoat

23

Neoliberalismos e as trajetórias dos feminismos latino-americanos

Sonia Alvarez

29

A economia na agenda política do feminismo

Renata Moreno

55

A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade

Clarisse Paradis

75

Desafios para enfrentar a violência transformando as bases da desigualdade

Sonia Coelho e Sarah de Roure

105

As desigualdades de gênero nos usos do tempo

Fernanda Sucupira e Taís Viudes de Freitas

123

Migração internacional de mulheres: uma agenda para o feminismo

Táli Pires de Almeida

145

O feminismo e as políticas do *comum* em uma era de acumulação primitiva

Silvia Federici

APRESENTAÇÃO

Igualdade e autonomia são duas palavras que estampam cartazes, manifestos e orientam ações feministas em todo o mundo. Mas sabemos que o sentido atribuído a essas palavras pode variar muito, assim como também variam os desafios que as mulheres enfrentam, em cada tempo e lugar.

Desde antes do capitalismo há relatos da participação de mulheres em movimentos contra a ordem vigente, porém foi a partir da construção da igualdade nas sociedades ocidentais modernas que passamos a ver mais registros de mulheres se organizando, como mulheres, em nome de seus direitos. Vale lembrar a histórica *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*: em 1791, Olympe de Gouges elaborou esse documento para reagir à exclusão das mulheres dos princípios de igualdade e liberdade então proclamados pela Revolução Francesa.

Entendemos a igualdade como um princípio e um objetivo político que vai muito além da igualdade formal, normativa, que quando muito só existe nas leis. E mesmo para conquistar essa igualdade formal, muita luta já tivemos que lutar. As conquistas das mulheres não são lineares, e mesmo as que são inscritas nas leis não são definitivas. Enquanto no Brasil ainda temos o desafio de conquistar o direito de decidir sobre a maternidade, acompanhamos, alertas e solidárias, as mulheres resistindo ao retrocesso no direito ao aborto em vários países da Europa em crise econômica (como França, Suíça e Espanha).

Na atuação da SOF – Sempreviva Organização Feminista, a luta por autonomia e a luta por igualdade caminham juntas, na medida em que são parte de um projeto político de transformação profunda na sociedade. Nossos desafios são:

- transformar a economia, visando construir um novo paradigma de sustentabilidade da vida;

- transformar não apenas o mundo público, mas também o privado, rompendo inclusive com essa dicotomia;
- construir a igualdade entre homens e mulheres, superando as diferentes relações de exploração e dominação, de classe e de raça.

Com os artigos reunidos neste livro, buscamos contribuir com o debate no movimento feminista, em particular na Marcha Mundial das Mulheres. Os artigos foram escritos em lugares diversos e com diferentes perspectivas, desde as reflexões a partir do movimento aos debates teóricos de áreas das ciências sociais. Em uma conjuntura extremamente complexa, está colocado o desafio de articular análises teóricas e empíricas, atuando simultaneamente sobre as relações de poder e dominação na sociedade, sobre a construção de políticas públicas e na própria relação com o Estado.

No artigo “Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva”, Danièle Kergoat apresenta o encadeamento dos conceitos e questões que compõem seu pensamento, percorrendo a centralidade do trabalho para que possamos compreender as dinâmicas e relações de dominação. Além disso, amplia os conceitos e referenciais teóricos das ciências sociais com base na conceituação da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo, e discorre sobre a capacidade de agir dos sujeitos em resistência e reação à dominação. Situada no feminismo materialista, sua reflexão sobre a emancipação articula as dimensões pessoais e coletivas, subjetivas e objetivas, na conformação de um sujeito político que não é baseado em um indivíduo abstrato e universal, nem na somatória de categorias. Kergoat apresenta uma visão sobre a capacidade de agir referenciada em sua proposição acerca da consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe. Esse artigo foi apresentado pela socióloga francesa em um encontro realizado na SOF em agosto de 2014.

Sonia Alvarez, no artigo “Neoliberalismos e trajetórias dos feminismos latino-americanos”, provoca a reflexão sobre as estratégias do movimento feminista em diálogo com diferentes momentos e orientações do modelo de desenvolvimento na região. Essas reflexões foram apresentadas em conferência da autora no 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, realizado em São Paulo, em agosto de 2013. Com um olhar sobre os discursos e as práticas dos feminismos, bem como sobre a composição de suas fileiras, a teórica feminista lança luz sobre as questões e contradições que são capazes de mover o movimento e provocar novas sínteses.

Ainda no sentido de recuperar trajetórias, Renata Moreno apresenta no artigo “A economia na agenda política do feminismo” uma sistematização das formulações feministas sobre a economia vinculadas aos processos de luta da Rede Latino-americana

Mulheres Transformando a Economia (Remte), da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e da Marcha das Margaridas. A autora reúne elementos da crítica feminista, da sociedade de mercado e do livre comércio, além de propostas de políticas geradoras de igualdade e autonomia econômica para as mulheres. Dessa forma, reflete sobre a produção de conhecimento e de análises em processos de luta que reorganizaram um campo do feminismo na América Latina

A mudança na orientação política e econômica na América Latina, iniciada na primeira metade dos anos 2000, colocou novos desafios para a atuação feminista de reivindicação de políticas públicas e na relação com o próprio Estado. A retomada do papel do Estado, na condução da economia e na garantia do acesso da população a direitos e serviços que ampliam o bem-estar, convive com contradições e limites importantes definidos pela correlação de forças e também pela estrutura do capitalismo patriarcal e racista em nossos países, profundamente marcados pela desigualdade.

Nessa nova conjuntura tornou-se importante reafirmar nossa compreensão sobre o patriarcado e sua articulação com o capitalismo. Assim, entendemos o patriarcado como um sistema em que os homens controlam, individual e coletivamente, o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres. Desde o advento do capitalismo como modo de produção hegemônico do Ocidente, o patriarcado reconfigurou-se, tornando-se um componente fundamental desse sistema, o capitalismo patriarcal. A separação rígida entre o mundo público e o privado, à qual corresponde também a separação entre produção e reprodução, é um elemento central que organiza a vida em nossas sociedades com base na divisão sexual do trabalho e nas práticas sociais diferenciadas entre homens e mulheres. No capitalismo patriarcal, a família reconfigurou-se em um modelo ideal, de homem provedor e mulher cuidadora; e a esfera doméstica tornou-se o lugar em que as atividades fundamentais para a produção do viver costumam ser realizadas de forma não remunerada. O mundo público, da produção e da política, foi sendo construído a partir das práticas dos homens, como espaços privilegiados para os homens. A organização da política, a ideia de partidos políticos, a noção de cidadania foi construída antes de as mulheres terem direito a voto, de modo que as mulheres não eram consideradas sujeitos dessa cidadania.

Neste momento em que se organiza, no Brasil, uma importante luta pela reforma política e pela democratização do Estado, Clarisse Paradis expõe no artigo “A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade” uma visão sobre os acúmulos e desafios a serem enfrentados. Tendo como referência as teorias feministas da ciência política e em diálogo com a experiência latino-americana da construção de políticas para as mulheres, a pesquisadora argumenta que o Estado não

é neutro do ponto de vista de gênero, e que a ação política das mulheres pode atuar para que o Estado tenha papel ativo na construção da igualdade.

Nesse sentido, desde 2011, a SOF tem aprofundado o trabalho com o tema da necessidade de recolocar o desafio de que as políticas para as mulheres sejam políticas de igualdade. Como parte das ações de convênio da SOF com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)¹, promovemos estudos, realizamos atividades de formação e organizamos um seminário internacional para refletir sobre o tema.

Há um reconhecimento de que a última década alterou significativamente o lugar que as mulheres ocupam nas políticas públicas, seja pela criação da SPM, seja pela ampliação da autonomia econômica das mulheres como efeito de políticas distributivas. Ao mesmo tempo, algumas questões ainda chamam a atenção nos últimos anos, como o aumento do conservadorismo na sociedade brasileira, a desigualdade persistente de classe, raça e gênero, e a permanente mercantilização do corpo das mulheres.

Um eixo importante das políticas para as mulheres é o enfrentamento à violência contra as mulheres, em que se destacam, além da Lei Maria da Penha, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e a articulação institucional entre diferentes ministérios do governo federal e entre estados e municípios. No artigo “Desafios para enfrentar a violência transformando as bases da desigualdade”, Sonia Coelho e Sarah de Roure apresentam um balanço dessas políticas e revelam os desafios para enfrentar e superar o ciclo da violência, com base na experiência do movimento de mulheres e de mulheres que atuam diretamente com vítimas de violência. A articulação das diferentes dimensões que compõem a autonomia das mulheres, como a autonomia pessoal e econômica, é uma estratégia importante para o avanço das políticas que sejam capazes de garantir o direito das mulheres a uma vida livre de violência.

O objetivo do feminismo anticapitalista é ambicioso: transformações radicais no sistema e na vida de todas e de cada uma das mulheres. Ou, como se afirma na Marcha Mundial das Mulheres: mudar o mundo e a vida das mulheres em um só movimento. Uma vez mais, a dimensão da igualdade volta à tona, pois é um princípio fundamental para que as transformações alcancem o conjunto das mulheres.

A igualdade não se restringe a equivalência aos homens, quando essa visão implica uma inclusão das mulheres em um mundo cujos valores e *modus operandi* tidos como referência universal são baseados na experiência masculina. Não se trata apenas de garantir às mulheres acesso ao que lhes falta para serem iguais aos homens, mas de romper com as bases que sustentam e recriam hierarquias, dominações e desigualdades.

1. Projeto Formação de Lideranças e Articulação do Movimento de Mulheres: Autonomia Econômica como Parte da Estratégia de Combate à Violência contra as Mulheres.

Sabemos que não basta que haja mais mulheres no mercado de trabalho ou que a renda delas seja mais alta, nada disso importa se a organização do trabalho permanece como está. Referimo-nos não só à superação da distância enorme entre o salário recebido pelos homens e o salário recebido pelas mulheres, desigualdade que é muito maior no caso das mulheres negras. É notável que os avanços nos indicadores sociais e econômicos não foram capazes de incidir sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados.

Enquanto os homens gastam 10 horas semanais, as mulheres gastam 20,8 horas semanais com “afazeres domésticos” (que envolvem desde atividades de manutenção da casa, como a limpeza, até atividades que garantem a reprodução da vida, como o preparo de alimentos e o cuidado com as pessoas)². No período entre 2002 e 2012, houve redução na quantidade de horas que as mulheres despendem, porém não se verificou aumento na participação masculina nas tarefas domésticas.

No artigo “As desigualdades de gênero nos usos do tempo”, Fernanda Sucupira e Taís Viudes ilustram a permanência dessas desigualdades, refletindo sobre o tempo como categoria-chave para analisar as condições de vida e a divisão sexual do trabalho. Elas analisam os dados mais recentes sobre os usos do tempo de mulheres e homens no Brasil, estabelecendo um diálogo entre os debates sociológicos e as políticas públicas. As pesquisas sobre os usos do tempo compõem um instrumento fundamental para o reconhecimento da sobrecarga das mulheres, mas é preciso ainda vencer o desafio de redistribuir as responsabilidades desse trabalho entre mulheres, homens, Estado e mercado.

Uma das estratégias da economia feminista, e que constitui ferramenta importante para a atuação da SOF, é o exercício de olhar para a realidade sem tomar como referência única os números que costumam ser usados para medir se a economia vai bem. Nos movimentos sociais e debates políticos, perseguimos o mesmo desafio que as teóricas perseguem no ambiente acadêmico: ampliar o que se entende como trabalho, garantir o reconhecimento de que todo o trabalho doméstico e de cuidados que as mulheres realizam é fundamental para a produção da vida, é fundamental para garantir o bem-estar das pessoas.

Tornar a experiência das mulheres visível também é uma tarefa proposta no artigo “Migração internacional de mulheres: uma agenda para o feminismo”. Táli Pires de Almeida nos apresenta um olhar sobre o reconhecimento das mulheres como sujeitos no processo de migração, não só como acompanhantes dos maridos. Em diálogo com as dinâmicas das migrações internacionais, os debates teóricos e a voz de mulheres do Peru, do Paraguai e da Bolívia que vivem no Brasil, a autora revela que as motivações para a migração, as reorganizações necessárias em suas famílias nos países de origem e as

2. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012.

condições de vida no país de destino estão profundamente marcadas pela divisão sexual do trabalho e pelas relações patriarcais. Esse texto, situado na realidade latino-americana, propõe um leque importante de questões para a reflexão, a ação e as políticas públicas que têm como referência a integração dos povos.

Por fim, a tradução de “O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva” nos aproxima do pensamento de Silvia Federici. Ela nos apresenta uma perspectiva feminista sobre os *comuns*, noção que ganha relevância para a luta anticapitalista a partir das resistências de mulheres e homens à expansão das fronteiras do capital sobre os territórios. Para promover o diálogo com o modelo de desenvolvimento de muitos países, é extremamente atual a reflexão de Federici de que a acumulação primitiva, na primeira fase do desenvolvimento capitalista, combinou a reorganização e o controle do território e do trabalho com a reorganização da reprodução e do controle sobre o corpo das mulheres.

Lançar luz sobre os processos cotidianos de produção do viver e revelar os nexos entre reprodução, produção e consumo tem sido ao mesmo tempo um desafio e uma estratégia da SOF. Essa perspectiva nos coloca em diálogo com a ideia de acumulação por despossessão, ou acumulação por espoliação, que é muito usada na América Latina para explicar o uso de métodos da acumulação primitiva para manter o sistema capitalista, mercantilizando âmbitos a que o mercado não tinha acesso até então.

A presença de grandes obras e projetos de empresas nacionais e transnacionais nos territórios cria novos monopólios sobre a natureza, impedindo o acesso da população aos *comuns*, como a água e a biodiversidade. Ao mesmo tempo que as mulheres enfrentam mais dificuldades para garantir a produção cotidiana do viver e a sustentabilidade da vida, outras constantes são o aumento da violência contra elas e a exploração sexual. Vemos que o controle dos corpos e da sexualidade das mulheres se reinventa neste momento, seja pela imposição da reprodução biológica e da reprodução da vida por meio do trabalho não remunerado, seja pela expansão da indústria sexual e da manutenção de modelos de sexualidade patriarcais, que caminham juntas com o conservadorismo.

Diante da lógica violenta do mercado, a resistência feminista se baseia na radicalidade e na afirmação de que o projeto de igualdade e autonomia para todas as mulheres tem que ser parte integrante do projeto de autodeterminação e soberania dos povos. E que esse projeto é incompatível com o projeto do capitalismo patriarcal.

Esperamos que os artigos aqui reunidos contribuam para o debate e a ação feminista na disputa do presente e do futuro que queremos construir.

COMPREENDER AS LUTAS DAS MULHERES POR SUA EMANCIPAÇÃO PESSOAL E COLETIVA

DANIÈLE KERGOAT
TRADUÇÃO DE MICHELLE REDONDO

Em 2012 lancei uma coletânea dos meus artigos escritos entre 1970 e 2010¹. Demorei para começar esse livro e quando decidi me dedicar a ele, me vi diante de um problema complicado. Mesmo que fosse apenas uma compilação de textos, era preciso organizar os artigos. Como fazer? Em ordem cronológica? Por temas: divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo, movimentos sociais? Nenhuma dessas opções me atraía como forma de organizar o livro, e sem dúvida nem seria atraente para o leitor. Enfim decidi por uma estrutura dinâmica: partir do peso das dominações e passar em seguida para a revolta e a emancipação.

Essa estrutura dinâmica teve um grande mérito, pois eu me encontrei nela, psicologicamente. Minha questão sempre foi compreender como as pessoas ainda conseguem lutar contra as dominações, considerando que o peso delas é tão forte e se entrecruzam de tal maneira que desgastam os corpos e obscurecem a consciência.

Todas essas reflexões resultaram no livro *Se battre, disent-elles* (Lutar, dizem elas), título que escolhi em homenagem a Marguerite Duras². Também fiz uma homenagem a Monique Wittig (1935–2003) selecionando um trecho de seu romance *Les Guérillères* (As guerrilheiras), de 1969, como epígrafe do meu livro.

1. *Se battre, disent-elles*. Paris: La Dispute, 2012. (Coleção Le Genre du Monde.)

2. A autora se refere ao livro de Marguerite Duras *Détruire, dit-elle*, cujo título poderia ser traduzido por *Destruir, diz ela*.

Eis o que tentei fazer na introdução da antologia:

1. Explicar simultaneamente temporalidades múltiplas.
2. Apresentar, de forma breve, a sequência dos conceitos, mais do que os próprios conceitos.
3. Tentar oferecer, por fim, algum tipo de raciocínio sociológico.

Explicar temporalidades múltiplas significava reconstituir meu itinerário. Não por ele ser extraordinário ou exemplar. Simplesmente porque a minha vida, como a de todo mundo, está inscrita simultaneamente em temporalidades diferentes, e para mim é essencial situar qualquer trabalho de pesquisa em seu contexto político e social. Comecei, então, pela minha própria biografia, sem deixar de lado meu percurso profissional, que acompanhou desde o início a evolução dos estudos “sobre as mulheres” até os estudos de gênero dos dias de hoje. Também não poderia deixar de fora meu percurso militante na Frente Universitária Antifascista (FUA), o apoio às lutas de libertação nacional, o movimento estudantil, o Partido Socialista Unificado (PSU), o planejamento familiar, os grupos de mulheres sindicalistas e, claro, o movimento feminista. Esse percurso engloba também reconstituir a aventura coletiva que foi construir e impor um campo de pesquisa completamente novo. Aventura coletiva que começou com um grupo de trabalho, particularmente com o binômio Helena Hirata e Danièle Kergoat, e que hoje faz parte de um grupo de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), o Centro Nacional de Pesquisa Científica, na França. Aventura que é ainda mais ampla, pois deve ser lembrado aqui o conjunto de mulheres, militantes e universitárias, que, pacientemente, construíram várias ferramentas metodológicas e teóricas, por meio de seminários, de grupos de conscientização e de bairro, de reuniões de mulheres sindicalistas.

O período 1970 a 2010 foi de mudanças gigantescas. Foi uma temporalidade de lutas, assim como uma temporalidade social, política e econômica: o casamento e a família, o assalariamento das mulheres, a sexualidade, a contracepção, e também a evolução das forças produtivas (peso relativo dos setores primário, secundário e terciário), a evolução do trabalho em suas dimensões técnicas, organizacionais e hierárquicas e a evolução relacionada ao trabalho, à informatização. Quanto à evolução política, houve o fim da guerra na Argélia, a queda do Muro de Berlim, a perda de poder dos sindicatos dos operários, o surgimento de novas potências industriais (como China, Brasil, Índia e outros países) e, principalmente e acima de tudo, o neoliberalismo e seus estragos.

Essas são as temporalidades que formam o pano de fundo do quadro teórico que procurei desenvolver.

As etapas da reflexão teórica são:

1. A recusa de limitar o trabalho reconhecido socialmente ao trabalho remunerado e profissional, e a vontade de reintegrar o trabalho doméstico como um trabalho, no sentido pleno do termo.
2. Depois, a divisão sexual do trabalho, a permanência dessa estrutura oposta às múltiplas facetas das modalidades de trabalho.
3. As relações sociais de sexo que permitiram ir além das noções de desigualdades e de discriminações.
4. A imbricação das relações sociais, que eu chamo de consubstancialidade das relações sociais.
5. E, para finalizar, a reflexão sobre a emancipação.

Dessa forma, procurei:

■ Lembrar constantemente (e demonstrar) a importância central do trabalho para pensar as relações sociais de classe, gênero e raça.

■ Demonstrar que essas relações sociais exploram, oprimem e dominam.

■ Estabelecer que essa formalização permite apreender a realidade social em sua historicidade, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva.

■ Provar que essas relações sociais são consubstanciais, porque há um entrelaçamento dinâmico e complexo no conjunto das relações sociais. Essas relações são coextensivas, isto é, são em parte sobrepostas. Ao se desdobrarem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se coproduzem reciprocamente. Ou seja, o gênero constrói a classe e a raça, a raça constrói a classe e o gênero, a classe constrói o gênero e a raça.

Essas etapas de reflexão aparecem na própria estruturação do meu livro:

■ A primeira parte centra-se na dominação, em localizar os entraves da dominação e propor um quadro analítico.

■ A segunda parte é sobre a centralidade do trabalho.

■ E a terceira parte trata da capacidade de ação: a construção de um espaço de liberdade e de emancipação.

Então, para começar, as dominações

Era necessário pensar as dominações. Eu estava convencida de que esse esforço era o primeiro passo indispensável para pensar a emancipação.

Em nenhum momento, no entanto, fiz da análise das dominações o motor da pesquisa. Se não queremos perpetuar a dominação de maneira sub-reptícia, ela deve

ser analisada em todos os seus aspectos, objetivos e subjetivos, para que se possa combater a dominação e progredir em modelos que não estejam contaminados por ela. Mas logo ficou claro para mim que não é possível construir uma política verdadeiramente emancipatória se nos limitarmos, na teoria e na ação, à análise da dominação e assim, forçosamente, a apenas uma dimensão do sistema de dominação.

Então, em um primeiro momento era preciso apontar tanto os entraves da dominação como as resistências a ela e as formas de contorná-la.

Em seguida, a centralidade do trabalho

O trabalho muda, mas para compreender a evolução das relações sociais de sexo, permanece a necessidade de postular a sua centralidade.

Há 30 anos, todos na França se detinham sobre o fato de que cada vez mais as mulheres eram economicamente ativas (na verdade, assalariadas). Atualmente, a situação de alguma maneira se inverteu. As mulheres terem uma atividade profissional é tão óbvio que não propomos nenhuma questão a esse respeito, muito menos expectativas. Para as mulheres, não se trata mais de vencer os obstáculos do mercado de trabalho que não as aceita, mas sim de resistir, o máximo possível, à invasão da vida privada pelo mercado de trabalho (desemprego, contratos de trabalho atípicos, tempo parcial involuntário, precarização etc.) e pelo próprio trabalho (estar constantemente acessível, até mesmo fora do horário de trabalho, levar trabalho para casa, aceitar horários de trabalho flexíveis, e trabalho aos domingos etc.).

Nas representações, as mulheres não são mais vistas como mães-esposas que entram no mercado de trabalho e se tornam trabalhadoras. Hoje, elas são apresentadas em primeiro lugar como trabalhadoras e depois como mães-esposas.

O estereótipo das mulheres trabalhadoras nos meios de comunicação é o de uma jovem triunfante (olhem os cartazes e as propagandas), livre de restrições familiares ou de algum tipo de trabalho doméstico, e, claro, emancipada sexualmente (ou melhor, emancipada segundo os padrões atuais: para ser liberal, nada como apimentar suas relações com um pouco de pornografia). Estranha emancipação essa, que conduz a um prazer individual bastante relativo, mas com um aumento substancial nos lucros da indústria pornográfica. Essa é a temática da emancipação das mulheres – ela também foi capturada, desviada pelo liberalismo triunfante. Claro que essa imagem da mulher no trabalho e, simplesmente, da mulher, não corresponde à realidade da maioria das francesas, nem no caso das mulheres executivas. Mas nessa imagem de jovem de sucesso podemos ver bem algo novo: como o trabalho assalariado é dissociado do

trabalho doméstico e reprodutivo. Poderíamos então acreditar que superamos o tempo em que do ponto de vista moral era dever das mulheres cuidar das suas crianças e não trabalhar fora. Mas, será que esse tempo realmente passou? Como explicar que de tempos em tempos surgem teses que atribuem a desintegração da família tradicional e o aumento da violência juvenil ou à ausência da mãe, ocupada demais com o trabalho, ou à “diluição da função da autoridade do pai”?

Outra forma mais sutil dessa regressão consiste em fazer a seguinte pergunta: será que para uma mulher vale a pena ter um trabalho cansativo, desinteressante, que exige um corre-corre sem parar por causa dos horários atípicos, que não lhe dá tempo para cuidar de seus filhos como ela gostaria, e tudo isso em nome de uma independência econômica, em parte ilusória, já que seu salário é visto apenas um como um complemento ao orçamento? Esses questionamentos, que não surgem acompanhados de nenhuma ideia de luta sobre esses problemas, me assustam bastante.

E, por fim, a emancipação

Como sabemos, as mulheres são socializadas para acreditar que suas qualificações e suas competências (destreza, habilidade, competência em matéria de cuidar...) são fatos da natureza, e não da cultura. Algumas mulheres questionam essa afirmação e se rebelam contra esse estado de coisas. Mas isso ocorre depois de um longo trabalho consigo mesmas, sobre sua subjetividade e sobre o quanto a sua consciência é também uma consciência colonizada pelas dominações.

Esse processo se desenvolve tanto em termos de relação salarial como de relação de raça e de gênero; tanto em nível individual como coletivo. Um exemplo é o movimento das enfermeiras, que estudei durante muito tempo. Ele foi capaz de comparar as profissões femininas, denunciar a opressão, a dominação e a exploração escondidas por trás da expressão “isso é trabalho de mulher”. Num primeiro momento, o movimento das enfermeiras conseguiu transformar essa compreensão em força de resistência e, em um segundo momento, em capacidade de agir.

É esse poder de agir que analiso nessa parte do livro: como essas mulheres se tornam sujeitos de sua própria história, como elas propõem um modelo alternativo para a figura da mulher trabalhadora configurada pelo capitalismo, pelo liberalismo e pelo patriarcado, como elas desenvolvem um poder que lhes permite sair do relativo para chegar ao universal. É um poder desvinculado da dominação. Um poder difuso, não concentrado, coletivo. E ainda assim esse poder plural foi operacional e eficiente para a ação.

Portanto, nessa terceira parte do livro descrevo o resultado do duplo processo de gênero e de classe, individual e coletivo, processo que se não conduz à emancipação em si, ao menos conduz às suas bases.

OS ESTUDOS DE GÊNERO³

Eu gostaria de expor agora sobre onde me situo nos estudos de gênero.

A sociologia dos estudos de gênero tem mais de quarenta anos. Como todas as outras disciplinas, ela tem uma história de debates, de divisões e de correlações de forças. Assim, quando o conceito de *gênero* se impôs na década de 1990 na França, representou o fim de uma verdadeira disputa entre os defensores do termo *gênero* e de uma abordagem em termos de relações sociais de sexo.

Portanto, o que hoje é chamado de sociologia de gênero na verdade é um campo de pesquisa desencadeado não só em razão da diversidade dos seus objetos, mas também do ponto de vista das suas orientações teóricas. Quanto à noção de gênero, hoje existem usos muito diferentes entre si, mas todos dão importância mais ou menos central ao trabalho. Contudo, o trabalho está muitas vezes completamente dissociado da definição de gênero.

É possível ver três correntes diferentes na forma como a sociologia do gênero foi implantada na França a partir dos anos 1990:

– A primeira corrente, numa perspectiva feminista materialista, privilegia as relações sociais (usando às vezes o termo *gênero*) e confere ao trabalho um lugar central.

– A segunda corrente considera que o termo “sociologia de gênero” oferece uma saída do confinamento dos “estudos de mulheres” para pensar, finalmente, a diferença entre os sexos. Esta corrente é perfeitamente ilustrada pelos trabalhos da rede de pesquisa internacional Mercado de Trabalho e Gênero (Marché du Travail et Genre – Mage, no CNRS).

– A terceira corrente é a dos *gender studies* (estudos de gênero) e tem pouca relação com as outras duas correntes. Importados dos Estados Unidos, os *gender studies* estão relacionados com o pós-modernismo e focam a análise sobre novos objetos, como a hierarquização das sexualidades, as políticas de subversão de identidades, as tecnologias dos corpos etc. Os *gender studies* se emanciparam bastante da disciplina sociológica e mais ainda da sociologia do trabalho. São estudos completamente interdisciplinares, mas

3. Para uma análise mais detalhada dos problemas levantados aqui e adiante, ver “O feminismo materialista”, cf. Elsa Galerland et Danièle Kergoat, “Les Apports de la sociologie du genre à la critique du travail”. La Nouvelle Revue du Travail, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://nrt.revues.org/1533>>. Acesso em: 1º maio 2014.

não interagem com outras ciências sociais (história, antropologia, economia etc.), como as outras duas correntes, mas sim com os estudos culturais, a filosofia, a linguística, as ciências da comunicação. Sob uma perspectiva construtivista, eles vêm para renovar a crítica à ideologia naturalista. No entanto, e aqui se situa uma das linhas de tensão, seus avanços se dão ocultando a questão do trabalho e da exploração.

Da minha parte, é então na perspectiva feminista materialista que me inscrevo.

O FEMINISMO MATERIALISTA

Então, o que é a sociologia feminista materialista? Sobre o que ela apresenta sua carga crítica? É aí que intervém o trabalho como mecanismo privilegiado para compreender, por meio de práticas sociais, as relações sociais de classe, raça e sexo, na sua tríplice dimensão de exploração, dominação, opressão. Quem trabalha para quem? Quem se beneficia com esse trabalho? Quem faz quem trabalhar? Essas são as questões a serem estudadas. Mas quando eu digo “trabalho”, não é qualquer trabalho. A minha definição de trabalho estende-se para outras relações além de capital-trabalho.

Ao longo desses anos e dos trabalhos feministas, o conceito de “trabalho” se enriqueceu consideravelmente com:

- “trabalho doméstico da saúde” (Geneviève Cresson);
- trabalho militante (Xavier Dunezat);
- trabalho de procriação (Paola Tabet);
- trabalho do cuidado (Pascale Molinier, Helena Hirata);
- a divisão sexual do mercado de trabalho (Margaret Maruani).

Graças a esses acréscimos, o trabalho foi redefinido. Seu *status* mudou: de simples produção de objetos e bens, tornou-se atividade política. O trabalho como “produção de viver em sociedade” (Maurice Godelier, Helena Hirata, Philippe Zarifian). É nesse sentido que podemos dizer que toda discussão sobre a emancipação deve necessariamente considerar o trabalho.

A segunda onda do movimento feminista contribuiu para o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, e mais tarde para o avanço do conceito de “divisão sexual do trabalho”, que para mim é a questão principal das relações sociais de sexo. Como dividir o trabalho?

Em um primeiro momento, as teorias do trabalho doméstico elaboradas em termos de modo de produção doméstica e *sexagem*⁴ vieram para modificar a definição

4. De maneira muito geral, a *sexagem* poderia ser entendida como a dominação de um grupo sobre outro, com base na naturalização (ou biologização) de uma relação social.

clássica do trabalho, demonstrando que o trabalho doméstico gratuito, excluído do mercado, entra plenamente na categoria do trabalho explorado, como exposto por Christine Delphy, em seu livro *L'Ennemi principal*, de 1970. Essas teorias também demonstraram que a figura do trabalhador “livre para vender sua força de trabalho” não era a única figura explorada nas nossas sociedades. Portanto, verificou-se que os contornos da “divisão social do trabalho”, até então pensados em torno do pretensão trabalho produtivo merecedor de salário, deveriam ser compreendidos juntos com o trabalho fornecido socialmente, sob qualquer uma de suas formas.

Isso quer dizer que o trabalho (das mulheres ou de outros “subalternos”, não pode mais ser definido somente em torno da noção de exploração: é preciso considerar, como algo coexistente e sobreposto, a noção de apropriação. É com essa operação teórica que o trabalho passa a abranger as inúmeras formas híbridas do trabalho assalariado.

A apropriação e a exploração da força de trabalho feminino formam um todo coerente e devem ser levadas em conta quando estudamos as modalidades da divisão sexual do trabalho.

No entanto, as teorias da *sexagem* e do modo de produção doméstica apresentavam uma grave falha: a ideia de descontinuidade entre trabalho doméstico e trabalho remunerado ainda continuava presente. O conceito de divisão sexual do trabalho, ao contrário, é um conceito transversal, por raciocinar sobre o conjunto do trabalho socialmente fornecido.

Então, emprestando de Karl Marx o conceito de “relação social”, consideramos as categorias de homens e de mulheres como produtos de relações de força estritamente históricas, isto é, ainda vivas, que se reconfiguram e se recolocam em jogo o tempo todo e que se deslocam no espaço e no tempo, em função das práticas concretas e, em particular, em função da divisão do trabalho concreto (prescrito e real, visível e invisível, pago e gratuito).

É por isso que as ciências sociais nos oferecem uma melhor compreensão das forças da dominação, a sua base de material, a produção – pelas relações sociais – das categorias com as quais somos forçados a trabalhar. As ciências sociais também podem contribuir para destacar o surgimento de novos valores emancipatórios, de novas experiências de luta e resistência. Mas essas novas figuras emancipatórias não podem em nenhum caso ser deduzidas mecanicamente da análise de sistemas de dominação. Assim como não podemos deduzir “a” boa prática militante que considerará toda a complexidade dos sistemas de poder – e se encarregará dela.

A EMANCIPAÇÃO

Finalmente, para tirar o sujeito político da lógica na qual as “grandes histórias” o fecharam, é necessário considerar a diversidade. Não a diversidade das categorias dos oprimidos, mas sim a diversidade das relações sociais e das dinâmicas pelas quais os oprimidos se recompõem mutuamente. Para mim é um requisito absoluto para avançar no pensamento da emancipação.

Porém, como se pode articular essa complexidade com a necessidade de definir um horizonte comum, sabendo que, além disso, esse horizonte é parcial, localizado num tempo e num espaço? De modo algum se trata de uma grande noite na qual todos, como um único homem (seria o caso de dizer isso), se levantam para fazer chegar a primeira manhã de um mítico futuro radioso. Portanto, a pergunta é: como formular o problema do sujeito político?

Por um lado, devemos esclarecer o que *não é* esse sujeito político. Ele não é nem o Sujeito da filosofia clássica – o sujeito do Iluminismo, universal, atemporal e assexuado –, nem um grupo social amalgamado por uma identidade comum e imobilizado nela. Ele também é um grupo no qual incluímos as características das categorias que se entrecruzam. Ele é um sujeito fluido, complexo, transitório. Assim, ao falar de sujeito político, é necessário esclarecer de onde, de quando e de quem falamos. Pois as relações de dominação não são igualmente opressivas: o grau de opressão, dominação, exploração de cada uma dessas relações e do sistema que elas formam varia no tempo e no espaço. Sendo assim, não faz sentido sair em busca de uma “boa relação social” que seria o suporte da formação do sujeito político.

Por outro lado, a única postura possível é a pesquisa dos espaços-tempos reais onde um sujeito político emerge por meio de um grupo concreto. É importante assinalar que sob esse aspecto a sociologia pode ser preciosa. Não por prever qual vai ser o próximo lugar de ruptura e mobilização, mas por observar e evidenciar esses espaços-tempos onde a capacidade de agir se faz concreta.

Voltemos agora ao problema da emancipação. Como formular o problema do sujeito político, como articular indivíduo e coletivo, subjetividade e materialidade, vínculo social e relação social? Não como se costuma fazer, partindo de um indivíduo abstrato, supostamente universal, rumo a um coletivo encantado, em que o indivíduo desaparece no grupo. Trata-se de outro sujeito, que não é resultado de uma adição como mulheres + trabalhadores da limpeza + *racisés*⁵, porque isso nunca

5. Conceito com o qual se pretende denunciar as desigualdades e os mecanismos de dominação. *Racisé* se refere a uma pessoa que não é branca (ou não pertence ao grupo dominante, indiferentemente da cor da pele) e está sob dominação de um branco.

foi suficiente para definir um sujeito político. Trata-se sim de considerar um sujeito apoiado em sua pluralidade intrínseca para se constituir, em vez de negar sua diversidade ou de relegá-la ao papel de simples efeito de “contradições secundárias”. Trata-se enfim de um sujeito político que de fato ponha em ação a dialética entre indivíduo e coletivo.

Não pode haver emancipação coletiva se não houver emancipação individual. Essa ideia, retomada por Marx, com frequência é esquecida. Da minha parte, levo a sério essa proposta: emancipar-se individualmente é condição para a emancipação coletiva, mas em contrapartida é o coletivo que dá condições para que exista a liberdade individual. Sobre esse ponto, podemos tomar como exemplo o movimento de enfermeiras na França.

As enfermeiras, que lutavam pelo reconhecimento da profissão, estavam na verdade lutando por qualificação não somente técnica mas também relacional. Todas, individual e coletivamente, insistem sobre este último aspecto para valorizá-lo.

O que significa nesse caso o fato de ter o senso e o desejo do relacional? Revela uma qualidade de gênero? Uma qualidade individual? Ou uma modalidade da qualificação profissional? Certamente, as enfermeiras não colocam essas alternativas exatamente dessa forma. No entanto, torna-se claro que, quando algumas delas (em geral as mais envolvidas no movimento de reivindicação) contam sua história profissional, fazem uma dissociação lenta entre sua pessoa e sua profissão, e uma construção progressiva do relacional:

O fio condutor da minha vida profissional coincide com o que eu sou como indivíduo e como mulher. [...] No início, como enfermeira eu me incomodava muito, muito, com falas vindas de homens, falas do tipo “você tem a mão macia”, coisas assim. Achava isso extremamente ofensivo, porque eu não queria misturar, eu queria ser reconhecida como enfermeira, não como mulher. [...] Antes, eu sempre tinha medo. Você sabe, quando a gente é moça, tem sempre medo do contato no seu corpo, porque a gente sente o contato como uma agressão física: “não devem me tocar porque isso é querer meu corpo”. Isso eu não suportava. Isso era na época que eu ainda precisava me afirmar como profissional e mulher.

Mas agora, quando alguém me diz algo assim, acho que não me choca mais, porque eu sei quem eu sou no plano profissional e no plano puramente individual. Agora, o objetivo é que o paciente diga “sim, isso me faz bem, esse contato me faz bem”. [...]. Eu sou alguém que privilegia o relacional.

Como as enfermeiras conseguiram esclarecer o que é ser mulher, elas puderam construir a dimensão do relacional em seu trabalho, dimensão que está na base da formação do coletivo. Porém, não devemos esquecer que é porque existe um coletivo que é possível existir essa reflexão subjetiva sobre o que se *é* – nem empregadas, nem freiras, nem idiotas – e sobre o que se *faz*. Em outras palavras, a desnaturalização da categoria “sexo” permite a aquisição de uma consciência de gênero, aquela que, por sua vez, permite a formação de um coletivo. E é porque existe o coletivo que essa consciência de gênero pode se traduzir concretamente em práticas de reivindicação, assim como em práticas discursivas.

Assim como a emancipação coletiva existe apenas se há emancipação individual, a capacidade de agir, quando ela existe, desenvolve-se simultaneamente no nível das individualidades subjetivas e do coletivo composto por essas individualidades.

Para concluir, insisto: o processo emancipatório das mulheres depende da combinação entre a consciência de gênero, a consciência de classe e a consciência de raça.

NEOLIBERALISMOS E AS TRAJETÓRIAS DOS FEMINISMOS LATINO-AMERICANOS

SONIA ALVAREZ

Como temos observado, o desenvolvimento neoliberal, patriarcal, racista e colonialista da sociedade tem permitido, facilitado e até incentivado certas formas e tipos de discursos e práticas feministas. Mas, ao mesmo tempo, tem limitado, circunscrito, e até reprimido ou criminalizado outros discursos e práticas. Para mostrar isso, analiso o relacionamento entre o desenvolvimento neoliberal racista e patriarcal e os movimentos de mulheres e feministas na América Latina em três momentos diferentes.

O primeiro momento coincide com o início do neoliberalismo, que alguns chamam de fase de fundamentalismo do mercado, na qual o mercado é considerado um deus que resolverá tudo. Talvez a cristalização máxima desse fundamentalismo de mercado tenha sido expressa pelo governo do general Pinochet, no Chile. O segundo momento foi o denominado neoliberalismo multicultural com “face humana”, no qual a enorme exploração da população mais pobre, com intensificação da fome, por exemplo, chega a ameaçar o próprio capitalismo. Nessa fase, começam a aparecer políticas dirigidas especialmente à população miserável, que vive abaixo da linha de pobreza. E, finalmente, o terceiro (e atual) momento é chamado por alguns, ainda que com questionamentos, de pós-neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo, que se conjuga, em alguns casos, com o retorno do nacional-popular (um popular agora muitas

vezes entendido como pluriétnico e intercultural) e que também muitas vezes exhibe continuidades significativas com o modelo de acumulação capitalista por despossessão¹.

Durante a primeira fase do neoliberalismo, a de fundamentalismo do mercado, as mulheres, especialmente as mulheres pobres e de grupos raciais subalternos, constituíram uma espécie de “exército invisível” que garantiu a sobrevivência da família e das comunidades frente à diminuição dramática dos salários populares e dos serviços públicos provocada pelo ajuste estrutural. Nessa primeira fase, especialmente durante a chamada “década perdida” de 1980, as políticas de ajuste levaram as mulheres das classes trabalhadoras e dos povos indígenas e afrodescendentes a organizarem e liderarem lutas comunitárias pela sobrevivência e contra o processo de acumulação brutal e militarista do capitalismo.

O militarismo dessa primeira fase também levou as mulheres a liderarem lutas pelos direitos humanos em toda a região. As sementes dos feminismos populares que hoje se espalham pela América Latina já se encontravam naquelas lutas das mulheres e de grupos raciais subalternos nas décadas de 1970 e 1980. Essas lutas populares, como outros feminismos que (re)surgem durante essa fase, evidentemente se recusaram a ter qualquer relação como o Estado militarizado.

Por sua vez, o neoliberalismo em sua primeira fase tinha utilidade apenas instrumental para os movimentos de mulheres, sustentando-se nas mulheres das classes populares para implementar os chamados “programas sociais emergenciais”, que tentavam absorver a resistência à *dupla ditadura*: a ditadura política e a do mercado. Apesar disso, a esmagadora maioria das militantes feministas e dos movimentos populares aderiu às fileiras da oposição ao autoritarismo e ao modelo de crescimento orientado para o mercado.

Já a segunda fase do neoliberalismo coincide, em muitos países latino-americanos, com as chamadas “transições democráticas”, que colocaram no poder setores de centro-direita da oposição às ditaduras militares, mas que, de modo geral, continuavam a abraçar a ditadura do mercado. É nesse momento que acontece um acirrado debate entre as militantes feministas que optaram por participar do Estado neoliberal democratizado, na tentativa de promover políticas favoráveis às mulheres, e as que se mantiveram na oposição, reprovando as continuidades político-econômicas e culturais entre os governos pós-autoritários neoliberais e as ditaduras que os antecederam.

1. Acumulação capitalista por despossessão é um conceito formulado pelo teórico marxista David Harvey. Consiste no uso de métodos da acumulação primitiva para manter o sistema capitalista, mercantilizando âmbitos a que o mercado não tinha acesso até então. Enquanto a acumulação primitiva supunha a implantação de um novo sistema que substituiu o feudalismo, a acumulação por despossessão tem por objetivo manter o sistema atual, repercutindo nos setores empobrecidos pela crise de sobreacumulação do capital (N. E.).

Essa disputa foi particularmente ferrenha devido a uma espécie de “angústia estratégica” ou a verdadeiros “paradoxos políticos” gerados pelo que, para Evelina Dagnino (2004), poderíamos chamar de “convergência perversa” entre as conquistas reais de alguns elementos da agenda feminista latino-americana e a “Nova Agenda de Luta contra a Pobreza” (*New Poverty Agenda*), promovida pelas instituições financeiras internacionais neste segundo momento do neoliberalismo global.

A agenda neoliberal antipobreza considerava que uma abordagem tecnocrática “com perspectiva de gênero” seria crucial para aumentar o “capital social” das mulheres, em particular das mulheres pobres e racializadas. E o capital social feminino, por sua vez, passou a ser visto como essencial para integrar as mulheres a um “desenvolvimento de mercado” mais eficaz e eficiente (palavras-chaves desse momento do neoliberalismo). Foi uma época de proliferação de políticas dirigidas aos grupos ditos “vulneráveis” – como as mulheres pobres e os grupos subalternos racializados.

Assim, os programas sociais emergenciais “focados” tornaram-se permanentes nesse segundo momento. E é precisamente nessa conjuntura que o neoliberalismo passou a se representar com uma máscara mais “humana”, multicultural e participativa, conclamando as “associações da sociedade civil” – incluindo algumas organizações feministas profissionalizadas – a serem “*parceiras* no desenvolvimento e na democratização”. E, em sua condição de “especialistas em gênero”, muitas passaram a administrar projetos direcionados às mulheres consideradas mais “vulneráveis” pelo neoliberalismo globalizado.

Em muitos países da região, podemos dizer que esses setores do feminismo se consolidaram e se tornaram dominantes, se não hegemônicos, durante essa segunda fase do neoliberalismo. Por sua vez, os feminismos e outros setores dos movimentos populares e de mulheres que continuaram levantando críticas cada vez mais contundentes ao modelo (que no Chile foi denominado “*el modelito*”) perderam visibilidade política e suas práticas e discursos críticos ficaram cada vez mais circunscritos e chegaram a ser deslegitimados pelo rótulo “*neobobismos*”². Entre os deslegitimados e silenciados estavam importantes setores dos movimentos indígenas e negros, que atuavam há várias décadas na região, mas que realmente proliferaram e ganharam espaço social e cultural na década de 1990. Por isso mesmo, o neoliberalismo em sua segunda fase também muitas vezes se declarou “multicultural”.

2. Neobobismo: termo utilizado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, na segunda metade dos anos 1990, para desqualificar os setores de oposição que o caracterizavam como neoliberal. Ver TAVARES, Maria da Conceição. Globalitarismo e neobobismo. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/artigos/tavares/artigo23.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Na tentativa de apaziguar o que havia de mais combativo e transgressivo nesses movimentos, o neoliberalismo nessa fase promoveu algumas políticas para melhor “integrar” os povos indígenas e afrodescendentes à “cidadania de mercado” (ou à cidadania mercantilizada, na acepção da Marcha Mundial das Mulheres). Isto é, algumas das conquistas reais, produtos dessas lutas antirracistas, também “convergiram perversamente” com a mercantilização da cidadania multicultural promovida pelo neoliberalismo em sua segunda fase.

Assim, essa fase permitiu a articulação de demandas mais “civis” por alguns setores dos movimentos indígenas, especialmente aqueles que encarnaram ou pelo menos atuaram como o “índio permitido”, denominação de Hale e Millamán para “uma categoria identitária que surge quando os regimes neoliberais ativamente reconhecem e abrem espaço para a presença indígena coletiva, ao mesmo tempo que separam ‘os direitos permissíveis daqueles prescritos, aqueles aceitavelmente moderados, daqueles que ameaçariam uma transformação social radical’” (Hale e Millamán, 2006, p. 284 e 301).

Quero enfatizar que não estou propondo um binarismo rígido entre o permitido e o não permitido. Simplesmente quero apontar para duas faces de ativismo que às vezes encontramos numa mesma pessoa, duas faces que se misturam e se entrelaçam numa mesma militante, numa mesma organização, num mesmo movimento.

No momento atual, a terceira fase do neoliberalismo, fica claro que vivenciamos uma reconfiguração dos campos políticos e dos movimentos sociais, o que gera novas angústias estratégicas e contradições políticas. Por um lado, temos a expansão geométrica dos feminismos populares, negros, indígenas, lésbicos, *trans*, jovens etc. Um feminismo cada vez mais “de massas”, um “feminismo 2.0”, como se lê no site da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Por outro lado, vemos a consolidação de projetos e governos democrático-populares, de esquerda e centro-esquerda, e de feminismos que se articulam com esses projetos populares principalmente por meio da “auto-organização” das mulheres nos mais diversos movimentos e espaços políticos.

Na conjuntura atual, quero destacar algumas questões que talvez possam ser aproveitadas para debate. De início, a proliferação de governos de esquerda ou centro-esquerda na região desde o final dos anos 1990 parecia ter aumentado o espaço político para os setores dos feminismos e movimentos de mulheres que haviam ficado invisibilizados e até criminalizados durante o segundo momento neoliberal. Em alguns casos, como o da Bolívia, também teria sido aberto espaço para as organizações de mulheres vinculadas aos movimentos indígenas. Porém, algumas militantes e observadoras acadêmicas insistem que esses projetos e governos muitas vezes ainda

compartilham os pressupostos maternalistas que guiaram as políticas “com perspectiva de gênero” da segunda fase neoliberal e que, dessa forma, continuam patriarcais, embora ao mesmo tempo absorvendo algumas das demandas feministas que seriam mais condizentes com o modelo pós-neoliberal ou neodesenvolvimentista.

Outras questões para continuar este debate seriam: há “convergências” entre as agendas de algumas correntes feministas, os diversos setores dos movimentos populares, negros e indígenas, e os governos democrático-populares de hoje em dia? Aparecem novas “perversidades” em função dessas convergências? Quais as principais “virtudes” que poderíamos identificar nas convergências atuais entre os feminismos, os movimentos étnico-raciais, e os governos de esquerda, centro-esquerda e democrático-populares? Que angústias estratégicas e contradições políticas caracterizam a militância neste terceiro momento? Quais os discursos e práticas feministas permitidas e não permitidas no atual momento? Como superar esses aparentes binarismos políticos e enfrentar nossas inevitáveis contradições com mais contundência?

Quero finalizar frisando que enfrentar essas contradições – em vez da prática muito mais comum de camuflá-las ou anulá-las – é vital para os movimentos feministas e de mulheres, assim como para todos os movimentos sociais, porque as contradições e os conflitos que eles muitas vezes engendram podem ser muito produtivos, provocando autorreflexões críticas que na maioria das vezes revitalizam e fortalecem esses movimentos. Enfim, estou certa de que são as contradições o que de fato fazem os movimentos se moverem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAGNINO, Evelina. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, Alejandro (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

HALE, Charles R.; MILLAMÁN, Rosamel. Cultural Agency and Political Struggle in the Era of the Indio Permitido. In: SUMMER, Doris (Ed.). *Cultural Agency in the Americas*. Durham: Duke University Press, 2006. p. 281-304.

A ECONOMIA NA AGENDA POLÍTICA DO FEMINISMO

RENATA MORENO

A economia feminista é uma corrente do pensamento econômico que se converteu em uma ferramenta importante para as análises e elaborações de um feminismo antissistêmico, entendido como um movimento que se define anticapitalista e antipatriarcal. Não se trata apenas da tradução de conceitos e de sua incorporação às práticas políticas, mas da vinculação direta entre ação política e produção de conhecimento. Este texto procura ilustrar esse processo e contribuir para a reflexão sobre como movimento e teoria feminista se relacionam, tendo como referência lutas protagonizadas por mulheres no Brasil e na América Latina.

O ponto de partida é que há uma estreita relação entre o desenvolvimento da teoria feminista na academia e do feminismo enquanto movimento social. A elaboração teórica fortalece, impulsiona e instrumentaliza os movimentos sociais, ao mesmo tempo que esses movimentos apresentam novas demandas, propostas para serem teorizadas no âmbito acadêmico e elaborações teóricas próprias, vinculadas a sua ação política.

O feminismo coloca algumas práticas sociais em debate. Não se trata apenas de mais um paradigma, mas sim da capacidade de formular questionamentos sobre o sexismo presente em outros paradigmas, trazendo referentes que projetam análises mais abrangentes acerca do conjunto de práticas e relações sociais. Tornar visível é ao mesmo

tempo uma estratégia e um objetivo da atuação das mulheres com perspectiva feminista. Celia Amorós (2007) insiste que “fazer ver” é o aspecto constitutivo do feminismo enquanto teoria. Segundo ela, a teoria feminista constitui um paradigma na medida em que organiza um marco interpretativo que determina a visibilidade de fenômenos que não seriam pertinentes, nem significativos, com base em outros paradigmas. Não é por acaso que a chamada segunda onda do movimento feminista impulsionou a produção teórica com essa perspectiva, em diferentes áreas do conhecimento.

Para Nancy Fraser, o conhecimento produzido pela teoria crítica deve ser articulado às atividades dos movimentos sociais que compartilham da mesma crítica e à ação política para a transformação da realidade social. O desenvolvimento de categorias analíticas que explicitem o caráter de dominação das relações estabelecidas é, assim, uma tarefa da teoria crítica que contribui com o desenvolvimento das lutas sociais.

A finalidade de toda teoria é possibilitar uma nova visão, uma nova interpretação da realidade e, portanto, uma nova significação. O feminismo cria categorias interpretativas e nomeia o que frequentemente é tornado invisível. Ao transformar fatos recorrentes do cotidiano em uma categoria, por meio de um conceito que os defina e explique, esses fatos são inseridos no debate público e, assim, a partir do questionamento dessa realidade, também se inserem na esfera política: “conceitualizar é politizar” (Amorós, 2008).

Os movimentos sociais, em seus processos organizativos, suas lutas e resistências, ressignificam a realidade social, ao mesmo tempo que questionam o que antes era tido como normal. Movimentos como o feminista, assumem a tarefa de tornar visíveis e explicitar para a opinião pública conflitos e desigualdades, com o objetivo de deslegitimar a ordem estabelecida e construir as bases para uma redefinição da realidade, por meio de sua ação política – de denúncia ou de reivindicação, por exemplo. Nessa tarefa, somam-se movimento e teoria feminista.

Este texto ilustra o processo, percorrendo formulações políticas sobre economia como parte da ação feminista. Este percurso terá como referência a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (Remte), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Marcha das Margaridas. Em seus processos de elaboração e ação em torno da economia, estabelecem aliança com um conjunto de grupos e organizações de mulheres que aportam perspectivas importantes para esta análise¹, mas que por limites de tempo e espaço não serão aprofundadas neste texto.

1. Por exemplo as mulheres da CUT e da Via Campesina.

UMA APROXIMAÇÃO AO MOVIMENTO FEMINISTA NA AMÉRICA LATINA

Há um grande número de pesquisas em economia feminista que têm a realidade dos países do Sul como objeto de estudo. Os debates feministas sobre desenvolvimento realizados a partir dos anos 1980, por exemplo, tiveram como centros de produção teórica o ambiente internacional da organização feminista em torno dos processos das Nações Unidas e das agências de cooperação, e os espaços de pesquisa em universidades, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos.

Houve, na América Latina, focos de elaboração sobre esse debate, por militantes e pesquisadoras vinculadas a esses processos internacionais, sobretudo integrantes de organizações que atuaram nas conferências da ONU. A IV Conferência da Mulher, realizada em 1995 em Pequim, é um marco desse processo, e impactou a dinâmica do feminismo no Brasil e na América Latina. Elementos defendidos pelas feministas foram incorporados à plataforma de ação da Conferência, o que fez com que se propagasse um discurso triunfalista sobre o avanço dos direitos das mulheres (Faria, 2005). Porém, como aponta Alvarez (2003), a implantação e aprofundamento da globalização neoliberal na América Latina, com as políticas de ajuste estrutural e a redução drástica das políticas sociais, bloquearam a possibilidade de que os enunciados aprovados nas conferências se concretizassem em transformações na vida das mulheres.

Como parte da crescente resistência global às políticas neoliberais, os próprios movimentos impulsionaram processos de articulação transnacional com formulação de alternativas, independentemente da agenda das conferências da ONU. Mais que isso, esse processo autônomo negava-se a participar dos processos das Nações Unidas, avaliando que, em nome do “social” e do combate à pobreza, eles legitimavam a expansão do neoliberalismo

No movimento de mulheres, a agenda predominante girava em torno de temas como participação política, violência, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, em uma lógica fragmentada, que não pretendia alterar os marcos gerais da implementação do neoliberalismo em todos os países da região. Nalu Faria (2005) analisa que a agenda feminista se limitava a olhar aspectos específicos da vida das mulheres, sem questionar o fato de que o neoliberalismo operava uma reorganização da vida, como um todo, pelo mercado.

Nos marcos da resistência ao neoliberalismo na América Latina, a recomposição do feminismo produziu, entre o final dos anos 1990 e a primeira década de 2000, um

conjunto de análises e ações feministas com um questionamento estrutural ao capitalismo, gestadas em um processo de alianças entre os movimentos sociais. O Fórum Social Mundial, bem como a campanha contra a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) e contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) materializaram esse processo, marcado, é verdade, por diferenças políticas e estratégicas entre organizações feministas que atuaram nesses espaços².

A REDE MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA

A Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (Remte) foi constituída em 1997 por organizações feministas de países da América Latina, com o objetivo de contribuir para a apropriação crítica da economia por parte das mulheres, por meio de geração de ideias, debates, ações e iniciativas políticas. Diaz (2007) afirma que a Remte atuou para reposicionar a economia na agenda feminista, ao mesmo tempo que construiu iniciativas para incorporar a perspectiva feminista na articulação dos movimentos sociais frente ao neoliberalismo.

As organizações de vários países latino-americanos que fundaram a Remte tinham em comum a visão crítica aos Programas de Ajuste Estrutural e ao discurso econômico hegemônico que orientava as instituições internacionais e também as políticas nacionais. Transformar a economia foi, portanto, a motivação para a conformação dessa rede, que se engajou, desde o início, na construção da Marcha Mundial das Mulheres como uma ação internacional de combate à pobreza e à violência sexista (Faria, 2005).

O processo do Fórum Social Mundial teve especial relevância no fortalecimento das análises e posicionamentos da Remte, que organizou atividades de debate e estratégias em todas as edições do Fórum, influenciando a difusão da economia feminista entre os movimentos da América Latina (Faria e Nobre, 2003). Outro processo importante para a difusão da economia feminista na região foi a realização de atividades de formação, como o curso “Economia Feminista: um enfoque antissistêmico”, realizado pela Remte ao longo de 2007.

O Brasil é um dos países que integram a Remte, a partir da Rede Economia e Feminismo (REF). Foi constituído um grupo de reflexão a partir da SOF – Sempre Viva Organização Feminista, que possibilitou uma compreensão teórica da economia feminista entre as ativistas e estabeleceu um diálogo com os debates nacionais sobre econo-

2. Para uma análise sobre as diferentes estratégias feministas neste processo, ver o dossiê *Revista Estudos Feministas*, 2003.

mia e desenvolvimento³. Como subsídios a estes debates, a SOF publicou duas edições da Coleção Cadernos Sempreviva, *Economia feminista* (2002) e *A produção do viver: ensaios de economia feminista* (2003), com textos de apresentação da economia feminista em diálogo com as principais questões deste campo político⁴. A SOF também desempenhou papel destacado na articulação entre os processos de construção da Remte/REF e da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, por participar ativamente em ambos⁵.

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

A origem da Marcha Mundial das Mulheres remonta à realização da Marcha Pão e Rosas, em 1995, no Quebec. Esta marcha obteve conquistas para as mulheres naquele país, como o aumento real do salário mínimo, assim como políticas de apoio à economia solidária e de combate à violência contra as mulheres. A partir desta experiência, as mulheres do Quebec lançaram a proposta, em nível internacional, de realizar uma Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência sexista.

Mais de 6 mil grupos de mulheres de 161 países e territórios se somaram, em 2000, ao lançamento da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Foram realizadas manifestações de rua e recolhidas mais de 5 milhões de assinaturas em um abaixo-assinado entregue às Nações Unidas e em audiências com o Banco Mundial e o FMI, com propostas para acabar com a pobreza e a violência sexista.

Por conformar uma ação autônoma do movimento de mulheres, com questionamentos profundos à ordem capitalista e patriarcal movida pela globalização neoliberal, e por priorizar a lógica da mobilização popular e de rua, os grupos participantes desta ação em 2000 decidiram transformar a MMM em um movimento permanente⁶.

Um aspecto central para sua consolidação foi a organização de um movimento com capacidade de mobilização a partir de uma mudança de agenda, apresentando desde o início uma crítica global ao neoliberalismo (Faria, 2005). De acordo com Conway (2007), a Marcha tem funcionado como uma força feminista autônoma que estimula a integração das causas feministas contra o patriarcado em todos os grandes movimentos sociais, por recolocar o debate sobre gênero e classe.

A MMM apresenta a visão de que igualdade formal não é suficiente para transformar a vida de todas as mulheres. A luta pela igualdade de fato se orienta pela análise

3. Entre 2001 e 2003, este grupo realizou encontros nos quais se debatia a teoria econômica feminista e a conjuntura econômica brasileira.

4. Estas publicações são as primeiras registradas com a expressão “economia feminista” entre as palavras-chave no ISBN da Biblioteca Nacional.

5. A SOF sediou a coordenação regional da Remte entre 2005 e 2009, integra a coordenação executiva da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e, entre 2006 e 2013, sediou o secretariado internacional da Marcha.

6. Para um histórico da Marcha Mundial das Mulheres, ver “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”. SOF, 2014.

de que a opressão das mulheres se estrutura em um sistema que tem como base material o corpo das mulheres, a organização do trabalho e a ocupação dos territórios.

A MARCHA DAS MARGARIDAS

A Marcha das Margaridas é uma grande mobilização nacional das mulheres trabalhadoras rurais, convocada e coordenada pela Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural da Contag, que surgiu em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, em 2000 (Silva, 2008).

O nome desta ação é uma homenagem a Margarida Alves, uma das primeiras mulheres a ocupar o posto de presidente em um sindicato de trabalhadores rurais, em Alagoa Grande, na Paraíba, onde foi assassinada em 1983 a mando de latifundiários da região. A referência a essa mulher permite remontar a uma trajetória de lutas das mulheres rurais que, desde os anos 1980, atuam de forma organizada no Brasil. Suas reivindicações iniciais giravam em torno do reconhecimento de sua profissão enquanto agricultoras e trabalhadoras, questionando a invisibilidade de seu trabalho produtivo, sendo consideradas em documentos como “donas de casa”. Lutam, também, por afirmação política, questionando as desigualdades e relações de poder no campo, reivindicando acesso à terra com titulação conjunta e a um conjunto de direitos sociais, econômicos e políticos (Siliprandi, 2012). Resultado destas reivindicações, seja via organizações do movimento autônomo de mulheres⁷, seja via organização das mulheres no interior dos movimentos mistos⁸, foi a conquista, ainda na Constituição de 1988, de direitos fundamentais como a menção explícita do direito das mulheres à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social, como seguradas especiais. Com a ampliação da organização das mulheres rurais e as conquistas alcançadas, as agendas políticas passaram por transformações que apontam, fundamentalmente, para a inserção e organização produtiva das mulheres rurais.

A Marcha das Margaridas é uma das expressões deste processo de luta das trabalhadoras rurais. Sua primeira edição teve como lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, demonstrando sua convergência política com o lema da Marcha Mundial das Mulheres, lançada internacionalmente no mesmo ano. Cerca de 20 mil trabalhadoras rurais participaram desta mobilização em Brasília, em agosto de 2000.

7. Por exemplo: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Quebradeiras de Coco etc.

8. Por exemplo: Contag e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A segunda edição da Marcha das Margaridas reuniu cerca de 50 mil mulheres com o mote “2003 razões para marchar por terra, água, salário, saúde e contra a violência”, com um amplo leque de reivindicações. A terceira edição, em 2007, reuniu 30 mil mulheres “contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, e atualizou a pauta de negociações considerando as conquistas obtidas e consolidadas em políticas públicas para as mulheres rurais. Já em 2011, participaram 70 mil mulheres sob o lema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável, com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.

O processo de construção de cada uma das edições da Marcha das Margaridas envolve formação, encontros preparatórios em nível nacional e também nos locais e estados, além de um processo intenso de captação de recursos. Em sua elaboração, a Marcha das Margaridas apresenta a necessidade de superar a noção de que o urbano e o rural são opostos, articulando uma visão que abrange a complexidade do território brasileiro. As mulheres afirmam a pluriatividade que marca o rural, com atividades além da agricultura e da pecuária, como agroextrativismo e artesanato. Essa ampliação da noção do rural contém, assim, o reconhecimento das atividades, condições de vida e protagonismo das mulheres rurais, trabalhadoras do campo e da floresta. Tal reconhecimento e visibilidade devem ter como consequência políticas públicas que assegurem saúde, educação, saneamento, habitação, apoio à produção e comercialização.

As parcerias da organização da Marcha das Margaridas foram se ampliando ao longo dos anos, sendo que desde o início figuram entre elas a Secretaria de Mulheres da CUT, a Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento Interestadual das Quebra-deiras de Coco Babaçu (MIQCB), e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE).

ANÁLISES, AÇÕES E PROPOSTAS FEMINISTAS SOBRE A ECONOMIA

Partindo das trajetórias e ações políticas dessas organizações, a sistematização se organiza em torno de dois blocos. O primeiro refere-se ao processo de resistência aos acordos de livre-comércio e à visão geral de crítica feminista à sociedade de mercado; e o segundo abrange proposições de políticas e alternativas econômicas concretas nos marcos de um entendimento comum sobre a autonomia econômica das mulheres.

A CRÍTICA FEMINISTA À SOCIEDADE DE MERCADO

A globalização neoliberal é caracterizada pela expansão da mercantilização a todas as dimensões da vida, integrando-as ao sistema capitalista. A mercantilização

se expande para os bens comuns, passando pelo controle da vida por meio de novas tecnologias e pela privatização de serviços sociais básicos, como educação e saúde (Giovanni, 2006). A visão crítica feminista à mercantilização do corpo e da vida das mulheres levou ao questionamento geral da sociedade de mercado. Nessa sociedade, o trabalho das mulheres é utilizado como fonte inesgotável para amortecer os impactos da violência do sistema capitalista sobre as condições de vida. Além disso, o modelo de feminilidade é redefinido a partir de novas necessidades criadas pelo mercado e pela transformação do corpo das mulheres em mercadoria que satisfaz à dominação masculina, ao mesmo tempo em que atende a interesses econômicos (Silveira, 2007).

A elaboração da crítica feminista à sociedade de mercado, a partir dessas organizações, passou por uma apropriação do debate econômico pelas mulheres. Questionar a exclusão da reprodução como parte da economia e dar visibilidade à interdependência entre produção e reprodução é uma contribuição da economia feminista que adquiriu especial relevância neste processo. Ela impulsionou análises sobre o crescimento da presença do mercado na organização da vida de todos, com as privatizações e a intensificação do trabalho invisível e não remunerado das mulheres, sobretudo o trabalho doméstico e de cuidados. A visão feminista entre as mulheres rurais denunciou a naturalização da divisão sexual do trabalho como organizadora da produção, uma vez que invisibiliza e desconsidera o trabalho das mulheres em hortas, quintais e criação de pequenos animais como se não fosse um trabalho produtivo. É um trabalho fundamental para garantir a reprodução da vida, ainda que sem mediação direta do dinheiro.

Aí se situa um aspecto central da contribuição da economia feminista para a crítica ao sistema capitalista, que considera econômico apenas o que está na esfera mercantil, com expressões monetárias e financeiras. A constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos no enfrentamento ao neoliberalismo e, particularmente, a visibilidade das mulheres rurais como trabalhadoras, tornou pública a reivindicação de reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres como econômico e não como atribuição natural motivada pelo “amor materno”. Isso contribuiu para reconceitualizar o trabalho, ampliando esse conceito para além do emprego e considerando a experiência das mulheres. O trabalho é compreendido, assim, como o conjunto das atividades necessárias para a produção cotidiana do viver.

Ao mesmo tempo, a elaboração crítica desenvolvida por estes movimentos demonstrou as formas pelas quais a divisão sexual do trabalho operava no mercado de trabalho, notadamente por meio da precarização do trabalho feminino. As análises

sobre o trabalho das mulheres na agricultura contribuíram neste sentido, ao desvelar a presença massiva das mulheres na agricultura para exportação, com condições de trabalho marcadas por contratos temporários, informais, sem direitos ou garantias e, muitas vezes, expostas a grande quantidade de agrotóxicos e pesticidas (Giovanni, 2006). Além disso, cuidado, paciência e habilidade manual são requisitos para o trabalho com frutas, costura e setores da construção civil. A capacitação das mulheres para estas atividades deveria ser considerada como qualificação, porque é uma construção social e não um atributo natural. No entanto, essa capacitação é vista como atributo natural e desvalorizada no mercado. Tanto a MMM como a Remte apontam que, com o livre-comércio, a flexibilização dos direitos trabalhistas permite que as mulheres sejam incorporadas ao mercado de trabalho substituindo uma relação regulamentada, em postos antes ocupados por homens mas que, quando ocupados pelas mulheres, especialmente neste contexto, passam a ter remuneração mais baixa e ausência de direitos.

Como parte de uma compreensão geral sobre a relação entre a sociedade de mercado e a desigualdade de gênero, as análises destes movimentos apontaram como a divisão sexual do trabalho estruturou uma nova divisão internacional do trabalho, característica central do neoliberalismo. A utilização intensiva da mão de obra feminina nos setores mais explorados e precarizados foi denunciada como uma estratégia das empresas para aumentar a competitividade de seus produtos no mercado (Remte, 2008).

As relações de gênero estariam, assim, no coração deste modelo econômico (León, 2008). O neoliberalismo operou um modelo baseado na exploração do trabalho, na crescente privatização dos espaços e na mercantilização da vida. Nesse sistema, a subordinação das mulheres tem uma base material de organização do trabalho, da produção e dos recursos. Isso vai muito além de ver mulheres como apenas “impactadas” positiva ou negativamente pelas definições econômicas. A visão feminista orientou a atuação das organizações de que estamos tratando, inserindo o feminismo em uma luta pela transformação global do sistema capitalista (Faria, 2005).

Uma consequência importante desta orientação foi o posicionamento das reivindicações das mulheres no plano econômico, estratégia que possibilitou visibilizar as contribuições das mulheres para a economia e a construção de um discurso de que as mulheres não estão em luta para demandar apenas o que lhes falta para conquistar igualdade com os homens, mas como protagonistas da produção do viver, cuja experiência deve ser reconhecida e valorizada (León, 2002).

Esta visão, muito presente nos documentos da Remte, concretizou, na agenda política, o enunciado da economia feminista de que, além de lutar pelo *status*

econômico da reprodução, se faz necessário romper com a linha divisória imposta pelo neoliberalismo entre o econômico e o social. Ou seja, o não reconhecimento da reprodução como parte da economia desloca parte das atividades efetivamente econômicas, realizadas pelas mulheres, para a esfera do social. Nessa divisão abstrata, predomina a visão de que as políticas para as mulheres devem estar localizadas na esfera social, sem serem incorporadas em processos mais amplos de transformações das desigualdades econômicas.

Outro aspecto a ser destacado na elaboração destas organizações é o questionamento das diferenças/desigualdades entre grandes segmentos de mulheres, especialmente quando se trata da organização do trabalho doméstico e de cuidados e das condições de trabalho remunerado. Como decorrência da história escravocrata e das desigualdades estruturais nas sociedades latino-americanas, há uma naturalização da utilização do emprego doméstico como forma de possibilitar a inserção qualificada das mulheres das classes média e alta no mercado de trabalho. Tal visão é questionada pelas organizações feministas utilizadas como referência neste texto: elas apontam a necessidade de uma reorganização global do trabalho doméstico e de cuidados, com a superação da atual divisão sexual do trabalho e o compartilhamento destas tarefas entre homens, mulheres e Estado. Além disso, o emprego doméstico é visto como um processo de manutenção de desigualdades de classe e raça entre as mulheres.

O ENFRENTAMENTO AOS ACORDOS DE LIVRE-COMÉRCIO

Os tratados de livre-comércio são propostas organizadas nos marcos da globalização neoliberal com uma série de acordos entre países para a abertura comercial e a livre movimentação das empresas. O principal acordo proposto para a América Latina, nos anos 1990, foi a Alca, que tinha como objetivo eliminar as barreiras alfandegárias para o livre-comércio entre os países da região.

A Remte foi a primeira rede feminista a se posicionar contra os acordos de livre-comércio na América Latina (Diaz, 2007)⁹. A negação dos instrumentos do livre-comércio e a resistência a eles foram decisivas para atualizar a elaboração em torno da conexão entre capitalismo e patriarcado, em um processo de articulação continental, mas enraizado localmente, que afirmava a impossibilidade de conjugar igualdade entre homens e mulheres com as políticas neoliberais (León, 2008). Esse não à Alca

9. Para uma análise deste processo, ver "A trajetória das mulheres na luta contra o livre-comércio e pela construção de alternativas" de Nalu Faria e Renata Moreno.

se baseou na avaliação de que este não era somente um simples acordo comercial, e sim um projeto estratégico de controle do território, da economia, dos investimentos e da biodiversidade dos países latino-americanos.

Assim, a articulação e elaboração em torno da resistência aos acordos de livre-comércio tornaram-se as primeiras linhas de atuação da Remte, e foram realizadas tanto em nível regional, com as articulações da Campanha Continental contra a Alca, da Aliança Social Continental e das lutas contra os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), como em nível sub-regional nos países que enfrentavam processos de negociação de Tratados de Livre-Comércio com Estados Unidos ou União Europeia.

A Remte e a MMM se posicionaram, desde o início, contrárias aos acordos de livre-comércio em questão, apontando a necessidade de um amplo processo de mobilização frente a estes acordos. Esta posição incluiu uma visão crítica à militarização do continente, ao papel das instituições financeiras internacionais e da dívida externa, e à Organização Mundial do Comércio. Para essas organizações feministas, os acordos garantiam o acesso das empresas ao comércio mundial, mas não o acesso universal aos direitos básicos que, no neoliberalismo, são precarizados e privatizados (Remte, 2008). Este posicionamento também se expressou na pauta da Marcha das Margaridas em 2000 e 2003.

A partir da análise da situação das mulheres no México, país que aderiu ao acordo de livre-comércio com Estados Unidos e Canadá (Nafta), se comprovou a exploração diferenciada do trabalho das mulheres nas maquiladoras, em condições precárias, sem direito à sindicalização e com casos frequentes de violência e assédio. Menos que uma possibilidade de emprego para as mulheres, o trabalho nas maquiladoras era considerado uma consequência da situação de pobreza que levava, especialmente mulheres jovens, a jornadas de 16 horas em montadoras. Naquele país, a degradação das condições de vida ampliou a violência e o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, e a ausência do Estado na garantia de políticas públicas resulta na intensificação do trabalho não remunerado e não reconhecido das mulheres com o cuidado das famílias e da comunidade, somadas à denúncia de desaparecimento de várias trabalhadoras (Foro Mujeres, 2001).

Os argumentos desenvolvidos pela Remte e pela MMM trazem para o debate público as contribuições econômicas das mulheres, tirando da invisibilidade um conjunto de atividades que sustentam as políticas neoliberais ao mesmo tempo que, ainda que não reconhecidas nem valorizadas, se intensificam com a implementação daquelas políticas. As mulheres têm um papel fundamental na produção cotidiana do viver, sendo responsáveis pela saúde e alimentação em um contexto de aumento do trabalho assalariado

precário. Explicitam, ainda, a análise de que o modelo proposto pelo livre-comércio mantém os países do Sul em um lugar subordinado na divisão internacional do trabalho, e que a lógica do neoliberalismo acentua a bipolarização entre as mulheres, intensificando, também, o trabalho das mulheres com a reprodução social (Nobre, 2002).

POR ALTERNATIVAS GERADORAS DE IGUALDADE

A derrota da Alca, em 2005, reabriu debates e disputas sobre alternativas de desenvolvimento e a agenda política da integração regional ganhou espaço entre os movimentos sociais em nível continental. A Remte, partindo dos acúmulos da resistência ao livre-comércio, elencou elementos para que os processos de integração regional fossem geradores de igualdade. Em documento conjunto com a MMM e a Via Campesina, afirmam que

“diminuir a desigualdade não será uma simples consequência do crescimento econômico. Ao contrário, a igualdade deve ser o princípio e o motor de um florescimento econômico baseado nas necessidades e na dignidade das pessoas, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução, e decidido de forma soberana e democrática” (Remte et al., 2005)

Um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana é afirmado como eixo para que se garanta o equilíbrio entre produção e reprodução, visando a reorganização do trabalho doméstico e de cuidados para que este deixe de ser considerado uma responsabilidade individual que as mulheres devem realizar no interior das famílias (Faria; Moreno, 2007). No mesmo sentido, o ideal de família patriarcal, a imposição da maternidade e a heteronormatividade, que estabelece como norma as relações heterossexuais, são questionados como parte dos mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero. Um terceiro elemento está relacionado à recolocação do papel do trabalho com centralidade na produção de riqueza, que implica a garantia de empregos com direitos para homens e mulheres, bem como a reorganização e a ampliação do que se compreende como trabalho (Remte et al., 2006). Diante da submissão dos Estados às vontades do mercado, apontam-se a necessidade de recuperar o sentido público do Estado como provedor de direitos, com democratização da sua gestão e com participação popular.

Em 2011, a Marcha das Margaridas se mobilizou por “desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade”, com uma plataforma de reivindicações composta por propostas de transformações estruturantes e articula-

das, capazes de garantir um “projeto de desenvolvimento que reconheça as mulheres como sujeitos políticos e em seu protagonismo econômico, político, social e cultural” (Margaridas, 2011, p. 7).

A consolidação do enfrentamento à fome, à pobreza e à violência sexista, no lema da Marcha das Margaridas de 2011, situa a mobilização em um campo de denúncia do modelo de desenvolvimento predominante no Brasil,

que se sustenta na aliança do latifúndio com o agronegócio, na concentração da terra e da renda, na devastação das florestas e bens comuns, na privatização e controle pelo mercado da água, da biodiversidade, na exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e na opressão e subordinação das mulheres (Margaridas, 2011, p. 9).

Ao mesmo tempo, afirmam as bases de outro modelo que oriente as políticas do Estado, novo modelo que reconheça a expressiva participação econômica das mulheres rurais e que enfrente tanto as desigualdades de raça que marcam suas realidades, como os obstáculos à permanência das jovens no campo. Assim, a Marcha das Margaridas defende o

desenvolvimento sustentável centrado na vida humana e no respeito à diversidade racial, étnica, geracional e cultural e à autodeterminação dos povos, na agricultura familiar e na soberania alimentar, como estratégia para romper com a atual lógica que privilegia a concentração de terra e de riquezas e gera pobreza e desigualdades (Margaridas, 2011, p. 11).

O documento da Marcha das Margaridas reivindica a justiça como um princípio relacionado com a autonomia econômica e pessoal, em enfrentamento à divisão sexual do trabalho, na medida em que dá visibilidade à intensa jornada de trabalho das mulheres rurais e evidencia a necessidade de articular as esferas da produção e reprodução para a construção de alternativas. Combinam, desta forma, justiça com a igualdade e liberdade das mulheres no mundo do trabalho, na vida familiar e na política. Esta formulação se concretiza em demandas pela socialização do trabalho doméstico e de cuidados, e em políticas de apoio às atividades econômicas e à organização produtiva das mulheres. Articulam-se, ainda, duas ordens de demandas: as de enfrentamento à violência contra as mulheres e as de reconhecimento da autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas. Essas dimensões são apresentadas de modo a reforçar que a superação da pobreza é central para a garantia de autonomia pessoal, política e econômica das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.

Na plataforma da Marcha das Margaridas de 2011, este enunciado geral se desdobra em análises e propostas de políticas em torno da biodiversidade e democratização dos recursos ambientais; terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica, trabalho e renda; educação não sexista, sexualidade e violência; saúde e direitos reprodutivos; democracia, poder e participação política.

Há em comum, entre os enunciados propostos pelas três organizações para a construção de alternativas geradoras de igualdade, um traço forte no sentido de ampliação do que é compreendido como economia para além daquilo que é mercantilizado. Neste sentido, há a afirmação permanente de que o desenvolvimento não pode ser reduzido ao crescimento econômico, assim como há uma compreensão de que a economia deve estar articulada com outras dimensões da vida para a conquista de uma cidadania integral das mulheres.

EM LUTA PELA AUTONOMIA ECONÔMICA

A autonomia econômica é uma das dimensões da capacidade de autodeterminação das pessoas sobre suas próprias vidas, que se soma a outras dimensões, como aquelas relacionadas com o corpo, a sexualidade e a participação política. Entre a Remte, a MMM e a Marcha das Margaridas, a luta pela autonomia econômica articula a dimensão individual com uma agenda de transformações mais amplas, orientadas no sentido da geração de igualdade entre homens e mulheres. Esta visão vai além da noção de autonomia como uma conquista apenas individual, a partir de determinada inserção no mercado de trabalho ou acesso à renda. Por isso, nas reivindicações em torno da autonomia econômica, tanto nas plataformas da Marcha das Margaridas como da Marcha Mundial das Mulheres, se encontram demandas como reforma agrária e valorização do salário mínimo, projetando um debate geral sobre o modelo de desenvolvimento.

A autonomia econômica é definida pela Marcha Mundial das Mulheres como

a capacidade das mulheres serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira e também inclui o acesso à previdência e aos serviços públicos (MMM, 2010).

Trabalho e autonomia econômica constituem, assim, um dos campos de ação da Marcha Mundial das Mulheres. Também é um eixo permanente da Marcha das

Margaridas, que a define como “ter independência financeira, acesso aos recursos necessários para produzir, controle sobre o seu tempo, mas também ter o controle sobre o próprio corpo e sobre a sua vida” (Margaridas, 2011, p. 29).

As duas formulações partem da crítica à divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de sexo, considerando que a separação e hierarquia que tal divisão estabelece condicionam a participação das mulheres no mercado de trabalho. No meio rural, as atividades que as mulheres realizam nos quintais, hortas, pomares e na criação de pequenos animais não são reconhecidas como trabalho, por serem consideradas uma extensão das tarefas domésticas. Cerca de metade das mulheres rurais trabalha para o autoconsumo, sem ter nenhuma remuneração por esse trabalho. Ao mesmo tempo, o trabalho das mulheres na área extrativista, agrícola e não agrícola permanece na invisibilidade ou, quando reconhecido, é considerado uma ajuda ou complemento ao trabalho masculino. Isso decorre de uma visão de família patriarcal, em que o homem representaria os interesses comuns da família, como se estes fossem complementares e harmônicos. Essa estrutura familiar é questionada por reproduzir hierarquias de gênero e geração, devido aos padrões de sucessão rural que privilegiam os homens, sendo este um fator limitante da autonomia das jovens rurais.

Os documentos da MMM e da Marcha das Margaridas explicitam o vínculo e a interdependência entre a reprodução e a produção para a manutenção do sistema capitalista, ao mesmo tempo em que questionam os privilégios dos homens com a manutenção da divisão sexual do trabalho. Propõem uma visão ampliada da economia e utilizam a estratégia de iluminar a esfera da reprodução, dando visibilidade ao conjunto de tarefas realizadas pelas mulheres que garantem a sustentabilidade da vida. Com isso, esses movimentos pressionam para que as proposições de políticas públicas incidam não apenas no âmbito do mercado do trabalho remunerado, mas também na organização do trabalho não remunerado e na diminuição da desigualdade entre homens e mulheres. Isso implica que, entre as reivindicações, para além do direito a uma remuneração digna para seu trabalho, está o acesso a direitos e serviços públicos que distribuam a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados, de forma a reduzir o tempo dedicado pelas mulheres a essas tarefas. Nesse sentido, as demandas em torno da autonomia econômica se articulam em diversos campos, como valorização do salário mínimo, creches e previdência social, economia solidária, soberania alimentar e políticas para as mulheres rurais. A estas reivindicações se somam aquelas vinculadas a outras dimensões da autonomia das mulheres, como a participação política, o enfrentamento à violência e a oferta de uma infraestrutura pública de serviços como saúde e educação.

A reivindicação de creches públicas é permanente nas agendas da Marcha Mundial das Mulheres e da Marcha das Margaridas. A esta demanda se somam as de outros equipamentos públicos, como lavanderias e restaurantes públicos. O objetivo é que o Estado tenha um papel ativo na socialização do trabalho de cuidados com as crianças, serviço estratégico para a conquista de autonomia das mulheres e melhores condições de emprego. Poder colocar os filhos em creches, além de aumentar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, melhora a qualidade dessa inserção. A questão do horário de atendimento das creches é fundamental na medida em que se relaciona diretamente ao tempo de trabalho das mães, ampliando ou limitando as possibilidades de buscar emprego com melhor remuneração, em tempo integral e com garantia de direitos. Ainda há um desafio importante sobre o modelo de creche para o meio rural.

Outra política que amplia a autonomia econômica é a previdência social. Em conjunto com outras organizações feministas¹⁰, atua em defesa da previdência pública e universal, opondo-se a qualquer tentativa de reforma que privatize ou restrinja o acesso à previdência. Reunindo os desafios e propostas feministas, Lopes e Pelatieri (2012) afirmam que, para que a previdência seja universalizada, ainda é preciso incorporar parcela dos trabalhadores e das trabalhadoras do setor informal, bem como reconhecer o trabalho não remunerado das mulheres. A Marcha das Margaridas afirma que a previdência social tem sido a política pública de maior impacto econômico e social no meio rural e na vida econômica da maioria dos municípios brasileiros.

A VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NA AGENDA FEMINISTA

A valorização do salário mínimo é parte das reivindicações de todas as edições da Marcha das Margaridas e apareceu com destaque em uma campanha realizada pela Marcha Mundial das Mulheres no Brasil em 2003. A campanha foi composta pela produção de materiais para subsídio das atividades de formação realizadas em todos os locais em que a Marcha estava organizada, pela reivindicação da valorização do salário mínimo nas atividades públicas de mobilização e diálogo com os movimentos sociais. As elaborações desta campanha foram feitas em conjunto com a Rede Economia e Feminismo (REF). Na REF havia uma discussão sobre como trabalhar a questão da pobreza a partir de políticas universais e políticas de apoio e socialização

10. A MMM integrou, junto com oito organizações – entre elas a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) –, o Fórum Itinerante das Mulheres em Defesa da Previdência e Seguridade Social (FIPSS), uma mobilização nacional articulada, desde 2007, com o objetivo de visibilizar as desigualdades vividas no mundo do trabalho, denunciar a situação de desproteção social, defender um sistema universal, público, solidário e redistributivo de Previdência e Seguridade Social.

do trabalho doméstico, considerando que esta é uma questão importante na definição da presença das mulheres no mercado de trabalho.

Historicamente, o movimento feminista reivindicou a igualdade salarial entre homens e mulheres, com chamadas de luta como “Salário igual para trabalho igual” e, mais recentemente, com uma agenda de lutas em torno da igualdade de oportunidades, protagonizada sobretudo pelas mulheres sindicalistas. Há um intenso processo de organização das mulheres sindicalistas na CUT¹¹, que se articula com diversos processos do movimento feminista. Entre as bandeiras das mulheres sindicalistas estão a igualdade de oportunidades no trabalho e na vida, bem como a paridade nas diretorias dos sindicatos. Além disso, a luta pela redução da jornada de trabalho aparece com centralidade entre as mulheres da CUT, e é assumida também pela Marcha Mundial das Mulheres por estar diretamente vinculada às possibilidades de reorganização do tempo e do trabalho de reprodução social.

Quando a Marcha Mundial das Mulheres organizou a campanha pela valorização do salário mínimo¹², ampliou o alcance da agenda salarial para além dos marcos do movimento sindical. Um dos objetivos apontados pela campanha foi consolidar uma reivindicação prioritária para articular diferentes setores e impactar o conjunto das mulheres, ao mesmo tempo que fosse capaz de dar visibilidade para as desigualdades econômicas entre homens e mulheres, e entre as mulheres.

A realidade do salário mínimo em 2003, quando a campanha foi elaborada, era de que 45% das mulheres ocupadas recebiam até um salário mínimo, sendo que parte destas trabalhadoras era rural e empregada doméstica, majoritariamente negra (Pnad, 2001). Argumentava-se, assim, que ainda que esta seja uma agenda geral, ela tem um conteúdo explicitamente feminista na medida em que afeta diretamente a renda da maioria das mulheres.

Dois argumentos foram centrais na campanha: em primeiro lugar, a valorização do salário mínimo como estratégia de combate à pobreza e como uma política de distribuição de renda, e em segundo lugar a constatação de que os impactos desta valorização contribuiriam para o combate às desigualdades entre as mulheres, especialmente as desigualdades raciais.

Para a MMM, o crescimento econômico deveria estar combinado com políticas de distribuição de renda e, nestas, deveria ser inserido um aumento grande e progressivo do salário mínimo, que também contribuiria com a elevação dos

11. A Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT integra a coordenação executiva da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil.

12. Os argumentos da campanha foram sistematizados com base na publicação *Campanha pela valorização do salário mínimo. Marcha Mundial das Mulheres na luta contra a pobreza entre as mulheres*, MMM e REF, jul. 2003.

salários de base e dos benefícios da previdência social. Com a valorização do salário mínimo, os trabalhadores e as trabalhadoras passariam a receber uma parte maior da riqueza que produzem, e serviria de referência para outros salários e para a formação de preços. Da mesma forma, contribuiria para movimentar a economia porque aumenta o poder aquisitivo das pessoas e, assim, o consumo. O aumento do salário mínimo também teria efeito positivo na economia da maioria dos pequenos municípios que têm a renda dos aposentados e pensionistas como principal fonte de impulso do comércio local. Além disso, é uma forma rápida e simples de proteger os mais pobres e também contribui para a queda da diferença entre os salários, especialmente aproximando as médias salariais entre homens e mulheres, bem como de negras(os) e brancos(as).

A campanha estabeleceu um debate com o valor do salário mínimo estipulado pelo Dieese como mínimo aceitável (R\$ 1.400,00 em 2003) porque este valor, que serve de referência para o conjunto da luta sindical, era calculado para uma família de quatro pessoas em que só uma delas trabalha¹³. Por considerar que este modelo de família, além de não ser hegemônico na sociedade brasileira, reproduz o ideal patriarcal de família com um homem provedor, o cálculo da MMM foi estabelecido considerando o salário de cada indivíduo que trabalha, relacionando-o, assim, com a autonomia econômica das mulheres.

A diminuição da diferença salarial entre homens e mulheres se daria porque as mulheres são maioria entre quem ganha até um e até dois salários mínimos. Entre estas trabalhadoras, a Marcha Mundial das Mulheres expõe claramente em seus argumentos aquelas que trabalham sem carteira assinada, trabalhadoras por conta própria e trabalhadoras domésticas. Além disso, aponta o impacto positivo da valorização do salário mínimo sobre a situação das mulheres rurais e das mulheres negras. Da mesma forma, a valorização do salário mínimo contribuiria para a autonomia econômica e para garantir a satisfação de necessidades de mulheres aposentadas e pensionistas, considerando a maior expectativa de vida das mulheres.

As propostas e ações da campanha foram inseridas em uma visão geral sobre a economia e as decisões políticas em torno da política econômica, ou seja, no sentido de que houvesse uma reestruturação da economia voltada para a criação de empregos, a produção de bens de consumo de massa e a prestação de serviços que garantam o acesso a direitos básicos. Em um momento de transição da orientação política do

13. A proposta da MMM em 2003 se organizava em duas etapas. A primeira seria dobrar o valor do salário mínimo em quatro anos, promovendo um aumento de 19% a cada ano. A segunda etapa consistia em elevar o valor até R\$ 730,00. Esse valor foi estabelecido com base em um cálculo que dividiu 60% do PIB de 2002 entre o número de trabalhadores(as) do mesmo ano, exceto aqueles de 10 a 14 anos.

governo federal, a campanha questionou explicitamente a orientação neoliberal predominante em nível federal até 2002. O Estado deveria operar estas transformações, contemplando o crescimento econômico centrado no fortalecimento do mercado interno e de consumo de massa e no estímulo à poupança interna, combinado com a expansão do emprego formal e a implementação de políticas de apoio à reprodução, como as creches públicas.

Nos anos seguintes ao início desta campanha houve uma significativa mudança no tratamento da questão do salário mínimo pelo governo federal e também pelas organizações do movimento social, particularmente o movimento sindical, que organizou três Marchas Nacionais pelo Salário Mínimo¹⁴ entre 2004 e 2006, tornando-se o interlocutor com o governo federal sobre essa questão. A política adotada pelo governo federal em 2007, em negociação com as centrais sindicais, se estruturou com o ajuste do valor do salário mínimo pela reposição da inflação e o aumento real pela variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores.

As edições de 2007 e 2011 da Marcha das Margaridas mantiveram como prioridade na pauta de reivindicações a política de valorização do salário mínimo, por seu amplo impacto social, em especial junto aos segmentos dos assalariados e da agricultura familiar, pela remuneração da aposentadoria e porque influi na definição de preços dos produtos agrícolas. Ainda que tenha havido uma política de valorização do salário mínimo, seu valor continuava distante do necessário para cumprir sua função social prevista na Constituição Federal. Isto porque, apesar de ter acumulado ganhos reais acima da inflação, essa política respondeu apenas à distribuição em relação ao crescimento atual da economia, sem enfrentar a desvalorização acumulada em 40 anos. A incidência para que esta Política de Valorização do Salário Mínimo se transformasse em lei permaneceu na agenda da Marcha das Margaridas em 2011, como medida efetiva para a distribuição de renda. Segundo a plataforma da Marcha das Margaridas, esta política deve estar alicerçada em uma política de desenvolvimento que não se restrinja ao crescimento econômico e seja comprometido com a dignidade das condições de vida para homens e mulheres do campo e da cidade. Da mesma forma, a reivindicação segue presente na agenda política da Marcha Mundial das Mulheres como forma de combater as desigualdades de gênero e raça.

14. A Marcha Nacional pela Recuperação do Salário Mínimo e Correção da Tabela do Imposto de Renda foi proposta pela CUT e organizada junto com as centrais sindicais Força Sindical, CGT, CGTB, SDS e CAT. Ao final do primeiro ato, os dirigentes que se reuniram com o então presidente Lula anunciaram a elevação do salário mínimo para R\$ 300,00 e a correção em 10% da tabela do imposto de renda a partir de 2005. Como resultado da mobilização da segunda Marcha, em 2005, alterou-se o calendário político em torno do salário mínimo que passaria a ser discutido antes da peça orçamentária da União ser votada no Congresso Nacional. A terceira Marcha, em 2006, teve entre os pontos de reivindicação uma política de permanente valorização do salário mínimo.

UMA AGENDA FEMINISTA PARA O CAMPO

As elaborações feministas sobre as políticas para as mulheres trabalhadoras rurais têm como pano de fundo uma crítica ao atual modelo de produção e consumo e à ofensiva do capital sobre os territórios, os bens comuns e a biodiversidade, ofensiva que tem as transnacionais como atores centrais. As transnacionais expandem seu controle sobre os processos da vida, aprofundando, na agricultura, um modelo baseado no latifúndio e no agronegócio, no uso intensivo de agrotóxicos e no controle do mercado de sementes com a disseminação dos transgênicos. O patenteamento e o controle das sementes pelas empresas transnacionais colocam as camponesas e os camponeses em uma situação de dependência de intermediários, limitando sua autonomia e capacidade de produção para subsistência (Remte et al, 2005).

Por sua vez, as cadeias transnacionais de supermercados controlam a distribuição de alimentos, inviabilizando mercados locais e quitandas nas cidades, o que impõe ainda mais obstáculos para a comercialização da agricultura familiar e camponesa. A Marcha das Margaridas afirma o alimento saudável como um direito, assim como afirma que a terra, a água, os recursos genéticos e a biodiversidade são patrimônios dos povos. Desta forma, a agenda feminista para o campo articula reforma agrária, direitos territoriais, políticas de apoio à produção da agricultura familiar e agroecológica, acesso aos bens comuns, preservação da biodiversidade, alimentos de qualidade, combate ao agronegócio, aos oligopólios e às políticas de livre-comércio, e defesa dos mercados locais.

Na resistência ao modelo das transnacionais, são gestadas propostas de alternativas a partir da agricultura familiar e camponesa, que se somam à economia feminista e à economia solidária, colocando em xeque as normas do pensamento dominante (Faria, 2009, p. 24). Essa autora afirma que o movimento das trabalhadoras rurais debate com centralidade a questão do trabalho doméstico e de cuidados, bem como o trabalho não remunerado das mulheres com a criação dos pequenos animais ou nos quintais. Contribuí, assim, para reconhecer, dar visibilidade e valorizar o trabalho das mulheres no campo.

A alimentação é uma dimensão essencial para a sustentabilidade da vida e sua gestão depende, tanto no campo como na cidade, do trabalho doméstico e de cuidados realizado majoritariamente pelas mulheres. A luta por soberania alimentar se converteu em um ponto de convergência que fortaleceu a articulação entre mulheres urbanas e rurais. Soberania alimentar é um princípio apresentado pela Via Campesina

nos marcos das lutas pelo direito à alimentação e contra a inclusão da agricultura nos tratados de livre-comércio. A soberania alimentar é o

direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de incluir as futuras gerações e defender seus interesses (Nyeleni, 2007).

A Marcha Mundial das Mulheres afirma que esse é um eixo estratégico para uma transformação estrutural, na medida em que propõe restabelecer as relações entre o campo e a cidade, considerando toda a cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos. Além disso, destaca que na afirmação da soberania alimentar se reconhece e defende o conhecimento das mulheres, ao mesmo tempo que os mecanismos de privatização da vida são recusados (Remte et al, 2006). Na Marcha das Margaridas, há uma associação entre soberania e segurança alimentar e nutricional, que reflete um processo mais amplo de articulação da sociedade civil em torno desta agenda frente ao Estado no Brasil.

A presença organizada das mulheres nas lutas nacionais e internacionais por soberania alimentar ampliou o reconhecimento do trabalho das mulheres na produção de alimentos, desde o trabalho produtivo que é visível, mas passando também pela conservação das sementes, preparo das refeições, acúmulo de conhecimentos e práticas agroecológicas. Em torno da luta por soberania alimentar, destacam-se as mobilizações do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimentos que integram a Via Campesina no Brasil, e as articulações em torno do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). O fato de que este acúmulo de conhecimentos tenha se expressado em manifestações massivas de mulheres contribuiu para que as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais fossem reconhecidas como um ator político e econômico.

A mobilização das trabalhadoras rurais cumpriu um papel destacado na criação e redefinição de políticas para o campo. Segundo Butto (2011), após a primeira edição da Marcha das Margaridas, houve por parte do governo federal uma reação tímida e limitada às demandas apresentadas pelas mulheres. A autora afirma que a promoção da igualdade de gênero passa a ser um objetivo da política pública para

as mulheres rurais a partir de 2003, quando se criou uma institucionalidade capaz de integrar esta perspectiva tanto às demais políticas de desenvolvimento agrário como às políticas para as mulheres no âmbito do governo federal, com orçamento destinado a essas políticas.

As reivindicações das trabalhadoras rurais passam a questionar o ideal de família com um homem provedor ou representante dos interesses comuns do núcleo familiar. De acordo com Faria (2009), a demanda de que as políticas do Estado reconheçam as mulheres como sujeitos autônomos, econômica e politicamente, revela e questiona os conflitos decorrentes das desigualdades de gênero no interior das famílias. Exemplo disso é a resposta do Estado à reivindicação de acesso igualitário à reforma agrária, com o estabelecimento, em 2003, da obrigatoriedade da titulação conjunta.

A organização das mulheres na agroecologia é outro campo de ação que apresenta a construção de um novo padrão de produção e consumo e de relação entre o campo e a cidade como eixos de enfrentamento à lógica do agronegócio e das cadeias agroalimentares. Agroecologia é definida por um conjunto de conhecimentos e práticas de produção agrícola que estabelecem uma relação harmônica com a natureza e entre as pessoas, privilegiando a produção diversificada e de alimentos saudáveis, para circulação em circuitos locais. É um conjunto de práticas produtivas associado à definição de soberania alimentar, que combate o uso de agrotóxicos e transgênicos, valorizando o conhecimento tradicional, a participação das mulheres e sua resistência que garante a diversidade de sementes e práticas.

A Marcha das Margaridas (2011) tornou visível o trabalho das mulheres na agroecologia, vinculado às experiências de produção nos quintais e arredores da casa, voltadas especialmente para a subsistência, reproduzindo saberes tradicionais que se fundamentam no respeito à biodiversidade e na produção de alimentos saudáveis. Essas práticas se expressam em uma diversidade produtiva, com hortas, animais e manipulação de plantas medicinais, que garantem produtos básicos para a subsistência cotidiana das famílias. Porém, as experiências das mulheres na agroecologia também enfrentam desvalorização e são desconsideradas como parte da economia, por não se converterem necessariamente em recursos monetários, como é o caso da produção para o autoconsumo. As mulheres têm afirmado que “sem feminismo não há agroecologia”, reivindicando a igualdade tanto como objetivo das políticas públicas como para o próprio movimento agroecológico¹⁵.

15. Para um registro da presença organizada das mulheres no III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em maio de 2014, ver: <<http://marchamulheres.wordpress.com/2014/05/19/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-carta-das-mulheres-no-ena/>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

As experiências na agroecologia fortalecem, também, as práticas da economia solidária. Na agenda da Marcha Mundial das Mulheres, a economia solidária aparece como processo privilegiado para inaugurar novas relações econômicas, através do trabalho associado como base para a produção e comercialização. Neste sentido, o reconhecimento dos direitos sociais do trabalho associado é uma demanda para o Estado, mas também o questionamento da divisão sexual do trabalho, tanto no que se refere à relação entre reprodução e produção, quanto na divisão do trabalho produtivo, que por vezes reserva às mulheres as tarefas tradicionalmente consideradas femininas.

FEMINISMO ANTICAPITALISTA EM MOVIMENTO

Os elementos da agenda política sistematizada neste texto apresentaram como característica comum o fato de articularem o debate econômico a outras dimensões da vida das mulheres sem fragmentar as análises e as reivindicações. A compreensão da autonomia econômica é reconhecida como central para a garantia da autonomia das mulheres sobre sua saúde e sexualidade, comportamento e, ainda, como condição para viver uma vida livre de violência. Mas, além disso, a autonomia se vincula a um processo mais amplo de construção de justiça social, igualdade e liberdade.

Estas questões estão estreitamente conectadas a reivindicações de transformações estruturais no sistema capitalista e patriarcal, indispensáveis para que as mudanças possam alcançar a vida de todas as mulheres e não apenas daquelas que se definem e são beneficiadas pelas relações de classe e raça. Tal perspectiva tem como consequência política uma estratégia organizativa edificada em torno de um sujeito coletivo que compreende uma diversidade das mulheres, cuja unidade se dá em torno de uma agenda política posicionada. Neste sentido, as relações de alianças entre as mulheres do movimento feminista e dos movimentos sociais mistos fortalecem essa estratégia organizativa, que aposta na ampliação do sujeito feminista para o conjunto das mulheres em movimento por transformações sociais, ou seja, para que a perspectiva da igualdade de gênero seja incorporada ao conjunto das lutas sociais e não se restrinja apenas a determinados grupos feministas.

A centralidade da economia na agenda feminista apresenta, assim, a potencialidade de projetar a construção de uma sociedade que tenha a igualdade como princípio organizador das relações, interpelando, simultaneamente, o conjunto do movimento feminista e dos movimentos sociais, bem como o Estado e as políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Carmen L. Díaz. La Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía: construir puentes entre la justicia económica y la equidad de género. *La ventana*, Guadalajara, n. 26, 2007.

ALVAREZ, Sonia. Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

AMORÓS, Celia. *Mujeres e imaginarios de la globalización: reflexiones para una agenda teórica global del feminismo*. Rosario: Homo Sapiens, 2008.

_____; MIGUEL, Ana de (Eds.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización – de la ilustración al segundo sexo*. Madri: Minerva, 2007. 1 v.

BENHABIB, Seyla. El otro generalizado y el otro concreto. In: BENHABIB, Seyla; CORNELLA, Drucilla. *Teoría feminista y teoría crítica*. Valencia: Institució Alfons el Magnànim, 1990.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CONWAY, Janet. A problemática do feminismo transnacional: discutindo o futuro do feminismo no Fórum Social Mundial, 2007. Disponível em: <www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=424>. Acesso em: 19 nov. 2014.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: SOF, 2005. (Cadernos Sempre Viva).

_____. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andrea (Org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

_____; MORENO, Renata. A trajetória das mulheres na luta contra o livre-comércio e pela construção de alternativas. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (Org.). *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008.

_____. *Feminismo e Integração da América Latina e do Caribe*. São Paulo: SOF, 2007.

_____; NOBRE, Miriam. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 623-632, 2003.

GIOVANNI, Júlia. *Agricultura na sociedade de mercado: as mulheres dizem não à tirania do livre comércio*. São Paulo: SOF, 2006.

LEÓN, Magdalena. Mulheres transformando a Economia. 2008. Disponível em: <www.servicioskoinonia.org/agenda/archivo/portugues/obra.php?ncodigo=30>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Mujeres contra el Alca. 2002. Disponível em: <<http://alainet.org/active/2831&lang=es>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

LOPES, Bárbara; PELATIERI, Patrícia. O direito das mulheres à previdência e a construção da igualdade. In: MORENO, Renata (Org.). *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

NOBRE, Miriam. Introdução à economia feminista. FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002. (Cadernos Sempre Viva).

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento Iberoamericano*, Madri, n. 9, 2011.

SILVA, Berenice. *A marcha das margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado) – UnB. Brasília, 2008.

SILVEIRA, Maria Lúcia. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres: alinhavando reflexões. In: FREITAS, Taís; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

MARGARIDAS. Caderno de formação da Marcha das Margaridas, 2011.

MMM. 1998-2008: Una década de lucha feminista internacional. 2008.

_____. Plataforma de Ação: Marcha Mundial das Mulheres – Brasil. 2010.

_____. Campanha pela valorização do Salário Mínimo: Marcha Mundial das Mulheres na luta contra a pobreza entre as mulheres. São Paulo, 2003.

MUJERES HACIA CANCÚN. Foro internacional los derechos de las mujeres en los tratados comerciales. 2001.

NYELENI. Declaração do Fórum Nyeleni de Soberania Alimentar. Mali, 2007.

REMTE. Documento interno sobre os acúmulos das mulheres na luta contra a ALCA e o livre comércio. 2008.

REMTE *et al.* Mujeres de las Américas Presentes em Mar del Plata. Folheto, Mar del Plata, 2005.

_____. Mujeres construyendo alternativas hacia outra Integración. Folheto, Cochabamba, 2006.

A LUTA POLÍTICA FEMINISTA PARA DESPATRIARCALIZAR O ESTADO E CONSTRUIR AS BASES PARA A IGUALDADE

CLARISSE PARADIS*

INTRODUÇÃO

Historicamente, o patriarcado, entendido como sistema de dominação masculina, predominou nas estruturas estatais, mantendo intactas as formas de divisão sexual do trabalho e perpetuando a violência cotidiana contra as mulheres. O traço patriarcal do Estado, como veremos, atravessa os tempos e as inúmeras transformações sociais, políticas e demográficas das sociedades. No entanto, sua desestabilização tem sido objeto da ação política feminista, que, desde os primórdios do movimento, obteve importantes êxitos, pressionando pelo reconhecimento e eliminação das desigualdades entre homens e mulheres.

A reivindicação dos movimentos e organizações feministas por políticas públicas que atendam as mulheres e sua implementação no âmbito do Estado são, portanto, parte de um processo longo, dinâmico e conflituoso de reconhecimento das mulheres na condição de sujeitos sociais e políticos e de fortalecimento de uma visão das relações de gênero que revele a hierarquia e a subordinação às quais as mulheres estão submetidas.

* Militante da Marcha Mundial das Mulheres, doutoranda em ciência política pela UFMG e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher (Nepem/UFMG).

Essa construção está intimamente relacionada com a divisão entre as esferas pública e privada. Enquanto a família é construída como parte do âmbito privado, Estado e sociedade civil são construídos como pertencentes ao âmbito público. Essa divisão é também uma divisão sexual – as mulheres, historicamente privadas de participação pública, passaram a ser associadas ao amor, aos laços sanguíneos, à sensibilidade, ao cuidado, à submissão. Já o mundo público é associado à cidadania, à liberdade, aos direitos, à propriedade e, portanto, aos homens, que interagem como cidadãos iguais.

Essa divisão sexual entre público e privado fez que o espaço doméstico fosse visto como essencialmente feminino e os homens como os provedores da família. É evidente que desde os primórdios, uma gama significativa de mulheres transita entre ambas as esferas e foi responsável tanto pela reprodução da vida no interior das famílias como por seu sustento, a partir do trabalho muitas vezes precarizado e informal no mundo público. As mulheres transitam nas esferas pública e privada, mas sua inserção em ambas continua a ser marcada pela lógica liberal de separação e hierarquização.

Portanto, falar de políticas públicas para as mulheres, em uma perspectiva feminista, é falar de políticas que incidam sobre as desigualdades de gênero (e de classe, raça, sexualidade etc.), as quais possuem raízes profundas na divisão entre os âmbitos público e privado e na construção de uma cidadania das mulheres cindida ou inacabada (Godinho, 2007). Nesse sentido, essas políticas devem conceber as mulheres como sujeitos ativos na transformação dessas desigualdades e não como simples público-alvo.

Quando falamos das mulheres, estamos admitindo que exista uma diversidade de mulheres – mulheres negras, brancas, heterossexuais, lésbicas, trabalhadoras rurais e urbanas, jovens e não jovens etc. Esses marcadores de diferenças influenciam o modo como cada mulher se situa na trama social, refletindo as oportunidades e desigualdades vividas por elas.

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre o Estado patriarcal e os esforços feministas para despatriarcalizá-lo, realizados a partir de experiências e reflexões feministas na América Latina. Nesse sentido, busca-se retomar os processos de disputas e oposições entre patriarcado e ação política feminista vividos no Estado e na sociedade da nossa região. Faremos uma breve discussão sobre a noção de Estado, tendo em vista os desafios e percepções das mulheres organizadas e as contribuições de importantes teóricas feministas. Examinaremos o conceito de patriarcado, também brevemente, com vistas a entender sua trajetória temporal, e analisaremos a construção do patriarcado latino-americano e seu impacto para a cidadania das mulheres. Por fim, analisaremos

o contexto da nossa região, relacionando-o com esforços teóricos muito recentes e já frutíferos sobre uma agenda feminista para a despatriarcalização do Estado.

PAPEL DO ESTADO

A reflexão sobre as políticas públicas para as mulheres requer algumas considerações sobre o papel do Estado no processo político de construção de mecanismos para manter ou eliminar as desigualdades de gênero. Na verdade, há muitas controvérsias entre as feministas sobre o caráter do Estado e sobre qual deveria ser a atuação do movimento de mulheres em relação a ele. Fugindo das concepções maniqueístas e binárias, é necessário compreender que o Estado tem um papel fundamental na organização da vida e no bem-estar dos cidadãos e cidadãs e também na organização econômica da sociedade (Godinho, 2000).

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o Estado é fundamental para a construção da igualdade e para a transformação das relações de opressão, muitas vezes também atua como produtor e reproduzidor dessas mesmas desigualdades, a serviço da classe burguesa, perpetuando os diversos privilégios desta e favorecendo a exploração da massa de trabalhadoras e trabalhadores. Isso significa que o Estado não é um ator neutro e que as políticas públicas produzidas no interior do seu aparato, mesmo que revestidas de um discurso meramente técnico, refletem uma concepção específica sobre a sociedade e sobre o lugar das mulheres nela.

Sonia Alvarez (1990), ao discutir o Estado no contexto latino-americano, afirma que ele não é monoliticamente o representante dos interesses masculinos. Para manter sua legitimidade, o Estado deve parecer autônomo diante dos interesses patriarcais. Nesse sentido, é possível que a luta feminista exacerbe as contradições no seu interior. Alvarez admite que as mulheres não são objetos passivos, mas sujeitos ativos das políticas estatais. A relação entre movimento de mulheres e Estado é, portanto, dinâmica e dialética (Alvarez, 1990).

Sally Kenney (2003) sintetiza uma noção feminista de Estado em consonância com os desenvolvimentos teóricos de Alvarez. Segundo Kenney, o Estado não é irremediavelmente patriarcal, mas uma:

arena não neutra, estruturada contra os interesses das mulheres, mas relativamente autônoma, capaz de ocasionalmente ser perturbada por objetivos feministas e, talvez ainda mais importante, uma arena onde tanto dano pode ser causado às mulheres, que as feministas não podem se dar ao luxo de abandoná-la (Kenney, 2003, p. 182).

Como afirma Sonia Alvarez (2000b), a incorporação das demandas das mulheres organizadas no Estado é um processo complexo e nuançado. A “tradução político-cultural da parte do Estado” dessas demandas nem sempre gera os resultados esperados pelas próprias demandantes. A autora dá o exemplo do tema da violência contra as mulheres, quando setores do movimento de mulheres trouxeram para a arena pública fundamentações para entender a violência como violência sexista, mas, muitas vezes, o Estado subverteu a pauta ao incorporá-la por meio da ideia de violência familiar, centrando o problema na família e não nas estruturas patriarcais e de desigualdades entre homens e mulheres (Alvarez, 2000b). Nesse sentido, a autora chama a atenção para a importância dos processos de monitoramento e controle social das políticas, de modo a garantir que tenham conteúdo transformador das desigualdades e que não busquem reforçar a opressão das mulheres com concepções familistas e confinadas ao âmbito privado.

É, portanto, imprescindível que o Estado reconheça as demandas das mulheres e as veja como sujeitos sociais e políticos. É preciso também que admita as desigualdades de gênero, raça, classe, geração etc., para que possa incorporar na sua agenda políticas e ações voltadas para a construção da igualdade. Nas palavras da teórica feminista Marcela Lagarde (2012), é preciso construir, a partir de mudanças estruturais, um Estado solidário que recupere o feminismo, isto é, que seja responsável por uma política integral e comprometidamente jurídica, que tenha como centro a igualdade entre homens e mulheres.

NOÇÕES SOBRE O PATRIARCADO

Conforme afirma Christine Delphy (2009), no importante *Dicionário Crítico do Feminismo*, a palavra *patriarcado* é muito antiga e passou por diversas transformações semânticas ao longo do tempo, sendo que, na sua origem, o termo significava literalmente “autoridade do pai”.

A partir da década de 1970, o termo vai ganhando um sentido feminista, associando o direito patriarcal ao direito sexual e, como nos mostra Pateman (1993), perdendo seu significado literal de direito paterno, se deslocando da ideia de um direito exclusivamente familiar. A derrota do modelo clássico de patriarcado não foi uma derrota total, mas acabou prevalecendo uma forma moderna desse modelo – um poder contratual dos homens sobre as mulheres.

Em sua obra *O contrato sexual* (1993), Carole Pateman sustenta que a desigualdade entre os sexos (a divisão sexual do trabalho, os salários mais baixos, a onipresente

experiência da violência sexista, do recorrente assédio sexual e moral etc.) foi e é um produto da forma especial como se deu e se dá a organização das estruturas e instituições patriarcais na modernidade. Contra o Antigo Regime – um mundo de valoração das posições de *status* que, entre muitas características, diferenciava fortemente nobres de plebeus –, os teóricos contratualistas (Hobbes, Locke, entre outros) se incumbiram de pavimentar o terreno das democracias modernas, baseando-as fundamentalmente na liberdade individual do cidadão de subscrever contratos econômicos e políticos. Mas foi e continua sendo uma determinada forma de divisão sexual do trabalho que acabou delimitando, de forma diferenciada, esses dois âmbitos centrais da modernidade democrático-liberal: o público, dos cidadãos e trabalhadores, e o doméstico, espaço proeminente de subordinação das mulheres.

Foi assim, por meio das leituras liberais e contratualistas modernas, que as mulheres passaram a ser concebidas como seres “mais naturais e menos racionais” do que os homens, incapazes de controlar suas emoções e chegar à “imparcialidade”, que seria própria do âmbito público e político. Dessa forma, as mulheres não foram consideradas “indivíduos” e cidadãs realmente autônomas, chegando ao ponto de sequer ter condições para escolher o próprio casamento ou consentir com ele. O casamento era um contrato real de subordinação das mulheres perante os homens, francamente baseado na submissão da mulher ao marido e considerado a principal instituição por meio da qual as mulheres podiam, desse modo enviesado, vir a serem incluídas – em posição subalterna – na sociedade civil.

Sylvia Walby, em *Theorizing Patriarchy* (1990), define patriarcado como “o sistema de estruturas sociais e práticas em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres” (Walby, 1990, p. 20). Além disso, a autora distingue dois níveis de abstração do conceito. O primeiro sugere que o patriarcado existe como sistema de relações sociais, que se articula com o capitalismo e o racismo. O segundo nível, menos abstrato, seria composto por seis estruturas: “o modo patriarcal de produção, as relações patriarcais no trabalho remunerado, as relações patriarcais no Estado, a violência masculina, as relações sexuais patriarcais e as relações patriarcais nas instituições culturais” (Idem, p. 20). Essas estruturas teriam efeitos causais entre si, mas seriam relativamente autônomas. A falta de uma não prejudicaria o sistema como um todo e, em cada época, uma estrutura pode ser mais relevante que outra.

A sistematização da autora nos permite pensar no patriarcado como um sistema que articula as várias dimensões das desigualdades de gênero, transformando-se ao longo do tempo, variando entre os países e oprimindo diferentemente os grupos de

mulheres (negras, brancas, imigrantes, lésbicas, rurais etc.) (Walby, 1990). Nesse sentido, a noção de patriarcado não é universal, a-histórica ou imutável.

De acordo com Julieta Paredes, teórica e ativista feminista boliviana, o patriarcado é um “sistema de todas as opressões, todas as explorações, todas as violências e discriminações que vive toda a humanidade e a natureza, ou seja, um sistema de morte” (Paredes, 2012, p. 201). Nesse sentido, é materializado por meio de “usos, costume, tradições, normas familiares, hábitos sociais, ideias, preconceitos, símbolos, leis, educação” (Paredes, 2012, p. 201). O patriarcado define quais são os papéis das mulheres, de modo que pareçam naturais e universais. Além disso, o patriarcado se recicla e se nutre inclusive das pressões por mudanças sociais. Para a autora, ele “afina seus tentáculos, corrige suas formas brutais de operar e relança as opressões com instrumentos cada vez mais sutis e difíceis de detectar e responder” (Paredes, 2012, p. 202).

Para Rosa Cobo (2012), feminista espanhola, o patriarcado funciona de modo mascarado e de difícil identificação analítica e política, de modo que “esta hegemônica estrutura de estruturas cada vez revise formas culturais e políticas mais labirinticamente invisíveis: convive com leis que favorecem as mulheres e se oculta detrás de discursos progressistas de emancipação das mulheres” (Cobo, 2012, p. 111). Nesse sentido, cada conjuntura política e cada sociedade vivem o patriarcado de um modo dinâmico, em que novos mecanismos de dominação são organizados, enquanto velhos mecanismos são eliminados.

Em resumo, a noção de patriarcado foi criada para explicar como nasce o poder político, que é análogo ao poder do pai no interior das famílias. Ao ser utilizado pelas feministas, o termo passa a significar o conjunto de formas de dominação dos homens sobre as mulheres, nos diferentes contextos e épocas. Nesse sentido, ele é reproduzido pelas relações sociais, pelas músicas, pelas práticas políticas, pelos valores, pelos hábitos, que vão mudando conforme a época e o lugar. Associado ao sistema capitalista, o patriarcado funciona como um sistema que reforça as estruturas de desigualdade e exploração do corpo e trabalho das mulheres. Apesar de anterior ao advento do capitalismo, o patriarcado se casa com esse sistema, de modo a naturalizar a opressão das mulheres.

Também é interessante perceber como o patriarcado vai se transformando, se apropriando de alguns discursos feministas e se moldando em novas contradições no âmbito do trabalho, da sexualidade e da participação política das mulheres, entre outros. Se antes o ideal da virgindade era fundamental para controlar o comportamento das mulheres e sua sexualidade, hoje novas formas de controle são impostas,

reposicionando a sexualidade das mulheres de modo a associá-la à mercantilização e ao mundo do consumo: de alheias ao sexo e providas de pureza elas tenderiam a ser vistas como potenciais “consumidoras” da indústria do sexo. No caso das mulheres negras, desde o patriarcado colonial, não foi o ideal de virgindade que marcou o controle da sexualidade, mas sim a ideia de que seus corpos deveriam estar disponíveis ao bel-prazer dos homens brancos. A ideia de sensualidade do corpo negro feminino reforça a noção de que as mulheres negras têm uma sexualidade totalizante, disponível a todo momento e explorada de todas as formas. Esses exemplos ilustram como os valores patriarcais vão se reformulando, mas mantêm seu sentido sistêmico em que os homens controlam, individual e coletivamente, o corpo, o trabalho e a sexualidade das mulheres.

ESTADO E PATRIARCADO NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina, o processo de luta e reivindicação por direitos civis para as mulheres se deu num contexto específico em que se articularam formas próprias de patriarcado, de Estado e aspectos importantes de nossa herança colonial compartilhada. Para se pensar a cidadania na América Latina é preciso recuperar determinadas questões históricas e contextuais da região. Os três séculos de colonialismo espanhol e português, acompanhados da terrível experiência da escravidão, marcaram profundamente os sistemas de direito e da religião, a linguagem, a economia e também as formas racializadas de exclusão que foram constituídas entre nós (Molyneux, 2008). O sistema colonial já atribuía direitos diferenciados entre homens e mulheres (e entre brancos e não brancos), impondo às mulheres a obrigação de servir e de obedecer aos homens (pais e maridos).

A construção dos Estados modernos pelas elites latino-americanas, em meados do século XIX, foi calcada nos princípios liberais convencionais. No entanto, como afirma a autora, na passagem do “patriarcado colonial para o contratualismo liberal, a autoridade e o privilégio masculinos seguiram predominando nas esferas pública e doméstica” (Molyneux, 2008, p. 30). A Igreja Católica, desde a época colonial, manteve seu poder e influência patriarcal, funcionando – então e ainda hoje – como uma força interruptora de transformações emancipatórias para as mulheres, sendo um agente importante para a manutenção dos papéis tradicionais de gênero.

Como afirma Valdivieso (2012), o desenvolvimento histórico da cidadania na América Latina, desde o processo de colonização, se baseou no padrão de dualidade “inclusão - exclusão”. Enquanto se desenvolviam amplos inventários normativos de

direitos de cidadania para alguns grupos, produzia-se na prática uma exclusão de outros (grandes) grupos populacionais, entre eles as mulheres e a população negra e indígena. Esse padrão se manteve no século XX, quando a construção dos direitos cidadãos foi marcada por noções hierarquizadas sobre as relações de gênero (Molyneux, 2008). O modelo de cidadania, assim como os modelos que orientaram boa parte dos Estados de bem-estar social construídos nos países do norte, hipervalorizaram o aspecto produtivo (e, portanto, o âmbito público), em detrimento do reprodutivo (âmbito privado) (Valdivieso, 2012).

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho, associada à desvalorização da esfera reprodutiva em relação à esfera produtiva, gera uma distorção que perpassa o *status* e o reconhecimento da cidadania das mulheres. Em última instância, essa hierarquização e a invisibilidade à qual foram relegadas as tarefas fundamentais de sustentabilidade e sobrevivência humana são incoerências e problemas centrais para a democracia – tanto do ponto de vista de seu marco ético e político quanto de seu funcionamento.

Além disso, como afirma Godinho (2007), se em um primeiro momento as mulheres foram excluídas da cidadania, por estarem associadas à natureza e à função da maternidade e reprodução, posteriormente a conquista da cidadania se deu, muitas vezes, nessa chave. Seu papel de mãe e o respeito a essa especificidade impulsionou (e ainda impulsiona) o acesso das mulheres a uma gama variada de direitos. Valdivieso (2012) identifica a relação entre a cidadania das mulheres e seu papel reprodutivo e familiar como um traço particular latino-americano.

Esse fenômeno tem sido recorrente no escopo das novas políticas sociais, implementadas a partir dos anos 1990 e aprofundadas no contexto dos governos progressistas na América Latina. Bila Sorj (Scarso, 2012) identificaria o retorno ou aprofundamento do maternalismo, ou ambos, como traço fundamental dessas políticas. As mulheres funcionariam como intermediárias entre Estado e família, gerando uma expectativa social em relação a elas como altruístas, cuidadoras, moralizadoras, reforçando os papéis tradicionais de gênero e contribuindo para cristalizar a associação entre maternidade e cidadania entre as mulheres.

A conquista de direitos de cidadania pelas mulheres foi fruto das lutas políticas feministas no início do século XX. Apesar de as mulheres já se organizarem desde muito antes na América Latina, é nesse período que elas passam a ter reconhecidos seus direitos ao voto, ao divórcio, à educação formal, à propriedade e herança, entre outros¹. Esses direitos, conforme afirma Molyneux, não se desenvolveram de maneira

1. Esse período é conhecido como a primeira onda do feminismo.

equitativa entre os países da região, nem foram usufruídos da mesma maneira por todas as mulheres. Segundo a autora, as mulheres indígenas, por exemplo, pouco se beneficiaram das reformas legais desse período (Molyneux, 2008).

Como afirma Valdivieso (2012), o feminismo contribuiu para reivindicar a necessidade de alterar as formas de dominação e da ordem patriarcal, trazer à tona as questões do âmbito privado para o público, evidenciar o caráter não neutro da cidadania e reconceituar essa noção, a partir da crítica ao liberalismo excludente, além de apresentar demandas significativas aos conteúdos dos direitos de cidadania em diferentes momentos históricos.

Em resumo, a trajetória de luta das mulheres organizadas na América Latina pelo reconhecimento e ampliação da cidadania foi marcada por fundamentais questionamentos à ordem de privilégios patriarcais na região, que passaram da ordem colonial ao desenvolvimento dos Estados modernos. Reflexões em torno do papel das mulheres na ordem democrática atual questionam a divisão sexual do trabalho, reveem o papel da maternidade e dos cuidados para a instrumentalização da função das mulheres nas famílias e na sociedade, e concluem que as políticas públicas devem ser norteadas pela igualdade, desorganizando o atual estado de coisas e não reforçando os papéis tradicionais que historicamente as mulheres assumiram no âmbito público e privado.

TRAJETÓRIAS DO FEMINISMO NA AMÉRICA LATINA E A INCORPORAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO PELOS ESTADOS DA REGIÃO

Já discutimos as noções de Estado e patriarcado e como se imbricaram no contexto latino-americano. Para aprofundar o debate, vamos analisar melhor como os dilemas em torno da ação do Estado marcaram a trajetória concreta do feminismo na região, buscando dar elementos para compreender a atual conjuntura e a forma pela qual se insere a pauta da despatriarcalização no movimento. Começaremos, portanto, com a emergência da segunda onda do feminismo até o período do neoliberalismo.

A segunda onda feminista emergiu durante os anos 1970 e 1980, em um contexto específico da América Latina, a partir da resistência e luta das mulheres contra o autoritarismo de Estado, as violências e a falta de cidadania no interior dos regimes militares. Parte das componentes dos movimentos era oriunda das organizações de oposição vinculadas à esquerda e à luta contra o capitalismo e pela democracia. As resistências dessa época se constituíram a partir de um exercício crítico significativo, de forte rejeição às

práticas hierárquicas e androcêntricas até mesmo das organizações de esquerda. Também eram rejeitadas as posições que desconsideravam e tornavam invisível a necessidade de um conjunto de transformações de gênero no âmbito da luta política geral.

Nalu Faria (2005) identifica outro setor, além do movimento organizado em grupos autônomos, desta vez constituído de militantes partidárias, que atuavam nos movimentos de mulheres e pressionavam por mudanças no interior dos partidos de esquerda em que militavam. A convivência entre esses setores foi marcada por tensões, muitas vezes a partir da oposição entre as então denominadas “feministas”, isto é, as militantes de grupos autônomos, e as chamadas “políticas” que atuavam nos partidos e muitas vezes não eram reconhecidas como feministas pelas primeiras.

A tônica desse período foi subversiva e buscou articular a luta das mulheres com a luta de transformação geral da sociedade e da política. Molyneux (2008) identifica como uma das chaves para se compreender as campanhas pela cidadania das mulheres na região, naquele momento, a associação das reivindicações por justiça de gênero com objetivos mais amplos, em especial aqueles relacionados aos direitos humanos e à restauração da democracia nesses países. Nesse sentido, a ideia era atingir a “democracia no governo e a democracia na família”, ou ainda a “democracia na casa e na rua”, entre outros (Molyneux, 2008, p. 38). Faria (2005) identifica como um aspecto comum nos vários países da América Latina a presença de uma articulação entre os movimentos feministas na luta pela redemocratização, construindo, assim, várias estratégias de ação conjunta com outros movimentos sociais.

A partir de meados dos anos 1980 e nos anos 1990, muitos países latino-americanos passaram a transitar para governos democráticos. Outros países, principalmente na América Central, sofreram com longos períodos de conflitos internos e violentas lutas políticas. O clima da região nessa época foi marcado por forte pressão dos grupos sociais, incluindo o movimento de mulheres e feminista, por reformas constitucionais, participação política e transformações institucionais. No contexto internacional, as Conferências Mundiais da ONU, voltadas para temas sociais, passaram a influenciar as agendas governamentais dos países da região.

Como afirma Alvarez (2000a), o feminismo na região pluraliza-se a partir da expansão dos espaços de articulação das políticas feministas: 1) a partir do aumento da visibilidade e força de outras identidades do feminismo – feminismo negro, lésbico, popular, organização das mulheres sindicalistas, das trabalhadoras rurais etc.; 2) a partir do envolvimento de parte das feministas que se deslocam das organizações feministas autônomas para tentar influir e participar da política eleitoral e 3) a partir

das novas oportunidades de interação em uma gama de instituições. Segundo Alvarez, esse “descentramento saudável” do feminismo na região deu margem a um “campo de ação expansivo, policêntrico e heterogêneo, que abarca uma vasta variedade de arenas culturais, sociais e políticas” (Alvarez, 2000a, p. 386). Esse descentramento gerou também uma expansão da agenda feminista e de gênero – passa-se das questões específicas relativas às mulheres para as leituras de gênero das questões gerais.

Essa nova realidade coincidiu com o período em que toda a América Latina, influenciada pelas instituições financeiras internacionais e apoiada pelas elites locais, passou a implementar um conjunto de políticas neoliberais que diminuiu as formas de engajamento do Estado e no Estado e buscaram reforçar as arenas do mercado como mediadoras das relações sociais. A implementação dessas políticas mostrou-se incapaz de criar as bases sociais para se atingir a estabilidade econômica. Elas acentuaram o forte processo de concentração de renda e substituíram o desenvolvimento nacional pela estabilidade financeira. O controle da inflação gerou enorme dívida pública e altas taxas de juros nos países. O desemprego cresceu significativamente, acompanhado da flexibilização das normas trabalhistas e da precarização dos postos de trabalho (Sader, 2009). Como apontam Draibe e Riesco (2009), a adoção dos princípios estabelecidos no Consenso de Washington pelos países latino-americanos também significou um severo desmantelamento das instituições estatais, principalmente daquelas relativas às políticas sociais. Novos serviços sociais passaram a ser oferecidos de maneira privada, atendendo apenas aos que podiam pagar, enquanto os setores médios ficaram desprotegidos e trabalhando em empregos cada vez mais precários (Draibe e Riesco, 2009, p. 5-6).

Nesse contexto, as ONGs feministas, cada vez mais profissionalizadas e especializadas, apesar de avançarem na introdução dos temas relativos ao gênero nas agendas nacional e internacional, não tiveram o mesmo sucesso no sentido de criticar, pressionar e transformar essa nova forma de organização do Estado. Segundo Schild (2000), o neoliberalismo torna a distinção entre Estado e sociedade civil cada vez mais branda. No contexto em questão, as ONGs passaram a ter o papel de fornecer e implementar algumas políticas públicas, enquanto o Estado esvaziou-se, em parte, dessa função. Como afirma Alvarez (2000a, p. 402-403):

Embora muitos avanços na política de gênero possam ser atribuídos à eficiência de organização e ao pragmatismo político dessas novas protagonistas do movimento, as críticas observam que ao assumir atividades encomendadas pelo Estado e por agências internacionais, as ONGs feministas atuam às vezes como organizações “neo” em vez

de “não” governamentais. Em outras palavras, algumas ONGs parecem prover serviços públicos que antes eram (e deveriam continuar a ser) de responsabilidade dos governos.

Nalu Faria (2005) propõe uma análise crítica da década de 1990 para os feminismos na região. De um lado, havia vários setores dos movimentos atuando de dentro do Estado, via capacitação profissional, consultorias e implementação de projetos; de outro, um Estado envolto em uma estratégia de ajuste estrutural e fiscal que esvaziava determinadas políticas públicas universais e também focais e as substituiu por projetos pontuais, limitados, sem qualquer alcance sobre o conjunto mais geral das mulheres. No plano internacional, propagava-se um discurso “triumfalista”, de avanço das agendas das mulheres, em meio aos efeitos perversos do neoliberalismo sobre elas, principalmente as pertencentes aos setores e classes populares (p. 19).

Tatau Godinho (2000) chama a atenção para a confusão no entendimento da relação entre Estado e sociedade, por parte de determinados setores do movimento. Segundo ela, o fato de poucos movimentos se organizarem de maneira autônoma nesse período reforça uma “visão de que democratizar o Estado pode ser um processo acríptico das instituições” (Godinho, 2000, p. 35). Em outras palavras, os movimentos que “entraram” no Estado acabaram se responsabilizando pela manutenção das políticas para as mulheres, perdendo assim a capacidade de agir contra o neoliberalismo e os governos que o instituíram.

Nesse período, as políticas para as mulheres eram ainda muito deficitárias e os órgãos de política para as mulheres, apesar de já existirem, nessa época, em boa parte dos países da América Latina, funcionavam de forma ambígua: por um lado eram demandas históricas dos movimentos de mulheres; por outro, acabavam funcionando como um compromisso meramente retórico dos governos da região, que não estavam dispostos a torná-los centrais nem a fornecer estrutura orçamentária e técnica para isso, em meio ao contexto já relatado de forte dismantelamento das instituições de bem-estar e das políticas de igualdade na região.

A proliferação de um discurso de igualdade de gênero no interior das instituições políticas e das organizações internacionais e regionais provocou uma apropriação das demandas das mulheres, de forma muitas vezes “descafeinada”, isto é, o conteúdo de transformação da ordem política, econômica e social, próprio das lutas e demandas feministas na região, foi sendo apropriado por essas instituições a partir de um discurso de uma “tecnocracia de gênero”, esvaziada do seu sentido transformador, de modo a ser conformado com a conjuntura do momento.

A seguir, vamos explorar o momento atual (década de 2010) da América Latina e a agenda de despatriarcalização do Estado.

AS TRANSFORMAÇÕES NA AMÉRICA LATINA E A LUTA PELA DESPATRIARCALIZAÇÃO DO ESTADO

Ao final dos anos 1990 e, mais fortemente, no século XXI, uma nova correlação de forças na América Latina foi sendo configurada, a partir da emergência de novos movimentos sociais e de variados espaços de articulação, com intuito de elaborar e implementar uma agenda de superação dos princípios do neoliberalismo. Esse novo momento, além de outros fatores, influenciou e possibilitou a ascensão de alguns governos considerados “progressistas”, caracterizados em menor ou maior medida pela retomada das funções sociais do Estado, com a priorização de uma nova agenda social, marcada por valores tais como o da justiça social e o da soberania popular.

Segundo Mabel Rey (2012), apesar da diversidade desses governos, uma característica comum é a afirmação do poder estatal para definição dos rumos da política econômica e social. Para a autora, o Estado na região passou a adquirir uma identidade renovada, tanto no plano ideológico como no de práticas concretas.

Boaventura de Souza Santos (2010) apontou quatro dimensões que caracterizariam o atual contexto sócio-político-cultural do continente latino-americano. A primeira diz respeito à dualidade de poderes de tipo novo que convivem, se cruzam e disputam terreno dentro do marco democrático, entre lutas socialistas e lutas fascistas, tornando o poder democrático mais instável, constituindo o próprio campo democrático como terreno em disputa. A segunda dimensão refere-se à coexistência na região das duas formas de acumulação do capital: a ampliada, que opera por mecanismos econômicos estabelecidos, e a primitiva, que atua de modo ilegal e violento, a partir de recursos políticos e coercitivos sobre a terra, os recursos naturais e as forças de trabalho.

A terceira dimensão é a possibilidade do uso contra-hegemônico de instrumentos políticos hegemônicos, como a democracia representativa, o direito, os direitos humanos e o constitucionalismo. Esse uso contra-hegemônico poderia ser entendido como apropriação criativa desses instrumentos por parte das classes populares para avançar suas agendas políticas. Por fim, a última dimensão tem a ver com os debates civilizatórios, emergentes com mais força no último período, a partir da renovação da luta dos povos indígenas e afrodescendentes na região, entrando definitivamente na

agenda política de alguns países e questionando fortemente os sistemas de dominação – o capitalismo e o colonialismo (Santos, 2010). Poderíamos acrescentar ainda um outro sistema em questionamento – o do patriarcado

As transformações políticas, econômicas e sociais ao longo da história da América Latina tiveram fortes consequências para as disputas, as formas de ação e legitimação e a organização dos discursos do feminismo na região. No contexto atual, de relativa superação do discurso neoliberal na região e no mundo, o feminismo latino-americano tem experimentado, a partir de novos padrões de mobilização, outras possibilidades para as ações feministas e formas alternativas de se relacionar com as instituições governamentais.

Alba Carosio (2012) propõe uma reflexão sobre esse momento atual. Segundo a autora, a América Latina viveria uma mudança histórica, marcada por novas dinâmicas de participação política, muitas delas impulsionadas pelas próprias mulheres, em articulação com outros sujeitos de ação transformadora, norteadas pelo princípio da emancipação. A autora localiza o feminismo nesse contexto, a partir de sua atuação combinada entre luta política, mobilização de rua, subversões culturais, negociação e pressão sobre os poderes oficiais, diálogos interculturais e reflexões sobre as formas de ação.

Valdivieso (2012), por sua vez, afirma que os novos processos de democratização política na região, apesar de complexos, vulneráveis, contraditórios e dissemelhantes, significam mudanças sociais e políticas, com vistas à maior igualdade e protagonismo de setores sociais historicamente marginalizados. Para a autora, as tensões feministas com o Estado continuam sendo uma realidade na região. As mulheres organizadas questionam o poder patriarcal e o caráter colonial das instituições estatais. Segundo Valdivieso, as feministas se expressam a partir de demandas por formas de gestão mais democráticas, refutando as formas verticais, centralistas e excludentes do debate público. Para a autora:

Estas tensões se concretizam na atualidade de maneira precisa nas iniciativas de “despatriarcalização” das sociedades, das relações de poder que as sustentam e da política como espaço em que se desenvolvem dinâmicas de dominação, resistência, conflitos e negociações. Esses processos são possíveis em contextos onde se evidenciaram os padrões coloniais dos sistemas sociais e políticos e se questionaram, mesmo que de maneira incipiente, os padrões patriarcais, já que as relações de gênero são assumidas como relações de poder e problematizadas com a mesma intensidade. (Valdivieso, 2012, p. 38)

De acordo com Boaventura de Souza Santos, as reconfigurações do Estado na América Latina nos últimos vinte anos levam a crer que o “Estado está de volta” (Santos, 2010, p. 67). O autor caracteriza dois tipos de reconfiguração estatal: o Estado como comunidade ilusória e o Estado de veias fechadas.

Na concepção de Santos, o “Estado como comunidade ilusória” refere-se às reformas em torno da centralidade do Estado no domínio da economia e das políticas sociais, sem, no entanto, romper com a ortodoxia neoliberal. Tem uma vocação política nacional-popular e transclassista. É uma comunidade no sentido de incorporação de algumas demandas populares, e ilusório porque seu caráter classista dentro do transclassismo contribui para que o poder dominante permaneça intocado.

O “Estado de veias fechadas” diz respeito a um processo muito mais profundo, contraditório, desafiador e mobilizador de refundação do Estado moderno capitalista e colonial, sintetizando uma imaginação política emergente, com mais força no último período, de superação dos sistemas de dominação capitalista, colonial e também patriarcal². Essa forma de reconfiguração polariza as tensões com a ordem internacional e implica uma reformulação profunda do campo político, apresentando novos atores sociais e políticos, novos repertórios de demandas, novas gramáticas de denúncia e ação e novas ideologias.

Nesse contexto, a noção de “despatriarcalização” tem sido um desenvolvimento teórico-analítico muito recente na América Latina, utilizado em maior medida nos debates sobre descolonização e no bojo de algumas teorias pós-coloniais, com mais apelo nos países com fortes movimentos étnico-raciais, como a Bolívia, o Equador e o México. Segundo Jenny Ybarnegaray Ortiz (2012), teórica e militante feminista boliviana, despatriarcalização significaria “o enfrentamento contra toda herança colonial” e também a “desestabilização das relações de domínio e de exercício do poder”. Seria a “transgressão das regras sociais, culturais, religiosas, normativas e políticas patriarcais que têm a missão de eternizar o cativeiro das mulheres” (Ortiz, 2012, p. 153).

Nesse contexto, conforme afirma outra teórica boliviana, Maria Lourdes Zaba-la, a despatriarcalização do Estado implicaria um processo amplo de transformação desta importante instituição, a partir de reformas políticas promovidas a partir do seu interior e também evidenciadas em mudanças sociais mais gerais, com o objetivo de combater o patriarcado dentro e fora das instituições públicas, por meio de mudan-

2. Segundo Boaventura de Souza Santos: “O feminismo pós-colonial não desenvolveu até agora uma teoria da refundação do Estado intercultural, plurinacional, mas é possível imaginar alguns traços de seu decisivo aporte” (Santos, 2010, p. 104). Ao contrário do que diz o autor, hoje existe, em concomitância aos processos de superação do colonialismo na região, exatamente uma forte luta pela “despatriarcalização”.

ças substantivas nas noções com que estas operam, nos seus marcos normativos e na dissolução da lógica “androcêntrica, autoritária e hierárquica”, próprias da máquina estatal (Zabala, 2012, p. 173).

Ainda segundo Ortiz (2010), tanto o racismo como o patriarcado são eixos da colonialidade, que serviu de justificação para verdadeiros genocídios coloniais. A descolonização seria combater o racismo e também o patriarcado, transformando criticamente o *modus operandi* da colonialidade do saber, do poder e do ser. Isto é, seria transformar toda a lógica que historicamente construiu uma legitimação do que é ocidental, branco, ilustrado e civilizado em detrimento do outro, do subalterno, do bárbaro, do subdesenvolvido. Articular a despatriarcalização com a descolonização é fundamental para que tanto o racismo quanto o patriarcado sejam contestados como estruturadores da ação pública e estatal.

Para Chávez, Quiroz e Mokrani (2010), o cenário estatal é um espaço possível e importante para transformar as relações coloniais e patriarcais, pois foi a partir de suas instituições que foram construídas historicamente formas patrimonialistas de manutenção dos privilégios patriarcais e coloniais que necessitam ser desmantelados. O Estado também é um ente útil para consolidar algumas conquistas das mulheres e enraizar o discurso da igualdade.

Despatriarcalizar o Estado significa, portanto, alterar profunda e definitivamente as formas de exercício do poder, transformar os marcos da democracia, passando de um modelo liberal para um modelo republicano, participativo, que seja resultado da soberania popular e da contribuição ativa dos movimentos e organizações comprometidos com as mudanças estruturais. Nesse sentido, a partir das contribuições de Nancy Fraser (2007), um Estado não patriarcal é aquele que promove a justiça nas dimensões da redistribuição (isto é, na garantia material da igualdade), do reconhecimento (no combate às formas simbólicas do patriarcado) e da representação (no sentido de concretizar a plena dimensão política da cidadania, pensada a partir de homens e mulheres ativos na consolidação dos seus direitos).

CONCLUSÃO

Ao longo do artigo examinamos algumas bases teóricas para se pensar o Estado, as formas de dominação patriarcal e as inconsistências na construção da cidadania das mulheres. Foi possível perceber como a divisão sexual do trabalho é a coluna vertebral do patriarcado e como o racismo e o neoliberalismo constituem estruturas que,

juntas ou em conflito, produzem as bases da desigualdade entre homens e mulheres, entre pessoas brancas e não brancas, entre classes trabalhadoras e elite dominante. Caminhando para as conclusões, é fundamental recuperar algumas das alternativas construídas por mulheres organizadas na América Latina, que buscam formular novas formas de estruturar o Estado, a partir do “sacolejo” das suas instituições. Uma delas é, sem dúvida, o processo de despatriarcalização.

Por fim, é preciso que o processo de descolonização e despatriarcalização seja dialeticamente organizado com vistas a sepultar toda a herança militarista, classista e patrimonialista que historicamente organizou o poder na nossa região. Nesse sentido, é preciso formular pactos políticos amplos entre os movimentos de mulheres e feministas e também entre aquelas organizações políticas, partidárias e sociais que lutam por um horizonte igual, solidário e justo para todas e todos.

A tarefa de descolonizar e despatriarcalizar o Estado tem sido encarada, em certa medida, com centralidade por alguns governos progressistas na região, mesmo que com diferentes graus de sucesso. Na realidade brasileira, o Estado historicamente orquestrou diversas políticas racistas (desde daquelas que objetivavam embraquecer a população até as que hoje assassinam muitos jovens negros na periferia) e também patriarcais (laqueaduras forçadas nas mulheres pobres, criminalização da decisão autônoma de interromper uma gravidez, as leis do casamento que vigoraram por muito tempo dando plenos poderes aos maridos etc.). Nesse contexto, é enorme o desafio da tarefa de descolonizar e despatriarcalizar e significa ir muito além da simples inclusão das mulheres no sistema político, por exemplo.

A paridade política é fundamental, mas deve ser parte de um processo mais amplo de desmonte das forças que sustentam o racismo, o patriarcado e o capitalismo no nosso país. Em vários países latino-americanos com altas taxas de eleição de mulheres, também aparece o fenômeno do assédio político – mulheres que são assediadas, violentadas, têm seus corpos violados e são até mortas por exercerem cargos políticos locais. Esse exemplo demonstra como um avanço da luta das mulheres é recebido pelas forças patriarcais e como o desafio de despatriarcalizar vai além dos discursos de mera inclusão no sistema.

Despatriarcalizar é um horizonte emancipatório, um processo dialético entre forças progressistas e forças conservadoras. Esse processo tem uma agenda política concreta que repõe um discurso feminista subversivo e radical na esfera pública, contrariando os discursos tecnocráticos de gênero, herança dos governos neoliberais e das organizações internacionais. Como afirma Julieta Paredes (2012), esse processo,

estruturado a partir das organizações de base e comunidades, implica organizar a luta feminista em cinco campos: nossos corpos, nosso espaço e território, nosso tempo, nossos movimentos e também nossa memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000a. p. 383-426. (Humanitas, 53).

_____. Em que Estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com “perspectiva de gênero”. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, p. 9-25, 2000b.

_____. *Engendering Democracy in Brazil: Women’s Movements In Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

CAROSIO, Alba (Coor.). Apresentação. In: *Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Clacso, 2012. p. 9-18. (Grupos de trabajo).

CHÁVEZ, Patricia; QUIROZ, Tania; MOKRANIS, Dunia. Reflexiones comunes para el debate. In: CHÁVEZ, Patricia et al. (Org.). *Despatriarcalizar para descolonizar la gestión pública*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010. p. 139-166.

COBO, Rosa. Despatriarcalización y agenda feminista. In: COORDINADORA DE LA MUJER. *Mujeres en diálogo: Avanzando hacia la despatriarcalización*. La Paz, 2012. p. 107-118.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DRAIBE, Sônia; RIESCO, Manuel. *El Estado de bienestar social en América Latina: una nueva estrategia de desarrollo*. Madri: CeALCI, 2009. (Documento de Trabajo, 31).

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo*. São Paulo: SOF, 2005. (Cadernos Sempreviva).

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, ago. 2007.

GODINHO, Tatau. A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, 2000.

_____. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2007.

LAGARDE, Marcela. Claves feministas para la despatriarcalización. In: COORDINADORA DE LA MUJER. *Mujeres en diálogo: Avanzando hacia la despatriarcalización*. La Paz, 2012. p. 17-38.

KENNEY, Sally J. Where Is Gender in Agenda Setting? *Women & Politics*, v. 25, n. 1-2, p. 179-207, 2003.

MOLYNEUX, Maxine. Justicia de género, ciudadanía y diferencia en América Latina. In: PRIETO,

- Mercedes (Ed.) *Mujeres y escenarios ciudadanos*. Quito: Ministerio de Cultura; Flacso, 2008. p. 21-56.
- ORTIZ, Jenny Y. Entre el discurso y la práctica: Dilemas de la despatriarcalización em el proceso de cambio. In: COORDINADORA DE LA MUJER. *Mujeres em diálogo: Avanzando hacia la despatriarcalización*. La Paz, out. 2012, p. 143-164.
- PAREDES, Julieta. La opresión que se recicla. In: COORDINADORA DE LA MUJER. *Mujeres em diálogo: Avanzando hacia la despatriarcalización*. La Paz, 2012. 196-210.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- REY, Mabel T. (Ed.). Introducción. In: *El Estado em América Latina: continuidades y rupturas*. Santiago: Arcis; Clacso, 2012. p. 7-16.
- SADER, Emir. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del Estado em América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto internacional de derecho y sociedad, jul. 2010.
- SCARSO, Aline. Pronto para ser mãe? Políticas públicas de autonomia são paradoxais e reforçam papel maternal. *Brasil de Fato*, São Paulo, 24 set. 2012. Disponível em <www.brasildefato.com.br/node/10681>. Acesso em: 10 maio 2014.
- SCHILD, Verônica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania das novas democracias. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 383-426. (Humanitas, 53).
- VALDIVIESO, Magdalena. Aportes e incidencia de los feminismos em el debate sobre ciudadanía y democracia em América Latina. In: CAROSIO, Alba (Org.). *Feminismo y cambio social em América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Clacso, 2012. p. 19-42. (Grupos de trabajo).
- WALBY, Sylvia. *Theorizing Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- ZABALA, Lourdes. Descolonizar la descolonización, desde los feminismos. In: COORDINADORA DE LA MUJER. *Mujeres em diálogo: Avanzando hacia la despatriarcalización*. La Paz, 2012. 165-179.

DESAFIOS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA TRANSFORMANDO AS BASES DA DESIGUALDADE

SONIA COELHO E SARAH DE ROURE*

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres no Brasil é um problema de grande extensão e enraizado na estrutura desigual e patriarcal na qual nossa sociedade foi forjada. Os dados e análises disponíveis sobre a violência sexista, ainda que apresentem apenas um fragmento de uma fotografia da realidade, dão uma ideia aproximada do desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, identificou-se que 18% das brasileiras reconhecem espontaneamente ter sofrido alguma violência por parte de um homem. Quando estimuladas por uma lista dos diferentes tipos de violência, essa proporção chega a 40%, ou seja, são cerca de 39 milhões de mulheres em todo o país que sofreram ou sofrem alguma violência por parte de um homem.

Em um momento de crescimento da economia nacional, em que há uma expressiva mudança na estrutura social, a persistência das violências contra as mulheres é incompatível com um modelo de desenvolvimento com que se espera melhorar as condições de vida para todas e todos. Porém a realidade tem demonstrado que

* As autoras e a SOF agradecem a Renata Moreno por suas valiosas contribuições a este texto.

crescimento econômico não é naturalmente um antídoto para combater as assimetrias de gênero e raça.

É nesse sentido que a autonomia como meio para a liberdade das mulheres questiona as estruturas patriarcais, entre as quais não só a violência de gênero a que todas estão expostas, mas, também, a sobrecarga do trabalho reprodutivo, a concentração da renda nas mãos dos homens e a consequente pauperização das mulheres.

É nessa perspectiva estratégica de enfrentamento do patriarcado que esperamos apresentar uma reflexão mais geral sobre a violência contra as mulheres e suas interfaces com o contexto social e político.

Este texto foi elaborado a partir das discussões suscitadas por um estudo¹ realizado pela SOF sobre violência contra as mulheres, autonomia econômica e políticas públicas.

As reflexões aqui apresentadas são resultado de uma revisão bibliográfica e coleta de dados, e da realização de oficinas e entrevistas com integrantes da Casa Cidinha Kopcak², Casa Anastácia³, Casa Viviane dos Santos⁴, do Centro de Referência da Mulher Inês Israel dos Santos (Embu das Artes-SP)⁵ e da Casa Abrigo Helenira Rezende⁶. As três primeiras casas funcionam como centros de referência para o atendimento e a prevenção da violência contra a mulher e situam-se na periferia da zona Leste de São Paulo. São iniciativas da sociedade civil e movimentos locais, conveniadas com a prefeitura de São Paulo, que atuam também em articulação e parceria com o movimento feminista. O Centro de Referência da Mulher Inês Israel dos Santos é um equipamento da prefeitura de Embu das Artes e também constrói relações de parceria com o movimento de mulheres. A Casa Abrigo Helenira Rezende é um equipamento da prefeitura de São Paulo que atende apenas mulheres em situação de risco de morte e está conectada à Rede Leste de Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. A coordenação do abrigo é exercida por uma militante feminista. As análises compartilhadas neste texto são também produto dos longos anos de trabalho da SOF nesse tema, bem como da reflexão em oficinas, debates, articulações, conversas e ações da Marcha Mundial das Mulheres.

1. Trata-se dos textos “A violência contra as mulheres no atual modelo econômico” e “Retrato da violência contra as mulheres e políticas públicas”, escritos por Sarah de Roure (2012).

2. Centro de Defesa e de Convivência da Mulher Casa Cidinha Kopcak – popularmente chamada Casa Cidinha –, fundada em 2002 na região de São Mateus (zona Leste da capital paulista), é uma organização da sociedade civil que atua em convênio com a prefeitura de São Paulo. Essa casa realiza orientação e encaminhamentos jurídico, social e psicológico. Em 12 anos, atendeu a mais de 4 mil mulheres em situação de violência.

3. Casa Anastácia foi fundada em 2012 na cidade Tiradentes, extremo da região Leste de São Paulo, uma região onde 54% das mulheres são negras. É uma entidade da sociedade civil que trabalha em convênio com a prefeitura de São Paulo e sua atuação é voltada ao atendimento de mulheres negras vítimas de violência.

4. Núcleo de Defesa e Convivência da Mulher Viviane dos Santos, popularmente conhecida como Casa Viviane dos Santos, foi fundado em 2004 após uma pesquisa sobre violência contra a mulher na região de Guaianases (Lajeado, zona Leste de São Paulo). Realiza orientação, atendimento jurídico, social e psicológico, além de oficinas preventivas da violência contra a mulher.

5. Centro de Referência da Mulher Inês Israel dos Santos foi criado em 2001 pela prefeitura de Embu das Artes, na região metropolitana de São Paulo. É um serviço da prefeitura que integra apoio psicológico, social e jurídico.

6. A Casa Abrigo Helenira Rezende é um abrigo para mulheres ameaçadas de morte. É um serviço da prefeitura de São Paulo.

AS BASES MATERIAIS DA DESIGUALDADE

Se considerarmos a violência contra as mulheres como um componente estrutural do patriarcado, é importante refletir sobre sua realidade, estabelecendo relações com outras dimensões deste sistema que marcam a vida das mulheres. Uma dimensão central são as condições materiais em que vivem as mulheres, fundamentalmente definidas pela divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é o mecanismo que define e separa o que é “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. O trabalho atribuído aos homens é considerado produtivo (a produção de mercadorias) e às mulheres é atribuído o trabalho reprodutivo (o cuidado das pessoas). Além dessa separação, existe uma hierarquização que valoriza mais aquilo que é realizado pelos homens, tanto em termos monetários (desigualdade salarial) como pela atribuição de maior importância ao que os homens realizam e aos espaços que eles ocupam.

A lógica que separa produção e reprodução é a mesma que, no capitalismo, aprofundou a separação entre público e privado. Existe uma ideologia que naturaliza essa divisão, da mesma forma que naturaliza a noção de que a responsabilidade das mulheres pelos cuidados está relacionada à maternidade ou ao sentimento de amor que elas deveriam ter naturalmente, uma vez que têm a capacidade biológica da reprodução. Sabemos que, mesmo com as novas tecnologias, os homens também cumprem um papel biológico na reprodução. Porém, as exigências que são feitas a eles pela paternidade não são as mesmas que se impõem às mulheres. Trata-se, portanto, de uma construção social e histórica que define as práticas sociais dos homens e das mulheres.

É possível estabelecer um vínculo entre a ideologia que transforma a organização da reprodução em um problema privado, resolvido no interior dos lares pelas mulheres, e o discurso de que a violência contra as mulheres também seria um problema privado, de relações interpessoais. Como defendemos neste texto e na atuação do movimento feminista, essa ideologia e esse discurso são fundamentais para a manutenção das desigualdades e a dominação que caracterizam o sistema capitalista e patriarcal.

A divisão sexual do trabalho estrutura o mercado de trabalho e o ideal de família na sociedade capitalista e patriarcal, cujo modelo tem o homem como provedor e responsabiliza as mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados. Mas o reforço da família nuclear como ideal de relação a ser construída apresenta um descompasso com a realidade das famílias brasileiras, em que aumenta a diversidade dos arranjos familiares.

No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011, menos da metade (46,3%) das famílias eram formadas por casais com filhos, sendo que em 18,4% as mulheres eram as pessoas de referência. As famílias monoparentais respondiam por 16,4% do total.

Tendo a economia feminista com ferramenta de análise, procuramos romper com a dicotomia entre produção e reprodução e olhar a relação de continuidade entre essas duas esferas. A partir daí, é possível compreender como a produção da vida cotidiana exige uma enorme quantidade de trabalho de cuidados, que, em geral, permanece invisível. Quando iluminamos o conjunto das atividades necessárias para a produção do viver, também revelamos as relações de poder e dominação que fazem com que os homens se beneficiem diretamente da sobrecarga de trabalho não remunerado das mulheres.

Portanto, a divisão sexual do trabalho é uma base para as desigualdades no trabalho não remunerado e também no trabalho remunerado. Uma expressão dessa desigualdade é a diferença entre as horas despendidas com o trabalho doméstico de cuidados pelos homens e pelas mulheres. Enquanto as mulheres afirmaram gastar 27,7 horas semanais nessas tarefas, os homens dedicavam 11,2 horas semanais a elas. Entre as mulheres ocupadas, o tempo é reduzido para 22,3 horas, enquanto para os homens ocupados esse tempo cai para 10,2 horas.

Esses dados demonstram uma realidade muito conhecida no Brasil: as mulheres estão simultaneamente no trabalho não remunerado e no trabalho remunerado, contribuindo diretamente para o sustento da família. Entretanto, quando as políticas públicas não garantem equipamentos públicos para os cuidados, nem os homens se responsabilizam pelo trabalho doméstico, há uma transferência do trabalho doméstico e de cuidados para outras mulheres, sejam elas próximas da família ou vizinhas, sejam elas contratadas como trabalhadoras domésticas remuneradas. Atualmente existem no Brasil cerca de 6 milhões de empregadas domésticas, em sua maioria negras.

No atual sistema econômico, permanece oculto o vínculo entre a produção do viver – realizada todos os dias de forma não remunerada – e a produção de mercadorias e lucros. Desse modo, parece que as políticas econômicas não têm nada a ver com essa questão. Questionando esse pensamento, a SOF tem compartilhado análises e contribuições de economistas feministas, como Cristina Carrasco, que afirmam que atualmente a sustentabilidade da vida só é possível porque há uma sobrecarga de trabalho das mulheres.

De acordo com o modelo capitalista e patriarcal, o tempo e o trabalho das mulheres devem estar disponíveis para os outros, como se fossem elásticos e inesgotáveis,

e essa disponibilidade se traduz em sobrecarga de trabalho para fazer com que as lógicas da vida e do mercado se ajustem no cotidiano.

São vários os efeitos desse modelo na vida das mulheres. Quando vão para o mercado de trabalho, estão em condições desfavoráveis. Em nosso país, as mulheres ganham, em média, 72,9% do salário dos homens. Também é preciso olhar para a desigualdade salarial considerando a dimensão de raça. Em 2011, o rendimento por hora dos homens brancos era de 13,60 reais; das mulheres brancas 10,90; dos homens pretos e pardos 8,70; e das mulheres pretas e pardas, 7,20. É preciso considerar que as mulheres têm uma jornada de trabalho remunerado inferior à dos homens, uma vez que precisam conciliar o emprego com o trabalho doméstico e de cuidados.

EXISTEM VÍNCULOS DIRETOS ENTRE O MODELO ECONÔMICO E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

As reflexões da ecofeminista Vandana Shiva sobre o aumento dos estupros na Índia nos inspiram a refletir sobre os vínculos entre o modelo econômico e a violência contra as mulheres, ainda que ela esteja falando de uma cultura bastante diferente da nossa. Ela se pergunta: “Existiria conexão entre o crescimento da violência, as políticas econômicas injustas e impostas antidemocraticamente e a intensificação e a brutalidade dos crimes contra a mulher?”. E responde: “Eu acredito que sim. Não estou sugerindo que a violência contra a mulher comece com a economia liberal, estou bem consciente dos profundos preconceitos de gênero em nossas organizações sociais e culturas tradicionais”.

De fato, a opressão das mulheres não começou com o capitalismo, muito menos com o neoliberalismo. Movimentos feministas e anticapitalistas, como a Marcha Mundial das Mulheres, afirmam que capitalismo e patriarcado estão profundamente ligados, que há uma conexão entre mercado e machismo que utiliza e reinventa formas de controle e dominação das mulheres. Vandana Shiva continua sua reflexão nesse mesmo sentido:

[...] a violência tomou nova forma e ainda mais viciosa, como as estruturas do patriarcalismo tradicional que se juntaram às estruturas do capitalismo patriarcal e geraram um híbrido. Nós temos que examinar a conexão entre a violência da injustiça, sistemas econômicos insustentáveis e o aumento da brutalidade e dos números de casos de violência contra a mulher.

A Marcha Mundial das Mulheres compartilha essa análise, afirmando que a violência, assim como a misoginia, intensificam-se na medida em que se afirmam na economia os atores e as políticas da globalização neoliberal.

O feminicídio⁷ aumenta quando são promovidos e assinados acordos de livre-comércio nas Américas, como o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), sob o qual os lugares de trabalho, como as fábricas, aproveitam-se da flexibilidade das leis trabalhistas e ambientais. Muitas mulheres mexicanas são assassinadas, por exemplo, quando cruzam a fronteira com os Estados Unidos e na própria cidade fronteiriça de Ciudad Juárez. O ataque aos direitos reprodutivos e aos serviços de saúde aumentou à medida que os serviços sociais foram sendo privatizados ou tiveram seus orçamentos reduzidos⁸.

A pesquisa da ONG Cohre⁹, de 2010, também confirma essa relação entre violência contra as mulheres e situação econômica, abordando especificamente situações de crise e desemprego. As mulheres entrevistadas relataram que, em período de crise e dificuldade econômica, os maridos ou companheiros descarregavam suas tensões nelas, em forma de agressões verbais, com conseqüente escalada em agressões físicas. Nesses casos as agressões verbais tinham muito a ver com a percepção sobre o papel da mulher. As mulheres eram tidas como inúteis, más administradoras e gastadeiras, porque o dinheiro não era suficiente para garantir o sustento da família. Assim, recaía sobre elas essa responsabilidade, o que fazia, inclusive, que se sentissem culpadas e responsáveis diante da acusação do agressor e, portanto, culpadas pela própria agressão de que eram vítimas.

Dessa maneira, além da violência que sofrem, as mulheres também são afetadas seja porque estão sem acesso ao trabalho remunerado em um período de crise, seja porque a divisão sexual do trabalho pressupõe que elas deveriam fazer “milagre” com o pouco que o companheiro ganha no período de crise ou desemprego, fazendo brotar a comida na panela e dando um jeito para não incomodá-lo com as contas a serem pagas.

A conexão com a situação de crise nos remete às múltiplas dimensões da crise que afeta de forma diferenciada as regiões do mundo. Não se trata apenas de uma crise econômica e financeira, mas também de uma crise ambiental, climática, energética e dos cuidados. Novamente citamos Vandana Shiva para refletir sobre os vínculos entre estas dimensões:

7. O misógino e excepcionalmente brutal genocídio de mulheres, muitas vezes acompanhado por violência sexual extrema e impunidade para seus agressores.

8. Documento do campo de ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres “Violência contra as mulheres”, 2010.

9. Cohre é a sigla do nome em inglês (Center on Housing Rights and Evictions) do Centro pelo Direito à Moradia e contra Despejos.

Eu tenho dito repetidamente que o estupro da Terra e o estupro de mulheres estão intimamente ligados, tanto metaforicamente na formação de visões de mundo, como materialmente na conformação da vida cotidiana das mulheres. A intensa vulnerabilidade econômica das mulheres as torna mais vulneráveis a todas as formas de violência – incluindo agressão sexual.

Para se recompor da crise financeira, o capital expande suas fronteiras para a exploração e controle simultâneo dos territórios, do trabalho e também do corpo das mulheres. Todas as formas de vida estão a serviço do lucro de uma pequena parte da população. Mas a crise não afetou da mesma forma as diferentes regiões do mundo.

No contexto brasileiro, quando debatemos as possibilidades e os limites de um modelo de desenvolvimento que incorpora a erradicação da pobreza nos marcos do discurso geral, os acúmulos feministas devem ser retomados para que as políticas avancem no sentido do combate às desigualdades. Para isso, é preciso ampliar o questionamento sobre a noção que reduz o desenvolvimento ao crescimento econômico, pautando-se pelo crescimento do produto interno bruto (PIB).

Esta redução implica desconsiderar os elementos que apresentamos anteriormente – o conjunto de tarefas que garantem a produção do viver – como parte das situações a ser transformadas por meio da política econômica. Além disso, como estamos em uma economia globalizada, vemos que o equilíbrio das contas nacionais e a inserção do país no mercado internacional têm provocado impactos consideráveis nos territórios e nas condições de vida de populações ribeirinhas, camponesas e indígenas. Sob o impulso do desenvolvimento/crescimento, o capital tem se apropriado dos territórios com um modelo extrativo que saqueia os bens comuns, desestruturando formas de sobrevivência. Nos casos em que são as grandes obras que impulsionam o capital, o fluxo de um grande número de trabalhadores homens reflete em aumento da violência contra as mulheres e exploração sexual.

É inegável, porém, que os anos que precederam a eclosão da crise no Brasil foram marcados por medidas de contraposição ao neoliberalismo, em direção a um modelo chamado por Pochmann (2010) de social-desenvolvimentista. De acordo com este economista, essas medidas foram determinadas especialmente pelo retorno da atuação do Estado como indutor do desenvolvimento e responsável pelo bem-estar da população¹⁰.

10. POCHMANN, Marcio. "Herança de Lula é social-desenvolvimentista". Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=133834&id_secao=2>. Acesso em: 11 nov. 2014.

Considerando os governos Lula e Dilma, destacamos dois aspectos de sua análise: o papel do Estado como promotor da economia do desenvolvimento, com forte investimento público em infraestrutura, e políticas de distribuição de renda. A taxa de desemprego medida pela PME, em março de 2014, era de 5%¹¹, houve um aumento da cobertura da seguridade social e os programas de combate à extrema pobreza, como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria, tiveram grande alcance, com 22 milhões de pessoas saindo da pobreza extrema (“O fim da Miséria é só um começo”, 2014).

Outra política cujo sentido redistributivo impactou fortemente as condições de vida, sendo um fator importante inclusive para que a crise internacional não tivesse efeitos devastadores no Brasil, foi a política de valorização do salário mínimo. No início de 2005, o valor do salário mínimo era R\$ 260,00. Em 2014, é R\$ 724,00.

Essas políticas de peso têm impactos evidentes na construção da autonomia das mulheres, ainda que não tenham sido totalmente sistematizadas.

Podemos nos referir à autonomia para tratar da autodeterminação de cada mulher, mas a conquista da autonomia só será possível com transformações que alcancem todas as mulheres. São várias as dimensões que compõem a autonomia das mulheres: autonomia sobre o corpo, poder de decisão sobre o projeto de vida, e condições para pôr em prática suas decisões, incluindo as que se referem, por exemplo, ao trabalho e à sexualidade.

Nesse sentido, a luta pela autonomia das mulheres tem um vínculo estreito com a luta por igualdade. Por isso, a dimensão da autonomia econômica adquire centralidade. A Marcha Mundial das Mulheres define a autonomia econômica como a capacidade das mulheres de ser provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Autonomia econômica é mais que autonomia financeira, e também inclui o acesso à previdência e a serviços públicos.

A autonomia econômica das mulheres é uma questão diretamente vinculada à construção de igualdade entre homens e mulheres, e passa, necessariamente, por transformações estruturais no atual modelo econômico. Assim, políticas públicas como creches e equipamentos públicos que contribuam para a socialização do trabalho doméstico e de cuidados são determinantes para alterar o atual desequilíbrio entre produção e reprodução. É uma recusa ao modelo vigente, que reforça a responsabilidade individual das mulheres pelo cuidado com as crianças, e é também indispensável para a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

11. “Taxa de desemprego recua para o menor nível da série histórica no mês de março”. Disponível em: <www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/04/taxa-de-desemprego-recua-para-o-menor-nivel-da-serie-historica-no-mes-de-marco>. Acesso em: 11 nov. 2014.

Iniciamos essa reflexão sobre o modelo econômico e a autonomia econômica com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre como eles se relacionam com o processo de enfrentamento da violência contra as mulheres.

O QUE É VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER?

Entendemos a violência contra as mulheres como a expressão mais dura da desigualdade entre homens e mulheres, enraizada neste sistema de opressão que é parte do modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal vigente em nosso país. É a violência que sofremos pelo simples fato de sermos mulheres e que é cometida por um homem, ou por uma instituição – em geral e não por acaso – dirigida por um homem.

Ainda que o espaço familiar e privado seja o principal lugar de violência (violência doméstica), a violência contra as mulheres afeta tanto o âmbito público como o privado. Por isso suas causas não devem ser procuradas nos relacionamentos familiares, mas na estrutura patriarcal, nos modelos sociais e na distribuição desigual de poder entre homens e mulheres (Carrasco, 2012).

No *Dicionário Crítico do Feminismo*, o verbete Violências define o termo da seguinte maneira: “As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na subjetividade”.

Várias são as convenções internacionais que tentaram definir a violência contra as mulheres, como a Convenção de Belém do Pará (1994), a CEDAW (1981), a Convenção de Palermo (2000) e a Declaração de Direitos Humanos. No Brasil, o texto da Lei Maria da Penha e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, também delimitam o entendimento do Estado sobre o assunto.

Essa definição é importante porque muitas vezes, na tentativa de dar visibilidade a outras situações de violência, que também precisam ser denunciadas, coloca-se tudo junto. No entanto, as violências contra a mulher têm outra natureza e devem ser enfrentadas a partir de sua especificidade. A violência sexista apresenta um agressor (homem) e uma agredida, e é assim porque reflete uma relação de poder.

Não é raro que se tente justificar essa violência com argumentos que partem da ideia de que há uma forma certa das mulheres serem e fazerem as coisas e que, quando saem dessa ordem, merecem ser castigadas de alguma forma.

É por isso que há quatro décadas o Movimento Feminista brasileiro luta para que a violência sexista seja compreendida como um problema político e social, fundado nas relações de poder entre homens e mulheres, e não naturalizada ou tratada como algo privado e sem relevância social.

O feminismo denuncia a violência sexista como ferramenta de controle do patriarcado sobre a vida das mulheres, de modo que todas as mulheres são afetadas por ela – mulheres do campo e da cidade, brancas, negras, indígenas, heterossexuais, lésbicas, de diferentes classes sociais –, considerando as especificidades e a realidade de cada mulher.

UM RETRATO DA VIOLÊNCIA MACHISTA NO BRASIL¹²

A violência contra a mulher no Brasil marca o cotidiano de milhões de mulheres que se veem sem direitos ou receosas em espaços públicos, com sua liberdade de ir e vir cerceada, tendo suas vidas profissionais limitadas, sua integridade física e psicológica violada, e sua sexualidade controlada.

A pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado* (2010), da Fundação Perseu Abramo, dá a dimensão da violência contra a mulher no Brasil: a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no Brasil. Uma a cada 10 mulheres já foi espancada pelo menos uma vez na vida.

VIOLÊNCIAS SOFRIDAS: SÍNTESE POR MODALIDADE (EM %)

	Espontânea	Estimulada
Violência física	12	24
Violência sexual	4	10
Violência psíquica ou verbal	4	23
Assédio	0,4	7
Controle ou cerceamento	0,3	24

Fundação Perseu Abramo. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, 2010.

A pesquisa da FPA marca a diferença entre o número de mulheres que espontaneamente identificam haver sofrido algum tipo de violência e as que só identificam que sofreram violência quando o ato é identificado como tal. Por exemplo, na coluna

12. Esse tópico foi elaborado com base em material apresentado pela Marcha Mundial das Mulheres à CPMI da Violência, em 2012.

de reconhecimento espontâneo, os casos de Controle ou Cerceamento só são identificados espontaneamente por 0,3% das entrevistadas como uma violência sofrida. A partir do momento em que o entrevistador identifica o ato como violência, ou seja, quando a resposta é estimulada, a proporção salta para 24%.

Esse dado nos desafia a refletir sobre o que é a violência contra as mulheres no Brasil, onde práticas violentas parecem estar naturalizadas ao ponto de não serem reconhecidas como tal.

Outro ponto emblemático é o número de assassinatos de mulheres no Brasil. Em 1990, foram assassinadas no Brasil 2.585 mulheres, representando uma taxa de 3,5 para cada 100 mil mulheres. Segundo o Mapa da Violência 2012, em 1996 essa taxa chegou a seu ponto mais alto desde 1980, atingindo 4,6, ou seja, 3.682 mulheres foram assassinadas naquele ano.

O pico foi 1996, a taxa permanece estabilizada até 2007, e depois da Lei Maria da Penha sofre um leve decréscimo, voltando em 2010 a alcançar a cifra de 4,4 homicídios para cada 100 mil, o que coloca o Brasil no 7º lugar em assassinatos de mulheres em uma lista que classifica 84 países. As mulheres jovens na faixa etária de 15 a 29 anos são as mais afetadas. Hoje se estuda na Câmara Federal projetos para qualificar esses crimes como feminicídios, seguindo o exemplo de países como México e Costa Rica.

O feminicídio é definido como o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais comuns são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre as mulheres, em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero (Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha).

Segundo o Cladem, a criação de uma norma penal que tipifique o femicídio (ou feminicídio) por si só não significa uma mudança cultural, mas contribuiria para tornar visível uma situação de violência com características muito especiais, que deveria acarretar a instalação de políticas de prevenção, ajuda e proteção e uma transformação substancial no acesso à justiça. O Cladem é o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

A FALTA DE UM SISTEMA NACIONAL DE DADOS

Ainda que na Lei Maria da Penha esteja previsto o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, ainda são escassos e limitados os dados disponíveis. As duas fontes de informação mais importantes para a elaboração de políticas públicas são o sistema de notificação compulsória dos casos

de violência contra a mulher, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, e o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC), sob responsabilidade do Ministério da Justiça.

A CPMI da Violência contra as Mulheres 2012 revelou que os estados brasileiros, mesmo São Paulo, que possui o maior número de serviços, não possuem sistema organizados de dados sobre violência ou mesmo sobre a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Quase todas as estatísticas são policiais e judiciais e referem-se à violência criminalizada, isto é, à violência que pode ser denunciada como crime. Dentro dessa categoria, os dados limitam-se à violência familiar e às formas limite e visíveis de violência física: as que atentam contra a vida ou a integridade física das mulheres, as que deixam feridas, contusões, fraturas (Carrasco, 2012).

Os dados coletados pela Central de Atendimento à Mulher (Disque 180), de responsabilidade da SPM/PR, ainda que bastante limitados, trazem informações que podem servir de subsídio à elaboração de políticas públicas. Segundo o relatório de 2009 da Ouvidoria da SPM/PR, do total de 401.729 registros, 51,73% foram feitos via e-mail, 22,25% pelo link da ouvidoria no site da Secretaria, e só 20,46% por telefone que recebe denúncia ou pelo 180.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, 40% das mulheres no Brasil nunca usou um computador e 43% nunca usou internet. Considerando que o acesso à internet no país não é universal, essa informação traz uma questão sobre quem são as mulheres que buscam esse serviço, onde elas estão, na cidade ou no campo, e a que classe pertencem.

Os dados não abordam outras dimensões, como a violência estrutural (discriminação salarial, tráfico de mulheres, prostituição etc.), a insegurança das mulheres em um sentido amplo, passando pelo bem-estar, liberdade, plenitude de direitos, até a possibilidade de ter um projeto próprio de vida (Carrasco, 2012).

Nos últimos 10 anos, o carro-chefe das políticas dirigidas a melhorar a vida das mulheres se desenvolveu no campo do combate à violência. Isso passou por vários esforços por parte da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Mesmo frente a todo o investimento, os dados revelam que a violência não diminuiu; pelo contrário, conforme citado anteriormente, o Brasil se mantém entre os países com maior incidência de assassinatos de mulheres no mundo. Claro que os dados de homicídios não ilustram o conjunto da violência na medida em que só registram as mortes, ou seja, se somássemos todas as violências sexuais e agressões físicas ou psicológicas nos espaços públicos e privados, a dimensão da violência seria ainda mais ampla.

A despeito das políticas de combate à violência e sua importância, todo o investimento esbarra nas condições objetivas de vida das mulheres, que só serão alteradas quando o conjunto das ações do governo incorporar, como estruturante da desigualdade em nossa sociedade, a condição em que vivem as mulheres. Assim, possivelmente o maior desafio das políticas públicas no país é superar a pobreza, promovendo a autonomia econômica das mulheres, substituindo a via de afirmação do papel maternal por outra, que amplie a presença das mulheres no mercado de trabalho (Sorj e Fontes, 2010).

A AUTONOMIA DAS MULHERES COMO ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

O conceito de autonomia das mulheres é multifacetado e passa pelas condições objetivas de decidir e colocar em prática o que se deseja para sua vida, seu corpo e sua sexualidade. A noção de autonomia nos remete à autodeterminação, ou seja, ser dona da decisão sobre as distintas dimensões da própria vida. Isso significa que ter acesso a emprego e renda é uma parte importante, mas não é sinônimo de autonomia (Moreno e Viúdes, 2012).

A violência sexista é um dos elementos que impede a mulher de gozar de autonomia, à medida que dificulta que a mulher possa entrar no mercado de trabalho e exercer seus direitos básicos de cidadania.

Deve-se também considerar outros elementos, como o tipo de participação no mercado de trabalho e a responsabilidade pelo trabalho doméstico. Essas questões só podem ser solucionadas com transformações estruturais. Construir a autonomia das mulheres exige romper com as estruturas patriarcais que perpetuam a divisão sexual do trabalho e a violência.

Segundo os registros do Disque 180 de 2009, 51% das mulheres que usaram o serviço afirmam não depender financeiramente do companheiro, enquanto 48,9% afirmam ter dependência financeira. Essa porcentagem é uma média nacional que varia de estado para estado; por exemplo, no Amazonas, somente 44% afirmam não ser dependentes, enquanto 66% dizem que são. Esse dado precisa ser contrastado com dois elementos. O primeiro é que trata de apenas um dos aspectos da autonomia – a renda –, não levando em consideração o acesso a serviços públicos, condições dignas de vida, moradia, comunicação, emprego, entre outros. O segundo elemento é que as fontes de denúncia do 180 são diversas e cerca de 73,98% dos atendimentos são feitos por internet (*e-mail* ou pelo *link* do *site*), de modo que as denúncias são realizadas pela parcela da população que tem acesso a esse recurso.

Outra pesquisa, *Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil* (2011), organizada pelo instituto Avon/IPSOS, revelou os principais fatores que mantêm a mulher numa relação de violência: 25% das mulheres alegaram falta de condições econômicas para viver sem o companheiro e 20% declararam preocupação com a criação dos filhos, o que também podemos inferir que se refere à falta de condições econômicas.

Há alguns estudos publicados que tentam analisar os nexos entre autonomia econômica e violência contra as mulheres em cidades diferentes. Em artigo publicado por Aguiar e Pazo, as autoras analisaram os registros telefônicos do 180 da cidade de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

Elas constataram, pelas palavras das mulheres que buscavam o serviço, que a conquista da independência financeira e do trabalho apareciam como condições necessárias para sua libertação da opressão e violência.

A única solução que eu teria agora é a separação. Eu não posso me separar agora, porque eu trabalhava (...) só que descobri que estava grávida e fui mandada embora. Agora, quem vai me dar um emprego grávida? Eu gostaria que o serviço me ajudasse. Mas como o serviço vai me ajudar? O serviço de saúde não vai me ajudar a me sustentar.

A autora do depoimento era uma gestante, vivia em uma cidade com o marido, a mais de 3 mil quilômetros de distância dos demais familiares, sem trabalho e isolada de uma rede social de amparo, de modo que suas possibilidades de enfrentamento da violência que sofria do companheiro se restringiam significativamente.

Outro importante estudo foi realizado em 2010, pelo Centro pelo Direito à Moradia e contra os Despejos (Cohre). O estudo procurou revelar como as condições de habitabilidade e o não acesso à moradia são fatores agravantes em situação de violência sexista. Esse estudo foi realizado em Buenos Aires (na Argentina), em Bogotá (na Colômbia) e em Porto Alegre (no Brasil), com mulheres de baixa renda, a maioria das quais não tinha trabalho remunerado.

Os resultados mostram que o primeiro obstáculo para romper com a relação violenta é a dependência econômica e, em segundo lugar, não ter acesso a moradia própria e ter que compartilhar a habitação com o agressor.

Em alguns casos citou-se como motivo de não sair deste círculo violento o fato de não ter abrigo ou moradia alternativa, ou seja, o problema da falta de moradia para as mulheres também é um fator que dificulta o enfrentamento da violência.

Nos trabalhos e oficinas desenvolvidos pela SOF no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 com mulheres do movimento de moradia vinculados à Central de Movimentos Populares (CMP) e à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), esse tema do acesso à moradia já era um tema relevante. Muitas mulheres diziam que lutavam anos construindo a casa nos mutirões e quando a casa ficava pronta, devido à violência, tinham que vendê-la, ou ela era vendida pelo próprio companheiro ou marido e a mulher ficava em situação de pobreza extrema.

Assim, desde os anos 1990, esses movimentos em parceria com o movimento feminista têm colocado na pauta a luta pela titularidade da casa em nome da mulher. Também o artigo 24, seção III, das medidas protetivas de urgência à ofendida da Lei Maria da Penha determina: proibição temporária para aceleração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial.

No Brasil, o déficit habitacional é de 5,2 milhões de moradias. Segundo o IPEA, São Paulo responde por 1,1 milhão desse montante. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, um quarto dos paulistanos vive em favelas e loteamentos irregulares (*O Estado de S. Paulo*, 4 ago. 2008). Pode-se dizer que todos os estudos sobre pobreza já indicaram que a “pobreza tem cor negra e rosto de mulher”, portanto podemos inferir que a situação de violência contra as mulheres negras é especialmente grave.

Na questão do acesso a moradia há muito ainda que se fazer, mas alguns obstáculos estão sendo removidos, como ocorreu por meio da Lei 12.424 de junho de 2011, que dispõe sobre o programa Minha Casa Minha Vida. O programa tem como um de seus princípios a concessão do título da casa preferencialmente para a mulher.

Em oficina desenvolvida pela SOF sobre o tema da violência contra a mulher e autonomia econômica, as participantes da casa Anastácia, da casa Viviane dos Santos e do abrigo Helenira Rezende foram muito explícitas em colocações sobre as dificuldades que as mulheres têm para romper o ciclo da violência quando se encontram em situação de dependência econômica. As várias falas expressam bem esta dificuldade.

Segundo uma das participantes (Shirlei Cristina Martins, da Casa Anastácia), “em um dos atendimentos a situação de dependência era tão grande que a mulher não tinha sequer recurso para pagar a passagem de ônibus para o deslocamento até a Casa Anastácia para receber o atendimento, o próprio marido agressor é quem a levava na casa para o atendimento, de forma que o controle sobre ela se tornava severo”.

Um dos aspectos mais perversos é a forma como a violência sexista controla a vida das mulheres. O agressor muitas vezes vai minando todas as formas de contato da mulher, isolando-a dos familiares e das amigas, de forma que ela não somente en-

contra-se dependente financeiramente, mas também emocionalmente, o que dificulta mais ainda vislumbrar caminhos para o rompimento da violência.

DIFICULDADES PARA ROMPER O CICLO DA VIOLÊNCIA

Romper o ciclo da violência não depende somente de condições financeiras. A violência que se dá nas relações afetivas é complexa e o simples fato de se ter emprego ou condições econômicas muitas vezes não é suficiente para romper com o ciclo da violência. No entanto, estamos analisando situações em que não ter autonomia financeira e econômica aprofunda as dificuldades para esse rompimento.

Segundo Lucilea Portuense, coordenadora do Centro Inês Israel dos Santos, o fato de ter filhos é o que mais pesa nas decisões das mulheres para romper com a situação de violência. O medo de criar os filhos sozinha e não conseguir atender a todas as suas necessidades torna-se um aspecto relevante para sua decisão. Lucilea relata que há muitos casos em que a mulher nunca trabalhou fora, tendo saído da escola e se casado; esses casos são os mais difíceis.

Para uma mulher com filhos, sair de uma situação de violência com o rompimento do casamento exige uma organização da vida que nossa sociedade, ou pelo menos a maioria dos municípios, não oferece para a mulher do ponto de vista das políticas públicas. Recai sobre a mulher a maior responsabilidade com a criação dos filhos, já que falta muito ainda para que os homens assumam a responsabilidade da paternidade de forma integral.

Nossa sociedade em geral culpabiliza as mulheres pela má educação dos filhos ou pelo fato da filha ou do filho cair em situação de marginalidade, uso de drogas etc., alegando que a mulher priorizou o mercado de trabalho e sua vida profissional em detrimento da educação dos filhos. Isso deixa as mulheres mais amedrontadas para o rompimento da relação e muitas vezes elas se resignam a viver em uma relação de violência, temendo prejudicar os filhos.

Corroboram para isso os valores difundidos com a ideologia neoliberal, segundo a qual cada cidadão deveria ter a condição individual de superar e suprir todas as necessidades, enquanto o Estado e a sociedade se isentam de uma série de serviços e cuidados e da responsabilidade social com as pessoas. Margareth Thatcher expressava esta ideologia, convocando uma cidadania moralmente responsável, que não dependesse do Estado, ao mesmo tempo em que implementava as políticas neoliberais em seu país¹³.

13. <www.hutchnews.com/news/article_825e5513-0e3f-59dd-85e8-2a8416b03d1c.html?mode=jqm>. Acesso em: 19 nov. 2014.

Trocando em miúdos, essa ideologia somente colaborou para que as políticas de socialização do trabalho doméstico e de cuidados fossem mais negligenciadas e as mulheres fossem culpabilizadas pela pobreza e os problemas com os filhos. A situação ficava ainda mais difícil quando havia violência na relação.

Se não há direitos sociais e políticos, também não pode haver cidadania. O que essa ideologia pregava era a aceitação do Estado mínimo e as mulheres como responsáveis pelos cuidados a partir da ausência ou insuficiência do Estado de prover políticas públicas.

Para Márcia Valeria, coordenadora da Casa Abrigo Helenira Rezende, as mulheres ameaçadas de morte em situação de abrigo saem necessitando de várias políticas públicas de apoio, entre as quais a creche é fundamental.

Ela cita o caso de uma mulher que já havia se separado e que solicitou uma vaga em creche. A vaga saiu próxima à casa onde vivia o marido agressor, e a mulher disse que preferia voltar à casa do agressor para manter a vaga em creche e poder trabalhar, pois se perdesse aquela vaga iria para o final da fila. Assim, às vezes a política pública existe, mas não está conectada com as necessidades das mulheres vítimas de violência.

Ainda em relação às mulheres abrigadas, Lucilea Portuense afirma que as mulheres que vão para o abrigo em geral são aquelas que, ameaçadas de morte, também não encontram respaldo, solidariedade e confiança entre familiares e amigas. Desse modo, a vivência no abrigo é uma experiência em que a mulher aprende a ter a condução da própria vida. Por isso, as políticas de apoio e proteção são ainda mais necessárias.

Há também alguns paradoxos. Em entrevista com a Defensoria Pública de São Paulo, a doutora Ana Rita Souza Prata e a doutora Simone Hipólito, do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem), colocam que há casos em que a mulher que está em um nível maior de pobreza às vezes tem mais facilidade de romper com o ciclo de violência do que a mulher que tem um padrão de vida melhor, mas não tem renda própria, pois esta tem medo de que o seu padrão de vida e o dos filhos seja rebaixado. Portanto, a independência financeira, ou ter renda própria, é sempre um elemento fundamental para iluminar o caminho de quem precisa romper o ciclo da violência.

Uma usuária do centro Inês Israel dos Santos revela o quanto ter um emprego é um diferencial para romper o ciclo da violência. Ela conta que, quando iniciou o relacionamento com o atual marido e agressor, ele exigiu que ela saísse do trabalho para cuidar da casa e dos filhos, mas depois dizia que quem sustentava a casa era ele e que, portanto, ela deveria cumprir as ordens dele.

O desfecho dessa violência começa a mudar de rumo quando o centro a encaminha para um emprego na frente de trabalho do município e ela conta como ter um emprego fixo a fez sentir-se mais segura e como começou a enfrentá-lo para que ele saísse da casa:

Com emprego fixo me senti segura para não mais aceitá-lo de volta, dei um ultimato para ele sair de casa e passei a não ter mais medo das ameaças dele. Ele percebeu que eu havia mudado e passou a ajoelhar-se pedindo perdão e dizendo que queria permanecer comigo. Eu não aceitei, me transformei em um gigante.

Essa mulher prestou concurso no próprio município e hoje voltou a estudar e ingressou na faculdade. Esse é um caso em que a política de atendimento empregada foi extremamente importante para o desfecho da história: ela foi abrigada no momento de ameaça de morte e recebia um recurso mínimo para poder chegar ao centro de atendimento. Foi encaminhada para a frente de trabalho no município, incentivada a prestar concurso público e teve ajuda para estudar, até que foi aprovada no concurso e ainda mantém vínculo com o atendimento psicológico do centro.

Como aprendizado nessa luta por sair do ciclo de violência, ela diz que está ensinando as filhas adolescentes a construir a independência econômica, incentivando-as a estudar e trabalhar para que nunca precisem ser dependentes de um homem.

Ainda na questão de soluções para sair do ciclo da violência, considerando o acesso à moradia, a casa Cidinha Kopcak, a Casa Viviane e a Casa Anastácia na cidade de São Paulo se referem à dificuldade das mulheres em São Paulo em acessar o Aluguel Social, que é uma política que beneficia populações em situação de risco. Os movimentos de mulheres têm afirmado a necessidade de que esse benefício seja uma das políticas para as situações graves de violência contra a mulher.

Na cidade de Santo André, por exemplo, a violência contra a mulher é um dos critérios para o acesso a este benefício. No portal do site, uma mulher atendida pelo Aluguel Social relata que, depois de 20 anos sofrendo violência, não tinha mais forças para se reerguer; o aluguel social foi a saída para sair de casa e reconstruir a vida.

Se nas áreas urbanas essa é uma questão grave, para as mulheres da área rural é ainda mais complexa, pois a casa é também seu lugar de trabalho remunerado ou de subsistência, e a solidão e o isolamento comuns aos moradores no campo reforçam o problema.

Em pesquisa realizada pelo IPEA em 2011 com as mulheres participantes da Marcha das Margaridas (*Marcha das Margaridas: Perfil socioeconômico e condições de vida*

das trabalhadoras do campo e da floresta), um dado parece bem significativo: 11% das mulheres entrevistadas haviam sido expulsas de casa; 46% pelo cônjuge ou companheiro e 26% pelo pai. A lógica da Lei se inverte: o agressor é quem promove o afastamento da agredida do lar. Assim, podemos afirmar que quando a justiça não funciona o agressor é ainda mais ousado no exercício de poder e dominação.

No Brasil, não fosse a lentidão da justiça e se os operadores de direito tivessem uma preocupação maior com a vida das mulheres, poderíamos ter este problema da convivência da vítima com o agressor minimamente amenizado com as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha e com a implementação da Lei federal 10.259/01, que determina “que o juiz poderá determinar como medida de cautela o afastamento do agressor do lar”.

Em uma oficina sobre violência contra a mulher realizada pela SOF com trabalhadoras rurais em 2011, no interior de São Paulo, uma mulher declarou que ao sofrer violência recorreu às pessoas do assentamento, inclusive às lideranças, para ajudar a afastar o marido agressor. Ela foi aconselhada a sair do lote, pois eles alegaram que, sozinha com os filhos, ela não teria condições de produzir e o lote não poderia ficar improdutivo. Ela foi perseverante, buscou a justiça e conseguiu que ele saísse do lote. Sem sofrer violência, ela e os filhos passaram a produzir no lote e hoje, segundo ela, seu lote é um dos mais produtivos no assentamento.

Vejam, nesse caso, como a violência contra a mulher é justificada e tida como algo banal e como as mulheres frequentemente – embora sempre tenham trabalhado tanto no campo como na cidade – são consideradas pelo senso comum como improdutivas e incapazes de prover seu próprio sustento e da família. A ideia ou mito do homem como provedor ainda povoa muito fortemente a mente da maioria das pessoas.

Segundo Cheron e Severo (2010):

Quando ligada ao fator econômico, a violência possibilita que as mulheres se sujeitem a relações abusivas por conta da dependência em relação aos companheiros. Na estrutura familiar assentada na hierarquia patriarcal, o homem é o chefe da família, a quem cabe o direito de tomar decisões e aplicar medidas que considere necessárias para manter e reforçar sua autoridade sobre a companheira e os filhos. À mulher cabe um papel secundário, em muito atrelado à dependência econômica do companheiro “provedor”. Nesse tipo de estrutura familiar é facilitada a presença da violência, fenômeno tolerado pela sociedade.

Para rompermos com o ciclo da violência, precisamos enfrentar múltiplos fatores. Quando se trata de uma mulher que está em uma condição de dependência econômica a situação torna-se ainda mais complexa, o que exige vários níveis de atenção com políticas públicas articuladas ao acesso à justiça. Além disso, em muitos casos, a solidariedade das pessoas próximas é um ingrediente fundamental e indispensável para que a pessoa possa reconstruir a vida ou mesmo ter a vida preservada.

DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O processo de construção de políticas públicas passa por uma eleição de prioridades em que muitas vezes aparece a ideia de que “primeiro resolvemos os problemas pontuais e depois pensamos na igualdade”. Por outro lado, se apresentam também discursos retrógrados que não reconhecem a desigualdade global como um eixo estruturante da ação pública e fazem “concessões às mulheres”.

O risco parece duplo, no primeiro caso porque não se reconhece a desigualdade entre homens e mulheres como um dos pilares da nossa economia, sugerindo que superar o atual estado das coisas passa por transformar essas relações. Se a desigualdade de gênero não é questionada, permanece a atual ordem, na qual o patriarcado reage às tentativas de avanços das mulheres e recrudesce a violência. As políticas públicas precisam ter a intenção clara de acabar com a opressão das mulheres.

Mesmo em contextos em que há um conjunto de direitos sociais assegurados, a violência contra as mulheres permanece como instrumento de controle. Exemplo disso é que os Estados Unidos figuram na 24ª posição no *ranking* de assassinatos de mulheres. Ou seja, ter direitos não é igual a não sofrer violência. Entretanto, essa situação é mais facilmente contornada se as mulheres desfrutam das condições objetivas para tal (*Dicionário Crítico do Feminismo*).

Por exemplo, a não ampliação da rede de creches públicas, a criminalização do aborto, a desigualdade salarial e a falta de moradia e acesso à terra são problemas muito concretos na vida das mulheres que precisam ser superados para a construção de uma vida sem violência e com autonomia.

O segundo risco é uma posição de certa condescendência com as mulheres, se colocando em defesa de seus direitos sem no entanto questionar as estruturas sociais que as colocam em situação de desigualdade. Ou seja, observamos agentes públicos que, se por um lado lançam programas de atenção às mulheres, por outro desenvolvem políticas que violam seus direitos fundamentais.

Nessa perspectiva global não são só as políticas de enfrentamento da violência as responsáveis por construir igualdade e autonomia, mas sim o conjunto das políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, que inevitavelmente atingem as mulheres. Ou seja, as políticas de redistribuição de renda, igualdade salarial, garantia de direitos sociais e trabalhistas, entre tantas outras, também são essenciais na construção de uma sociedade sem violência contra as mulheres.

Esses elementos demonstram que a ausência de uma ação pública atinge as mulheres de forma diferenciada, mas que todas estão permanentemente ameaçadas já que o patriarcado e a desigualdade são elementos estruturantes da nossa sociedade. Assim, os Estados e os governos precisam ter um papel central e contundente no combate à violência, orientando as políticas na direção de construir a autonomia pessoal e econômica das mulheres.

O papel do Estado é o de deslegitimar e combater a violência. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha representa uma importante contribuição ao debate público sobre o tema, explicitando-o como um assunto político que diz respeito a toda a sociedade.

Sancionada há oito anos em suas disposições preliminares, trata o conceito de segurança em uma perspectiva ampliada, adjetivando-o como “segurança humana”. Esse é um conceito importante na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento.

A Lei Maria da Penha estabelece assim que a violência e a segurança são coisas muito distintas para homens e mulheres. Para as mulheres como grupo social significa ter sua mobilidade limitada e seu acesso a recursos e atividades básicos restringido. “Mas a expansão de direitos não assegura necessariamente o exercício efetivo da cidadania. A declaração de direitos civis, políticos e sociais pode compor meramente uma cidadania formal ou passiva, pois não enfoca as relações de poder na sociedade nem o caráter excludente de fato das democracias modernas” (Basterd, 2011, p. 13)

Segundo Carmen Hein de Campos (2011), a Lei rompe com os padrões do direito abrindo espaço para questionamentos à ordem patriarcal, sobre a qual o sistema judiciário também está apoiado.

É nesse sentido que a autora discute a importância de avançar em respostas penais e não penais para a violência. “Este é o desafio posto ao feminismo brasileiro nesse momento: uma inovação que apresente, de um lado, alternativas às mulheres para além das já existentes na Lei, e, de outro, aos magistrados e magistradas, as condições de lidar de forma diferenciada com as inúmeras situações com as quais são, cotidianamente, confrontadas/os” (Campos, 2011, p.9)

É importante ampliar as perspectivas de políticas públicas no campo da violência contra as mulheres também a partir da ampliação do entendimento da violência como conceito multifacetado, e tendo em consideração que essa é uma prática profundamente vinculada à existência do patriarcado como instituição que organiza as relações sociais.

A criação da Lei Maria da Penha contribuiu para desnaturalizar e tipificar a violência contra a mulher como um crime. O grande desafio, depois de 8 anos da lei, é implementá-la na prática em todas as suas dimensões. Os obstáculos estão fundados na omissão dos governos, que, aliados ao machismo impregnado no sistema judiciário, secretarias de segurança e órgãos afins, contribuem para que a Lei Maria da Penha não seja aplicada em sua integralidade. A pesquisa do instituto Avon/ Ipsos, *Percepções sobre a Violência Doméstica contra a Mulher no Brasil* (2011), revelou que 52% das entrevistadas acham que juízes e policiais desqualificam o problema da violência contra a mulher.

O artigo 8º da Lei Maria da Penha (“Das Medidas integradas de proteção”) é claro quando indica a política pública de forma articulada com ações de todos os entes federados como a forma efetiva para coibir a violência contra a mulher. No artigo 9º, a Lei Maria da Penha indica que a assistência a esta mulher deve ser articulada conforme os princípios e as diretrizes previstos na lei Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Segurança Pública. Esses aspectos da Lei Maria da Penha são fundamentais, já que corroboram com a visão de que a questão da violência contra a mulher ou de gênero não se esgota com os processos judiciais, mas deve apoiar-se em um conjunto de políticas e normas para prover um atendimento integral.

Buscar saídas de enfrentamento da violência para além da judicialização é um aspecto bastante reafirmado também por Ana Rita e Simone Hipólito (NUDEM). Elas relatam como, em sua prática de defensoras públicas, percebem os limites e insuficiências da judicialização para a efetivação da Lei Maria da Penha e como é fundamental buscar apoio entre outros atores para promover políticas públicas que contribuam para criar condições mínimas que permitam às mulheres vítimas de violência construir o caminho para romper com o ciclo da violência.

Neste sentido, o Brasil lançou, em 2007, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, uma iniciativa muito importante, já que prevê o engajamento dos Estados e municípios no combate e enfrentamento da violência contra a mulher. Esse Pacto federativo se referenciou nas conferências nacionais de políticas para as mulheres de 2004/2007, abrangendo o combate à violência, prevenção, assis-

tência, garantia dos direitos, e deve atuar de forma transversal nas políticas públicas, associado à intersetorialidade das ações e programas visando ao atendimento integral às mulheres em situação de violência.

O Pacto é uma estratégia acertada para o enfrentamento da violência, já que uma das diretrizes é o fortalecimento de redes que envolvem não somente órgãos públicos e governamentais, mas também organizações da sociedade civil e comunidades. Nesta perspectiva, o enfrentamento da violência contra a mulher deve envolver amplos setores da sociedade e não somente aqueles especializados no assunto.

Até 2003, os principais equipamentos de responsabilidade dos governos para o atendimento às mulheres vítimas de violência eram as delegacias (DEAMS) e as Casas Abrigo em algumas capitais. Outros equipamentos, como Centros de Referência, eram escassos e às vezes de responsabilidade de entidades sociais vinculadas ao movimento de mulheres.

A nova política de enfrentamento da violência por meio do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher amplia a responsabilidade de outros setores até então não envolvidos no combate à violência contra a mulher. Um exemplo novo é o papel dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) como uma das portas de entrada para o atendimento às mulheres vítimas de violência. O censo SUAS 2011 aponta a implantação de 7.475 Cras em 5.264 municípios. Podemos inferir que, pelo esforço de universalização desta política, hoje os 5.570 municípios brasileiros (IBGE 2013) já possuem Cras ou Creas, enquanto que os CRM (Centro de Referência da Mulher), com equipamento específico para o atendimento às mulheres vítimas de violência, segundo dados da CPMI da Violência contra a Mulher, somam apenas 202 centros, a maioria nas capitais e nas regiões Sul e Sudeste.

A contradição é que, ao mesmo tempo que esses equipamentos (Cras e Creas) contribuem para o acolhimento das mulheres, essa política tem como um dos eixos estruturadores a matricialidade sociofamiliar (NOB/SUAS 2005, resolução 130), portanto, a família é o sujeito a ser trabalhado com vistas ao restabelecimento de vínculos.

No caso da violência contra a mulher, o sujeito da ação deve ser a mulher, e é preciso levar em conta as relações desiguais de poder entre homens e mulheres na sociedade patriarcal.

Em muitas situações, é preciso romper os laços familiares e/ou afetivos com o agressor (marido, namorado ou companheiro) para pôr fim à violência. Portanto, o grande desafio para que esses equipamentos contribuam com a política de enfrenta-

mento da violência de forma eficaz é que todo o corpo técnico que atua neles receba capacitação, em 100% das unidades, para construir novas abordagens, desde uma perspectiva de gênero e feminista.

Em que pese todo o esforço do governo federal em formular políticas, aprovar leis e ampliar orçamentos para as políticas de combate à violência, esta não arrefeceu, como citado em dados anteriores, pois a política é formulada nacionalmente, mas executada, em grande parte, pelos Estados e municípios.

Não obstante o problema da insuficiência e omissão de implementação, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres nos Estados e municípios foi peça chave para que o senado brasileiro em 2012 propusesse a CPMI da Violência contra a Mulher em 2012, que teve seu relatório final entregue em 2013.

A CPMI fez uma ampla investigação em Estados e municípios do país, ouvindo órgãos públicos, serviços e movimentos sociais, buscando compreender onde se situam os entraves e obstáculos para a implementação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

Um elemento crucial apontado pela CPMI comum a todos os estados foi a falta ou insuficiência de recursos próprios para aplicação em políticas de combate à violência contra a mulher. A maioria dos estados atua com os recursos oriundos dos convênios nacionais com a SPM/PR, recursos que cresceram vertiginosamente após a vigência do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

A partir do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e da consolidação da política de enfrentamento se observa um crescimento dos recursos, que dobram entre 2003 e 2005, mas voltam a cair em 2006. O verdadeiro divisor de águas é a criação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que praticamente triplicou os recursos de 2006 para 2007. Eles também aumentaram consideravelmente a partir da vigência do Pacto, em 2007 (ver gráfico ao lado).

Outro elemento apontado pela CPMI foi a precariedade dos arranjos institucionais que abrigam a política para as mulheres, que não possui um padrão organizacional. Temos desde estados sem nenhum organismo estadual de políticas para as mulheres (como São Paulo, Paraná e Roraima); 11 estados e o Distrito Federal com uma Secretaria de Políticas para as Mulheres, algumas das quais têm responsabilidade também com a questão racial e a diversidade; 8 estados com coordenadoria e outros arranjos, como superintendência na Bahia, núcleo estadual em Rondônia e diretoria de mulheres em Tocantins. Assim, além da falta de padronização de uma estrutura e equipes definidas, muitos desses organismos estão subordinados a outras secretarias, como as de assistência e direitos humanos, e não têm orçamento próprio.

RECURSOS ANTERIORES E POSTERIORES AO PACTO NACIONAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ano	Recursos
2003	
2004	
2005	R\$23.965.154,45
2006	
2007	
2008	
2009	R\$132.541.472,55
2010	
2011	
Total	R\$156.506.627,00

Fonte: SPM, 2013. Gráfico extraído do Relatório final da Comissão Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher no Brasil, p. 68.

Uma das recomendações da CPMI em praticamente todos os estados visitados foi a contratação de recursos humanos nesses organismos governamentais, assim como uma equipe multidisciplinar nos equipamentos de atendimentos às mulheres – por exemplo, nas áreas do judiciário e delegacias, onde também se revela intensa precariedade do ponto de vista de pessoal e de estrutura material.

Sabemos, pela extensão da violência e a forma como ela tem se interiorizado em nosso país, que a aplicação adequada da Lei Maria da Penha exige uma série de equipamentos que propiciem um atendimento integral às mulheres vítimas de violência, além de trabalhar com aspectos preventivos e educativos em relação à violência. Essa é uma recomendação que a CPMI fez ao Estado brasileiro e a todos os Estados visitados.

Nos últimos dez anos (2003 a 2013) houve um aumento de 309% no número de serviços de atendimento a violência contra a mulher (de 332 para 1.027, de acordo com SPM/PR 2014). Isso mostra o esforço do governo federal em aplicar esta política, mas ainda assim os serviços são insuficientes. Como aponta a CPMI:

Considerando-se que o Brasil possui 5.570 municípios, os serviços atuais corresponderiam a apenas 1,72% dos municípios, revelando: a) insuficiência de serviços; b) a ausência de investimento dos poderes públicos estaduais e municipais; c) a concentração da política, que não atinge a maioria das mulheres, particularmente àquelas que vivem em regiões de difícil acesso, como a zona rural, da mata, comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e em municípios mais pobres.”

As delegacias são a maior parte dos equipamentos existentes no país, porém, em muitos estados, o descaso e falta de investimento as torna ineficazes. Nas DDMS, além da falta de funcionários, o atendimento desestimula as mulheres que recorrem à delegacia para fazer uma denúncia, fazendo com que saiam sentindo-se impotentes e descrentes na justiça. Esta foi uma denúncia generalizada por parte dos movimentos. Diz a CPMI:

Nos 17 estados visitados e em 19 diligências realizadas em Delegacias da Mulher, a CPMI constatou o abandono ou, no mínimo, a pouca importância das delegacias de polícia para a Segurança Pública no país. Exceção feita à Delegacia da Mulher da cidade de Brasília, no Distrito Federal, que conta com uma ampla estrutura física, material e adequado número de servidores, e que pode ser considerada um exemplo de DEAM, No entanto, trata-se, infelizmente, de um exemplo isolado no país, pois a realidade das delegacias da mulher é bastante diferente.

Em muitos estados as mulheres se queixam de que a violência contra a mulher é tratada como um problema de menor relevância. Em São Paulo, por exemplo, no Vale do Ribeira – que possui 22 municípios e 1 delegacia da mulher –, em 26 de novembro de 2010, Maria da Conceição Silva foi assassinada pelo marido em Sete Barras, município da região. Foi um caso típico de descaso, uma morte que poderia ter sido evitada, assim como tantas outras denunciadas. Ela procurou a delegacia do município e apresentou queixa porque estava sendo espancada e ameaçada de morte. Os atendentes alegaram que não poderiam fazer nada e que ela deveria procurar o Fórum. A sogra, temendo um desfecho trágico, foi à delegacia no período da manhã pedir que prendessem o filho antes que ele assassinasse a esposa. Os policiais disseram que não poderiam fazer nada naquele momento e, à tarde, Maria da Conceição foi assassinada dentro da casa (doc MMM para CPMI).

Este é um exemplo bárbaro que demonstra o enorme desafio de enfrentarmos a violência contra a mulher e construirmos a possibilidade de uma vida sem violência.

NOVAS RESPOSTAS PARA A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher já abriu caminho para que, por meio da formação de redes, os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência possam ser universalizados e permear o conjunto das políticas públicas.

Conforme já citado, esta não é uma política simples e fácil de consolidar amplamente, pois exige que estados e municípios se comprometam não somente no discurso mas também na prática, por meio da construção de equipamentos e recursos próprios.

Em uma nova investida, a Secretaria de Políticas para as Mulheres – PR lançou em 2013 o Programa Viver sem Violência, buscando responder a falhas apontadas pela CPMI. Esse programa integra serviços públicos, como segurança, justiça, saúde, acolhimento, entre outros, na chamada Casa da Mulher Brasileira. É uma forma de a mulher encontrar todos os serviços em um só lugar. Está previsto apenas um equipamento desses por estado, nas capitais, o que reduz seu alcance.

Outra importante iniciativa são as unidades móveis para atender as mulheres do campo, da floresta e das águas, uma reivindicação e conquista da Marcha das Margaridas que está sendo testada em vários estados do país e que, como outras políticas, enfrenta a omissão e o descaso dos estados. Por exemplo, São Paulo, que tinha direito a receber três unidades móveis para atender as mulheres do campo, aceitará somente uma, alegando falta de infraestrutura. Já o governador do estado de Pernambuco, em 2013, não aceitou receber o projeto da Casa da Mulher Brasileira, demonstrando como a política pública para as mulheres e o combate à violência ainda não estão na agenda pública de parte dos estados e municípios. Desse modo, as diretrizes gerais formuladas no âmbito nacional não se desdobram muitas vezes nos municípios, exceto naqueles em que o movimento de mulheres consegue incidir e pressionar os gestores públicos para que se comprometam com a política.

Outro problema crucial para as políticas públicas de promoção da igualdade para as mulheres é que não há controle social organizado e sistemático para elas. Os conselhos de direito da mulher organizados em vários estados e municípios tornaram-se anacrônicos ou foram cooptados por governos. Portanto, a participação popular e o controle social das políticas para as mulheres ainda é um grande desafio, uma vez que passa pela auto-organização das mulheres e pela organização de um movimento feminista enraizado em todos os municípios e estados que seja capaz de atuar na participação popular para o controle das políticas e também na articulação com outros movimentos e atores sociais, para que o combate à violência contra a mulher faça parte da agenda dos movimentos sociais e não seja mais uma especificidade do movimento feminista.

CONCLUSÃO

A prática dos movimentos indica a aposta em dois elementos considerados fundamentais. Um é a própria auto-organização das mulheres. Em um bairro onde as mulheres se

reúnem, têm presença, intervêm politicamente, consolidam no imaginário coletivo ideias que são importantes para elas; onde as mulheres passam a ser sujeitos da comunidade e atoras reconhecidas, um homem tem que pensar duas vezes antes de agredir uma mulher.

O grande desafio é tornar a violência inaceitável, como tantas outras coisas que vão se tornando malvistas na nossa sociedade. Ainda convivemos com certa condescendência em relação à violência contra as mulheres, que acaba sendo relativizada ou personalizada.

O segundo elemento é a autonomia das mulheres. A organização das mulheres é uma experiência que impacta o conjunto das relações sociais em que está inserida a construção de sua própria autonomia. Essa autonomia das mulheres é parte fundamental de uma sociedade mais justa.

A possibilidade de decidir como viver, com quem, se quer ou não ser mãe, onde trabalhar, aonde ir, o que estudar, e ter tempo livre para o ócio e o entretenimento e também para participar politicamente da vida em sociedade, todos esses elementos são parte da autonomia a que todas as mulheres têm direito.

Entretanto, nada disso é possível em um contexto de violência urbana e rural, se o Estado não garante o bem-estar coletivo, se não há liberdade de organização, se o trabalho doméstico é uma tarefa exclusiva das mulheres – enfim, sem justiça, liberdade, paz e solidariedade não haverá autonomia plena para todas.

O Estado brasileiro tem que assumir de forma efetiva o enfrentamento da violência contra a mulher, o que exige mais investimento para a construção de uma rede de equipamentos pensados a partir da realidade das mulheres (do campo e da cidade, da capital e do interior), orçamentos próprios nos estados e municípios, e organismos de políticas para as mulheres em condição de elaborar, articular e executar políticas públicas no âmbito de suas atribuições.

É sempre preciso recordar que o Brasil ainda convive com a impunidade e a tolerância à violência contra a mulher, produto da omissão da justiça brasileira, que, mesmo tendo uma lei considerada uma das mais completas na América Latina (Maria da Penha), operam a partir de valores conservadores e preconceitos. Esses, ao mesmo tempo que alimentam o descrédito das mulheres com a justiça, reforçam nos homens o machismo e a crença na impunidade, contribuindo para a perpetuação das injustiças e discriminações em nossa sociedade.

Construir a autonomia econômica e social das mulheres requer romper com as estruturas patriarcais vigentes. A multiplicidade de fatores que acirram e reproduzem a violência contra a mulher nos desafia a construir políticas de enfrentamento abran-

gentes. Mesmo sabendo que essa violência é estrutural, no caminho para construir uma sociedade justa e igualitária temos que ir removendo os obstáculos para que as mulheres possam aspirar a uma vida sem violência.

O modelo de desenvolvimento vigente em nosso país, por mais que tenha alcançado mudanças fundamentais para a classe trabalhadora, ainda é um sistema extremamente concentrador de riquezas, cujo eixo fundamental é o lucro para poucos. Nosso desafio é construir uma correlação de forças na sociedade para a construção de outro modelo de produção e reprodução, um modelo centrado na valorização da vida humana e do trabalho e ambientalmente sustentável, no qual não haja lugar para as opressões e violências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAQUE, Gloria; VÉLEZ, Adriana. *La Violência económica hacia las mujeres en el Salvador: Aproximaciones a um problema social invisibilizado*. El Salvador: Progressio, 2008.

BARSTED, Leila Linhares. *Lei Maria da Penha: uma experiência bem sucedida de advocacy feminista*. In: CAMPOS, Carmen Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.340/06, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12382.htm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112424.htm>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. Senado Federal. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher: relatório final. Disponível em: <www.senado.gov.br/atividade/materia/getpdf.asp?t=130748&tp=1>. Acesso em: 14 nov. 2014.

BURNS, Alison Teresa. *Politizando la pobreza: hacia una Economía Solidaria del Cuidado*. El Salvador: Progressio, 2007.

CAMPOS, Carmen Hein de. *Razão e sensibilidade: Teoria feminista do direito e Lei Maria da Penha*. In: CAMPOS, Carmen Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2011.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; CAMARGOS, Malco Braga; MAIA, Mônica Bara. *Autonomia e vulnerabilidade no comportamento sexual e reprodutivo de adolescentes e mulheres jovens brasileiras numa perspectiva de gênero e classe social*. In: IV Congreso ALAP (Asociación Latino Americana de Población), 2010, Havana. Havana: ALAP, 2010.

CHERON, Cibele; SEVERO, Elena Erling. *Apanhar ou passar fome? A difícil relação entre dependência financeira e violência em Porto Alegre, RS*. In: *Fazendo gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*, 9, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010.

HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Regularização Fundiária Urbana: Como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009. Disponível em: <www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/28/documentos/cartilha/fcidades.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2014.

MORENO, Renata (Org.). *Perspectiva feminista para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

_____; VIUDES, Tais. A centralidade da autonomia econômica para as mulheres. In: _____. (Org.). *Perspectiva feminista para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

POUGY, Lília Guimarães. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. *Revista Katalysis*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. Benefício do aluguel social ajuda na reconstrução da dignidade. Disponível em: <www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/noticias/item/6504-Beneficio-do-Aluguel-Social-ajuda-na-reconstrucao-da-dignidade#>. Acesso em: 5 ago. 2014.

RICCIARDI, María Victoria; GÓMEZ, Mayra. *Un lugar en el mundo: El derecho a una vivienda adecuada como elemento esencial de una vida libre de violencia doméstica*. Los casos de Argentina, Brasil y Colombia. Genebra: COHRE, 2010.

SECRETARIAS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Número de serviços especializados de atendimento à mulher cresce 309% em dez anos. Disponível em: <www.spm.gov.br/noticias/14-08-numero-de-servicos-especializados-de-atendimento-a-mulher-cresce-309-em-dez-anos>. Acesso em: 29 ago. 2014.

SHIVA, Vandana. Quando a economia incentiva a violência de gênero. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Quando-a-economia-incentiva-a-violencia-de-genero%0D%0A/5/27292>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SITTA, Ana Carolina. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. Instituto Avon/ Ipsos, 2011. Disponível em: <<http://compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-Ipsos-pesquisa-violencia-2011.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

VALADARES, Alexandre Arbex et al. *Marcha das margaridas: Perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Edições Sesc, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência contra a mulher em 2012. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. Flacso, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2014.

DOCUMENTOS

CENSO SUAS (Sistema Único da Assistência Social) 2011. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <www.mds.gov.br/cnas/noticias/noticia4-1_CENSO_2011>.

Documento da Marcha Mundial das Mulheres para a CPMI da Violência contra a Mulher. 2012.

“O fim da Miséria é só um começo”. Ministério do Desenvolvimento Social. Plano Brasil Sem Miséria, 2014. Disponível em: <www.brasilsemiseria.gov.br/documentos/Folder_MDS.pdf.pagespeed.ce.LZ6MU5ioui.pdf>.

AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NOS USOS DO TEMPO

FERNANDA SUCUPIRA
TAÍS VIUDES DE FREITAS

O tempo nos parece algo natural, que faz parte da realidade objetiva, mas quando o analisamos mais detidamente percebemos que ele é resultado de uma longa construção social. Hoje, pautamos nossas vidas pelo tempo do relógio e do calendário. Essa concepção aparece como uma referência comum: nossos afazeres diários são sincronizados a partir dela. Apesar disso, o modo como o tempo é vivenciado no dia a dia – quais são as atividades realizadas e como elas são distribuídas – não é igual para todas e todos, e nem em todas as regiões do país e do mundo.

Uma parte significativa do tempo das mulheres é consagrada às atividades domésticas e ao cuidado das pessoas. Há décadas, o movimento feminista denuncia a sobrecarga de trabalho feminino e a invisibilidade dessas atividades. O trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica ficou durante muito tempo “oculto” nas estatísticas, “esquecido” nas análises econômicas e no debate político, pois escapava da ideia do trabalho produtivo de que o “tempo é dinheiro”. Dimensionar a carga de trabalho das mulheres com essa atividade foi um passo importante em direção a seu reconhecimento social.

A análise sobre os usos do tempo na vida cotidiana vem ganhando relevância nas últimas décadas no meio acadêmico, no movimento feminista e entre formuladores de políticas públicas. As pesquisas que visam captar os usos do tempo têm sido reali-

zadas em alguns países ao redor do mundo e, mais recentemente, começam a ganhar destaque no Brasil. Trata-se de compreender a quantidade de tempo gasto pelas pessoas em suas atividades diárias. A partir dessa análise, torna-se possível compreender melhor, aqui e no mundo, as dinâmicas sociais do dia a dia das pessoas e as desigualdades de gênero, raça, classe, geração.

Olhar para o tempo e para as atividades cotidianas significa abrir um leque de informações que até então eram consideradas apenas como individuais e privadas. Elas nos fornecem pistas para compreender as práticas sociais e as relações de poder existentes na sociedade.

A CONCEPÇÃO DE TEMPO E O CAPITALISMO

A noção de tempo como temos hoje – dividido em segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses e anos – nem sempre existiu e nem sempre foi assim. Essa concepção é tão naturalizada que parece inconcebível pensarmos em outra forma de medir o tempo que não aquela do relógio e dos calendários.

O sociólogo Norbert Elias (1998), em seu livro *Sobre o tempo*, nos leva a um percurso de análise que evidencia que o tempo é um construto social, particular a cada sociedade, e que somente após um longo processo sócio-histórico chegou à noção que temos hoje.

O tempo marcado pelo relógio está diretamente ligado ao desenvolvimento capitalista nos países ocidentais, tendo posteriormente se expandido para praticamente todo o mundo. O autor mostra que antes disso a marcação do tempo seguia estritamente processos físicos naturais – o ciclo da lua, a posição do sol, as marés, entre outros – sendo as atividades organizadas de acordo com tais fenômenos.

Com o desenvolvimento das sociedades, o processo de urbanização e a emergência do capitalismo, foi se tornando cada vez maior a necessidade de sincronizar e de padronizar as atividades. Era preponderante a existência de um padrão temporal que fosse fácil de verificar e de estender a todos. Para isso, a criação de instrumentos como os relógios foi fundamental, por permitir a fixação de uma hora “oficial”, igual para todos.

À medida que o capitalismo se desenvolvia, as atividades começaram cada vez mais a se pautar pelo tempo da produção. Edward Thompson (1998) aponta que, nesse longo processo, passou-se de um tempo orientado pelas tarefas e marcado pela irregularidade para um tempo reduzido a sinônimo de dinheiro, um recurso a ser

gasto, valorizado, consumido de forma útil. O desenvolvimento capitalista demandava maior precisão na medição e no controle do tempo, assim como seria beneficiado se todas as atividades humanas passassem a se orientar a partir dessa medição. Dessa forma, nas sociedades industriais, o tempo do relógio se torna a principal referência no dia a dia: um tempo linear, preciso, abstrato, independente de outros eventos, fracionado, mensurável e universal (Cardoso, 2009).

O capitalista contrata o trabalhador pelo tempo que este dispõe a ele para produzir e, na busca por reduzir os custos e ampliar o lucro, procura ao máximo eliminar aquilo que rotula de “fazer cera”, isto é, os tempos mortos do trabalhador. Assim, a atividade é controlada de forma que faça o trabalhador produzir cada vez mais em um tempo cada vez menor. Os modelos de produção fordista e taylorista, que preponderaram durante os séculos XIX e XX, buscavam a otimização da produção a partir da determinação de um jeito específico de trabalhar, considerado o mais produtivo¹.

Na submissão a uma nova disciplina de trabalho mais exigente, o tempo destinado à produção foi se dissociando do tempo pessoal, destinado ao descanso, ao lazer, ao ócio. Ficava determinada a quantidade de tempo que o trabalhador tinha que dispor à produção, totalmente submetido ao controle do capitalista, e que, portanto, não mais pertencia ao trabalhador.

Com isso, houve também a separação entre a esfera da produção e a da vida privada, esta última destituída de qualquer reconhecimento social, por ser considerada uma esfera que aparentemente não gerava valor econômico ao capital.

O trabalho moderno se desenrola, assim, em torno da questão central da apropriação do tempo do assalariado pelo capitalista. Isso fica evidente ao se constatar que, desde o início da revolução industrial, esse tem sido um dos principais elementos de disputa entre capitalistas e trabalhadores, sendo a limitação da jornada diária de trabalho a primeira grande bandeira de luta do movimento operário, e também objeto das primeiras regulamentações públicas sobre as condições de trabalho (Dedecca, 2004).

Dada a centralidade da esfera da produção nas sociedades capitalistas, é o tempo do trabalho produtivo que é valorizado, e todas as demais atividades passam a ser reguladas e organizadas a partir dele. Tal subordinação torna-se muitas vezes fonte de conflitos no dia a dia, pois ela desconsidera a importância dos demais tempos sociais, como o tempo da escola, da família, do lazer, do amor, do cuidado de si, do descanso.

1. O modelo taylorista, desenvolvido por Frederick Taylor, implementou a divisão e a especialização das tarefas, além do estrito controle sobre a atividade, determinando um jeito específico como cada trabalhador deveria realizar as tarefas, considerado o mais eficiente e produtivo. No modelo fordista, desenvolvido por Henry Ford, ocorreu uma mecanização do processo de trabalho, com a introdução das linhas de montagem, do trabalho em série e da produção em massa. Esses dois modelos juntos preponderaram de meados do século XIX até os anos 1960/1970, quando ocorre uma reestruturação na organização produtiva.

TEMPO E RELAÇÕES DE PODER

Analisar os múltiplos tempos da vida cotidiana consiste, necessariamente, em refletir sobre as relações de poder envolvidas no modo como eles se configuram, nas diferentes formas de vivenciá-los, nas opções ou constrangimentos referentes a eles. Por mais que o dia de cada pessoa dure as mesmas 24 horas, os tempos de trabalho remunerado são distribuídos de maneira bastante desigual, tanto em termos de duração como de ritmo, de intensidade e da margem de decisão sobre eles. Também são desiguais os tempos dedicados ao trabalho doméstico e familiar, ao descanso, ao lazer, aos estudos, ao cuidado de si.

Os tempos cotidianos estão sujeitos a uma série de restrições e limitações de diversas ordens. Muitas vezes, a forma como as pessoas estruturam seu tempo e decidem como usá-lo não é autônoma, mas constrangida por determinações sociais e econômicas, que dizem respeito tanto ao trabalho produtivo quanto ao reprodutivo (Dedecca, 2008).

A ideia de liberdade e autonomia muitas vezes está diretamente relacionada à possibilidade de cada pessoa controlar os próprios tempos. O senso comum e a experiência temporal ordinária permitem ver o estreito laço que articula poder e domínio do tempo: uma vivência temporal orientada pelos outros é considerada o próprio atributo da submissão (Bessin, 1999). O tempo, segundo o autor, tem que ser apreendido como relação e, nesse sentido, ele não apenas exprime, mas também estrutura as relações de poder.

As relações sociais, em especial as de classe e de sexo, que se constituem como relações de poder, são determinantes na configuração das temporalidades individuais e sociais. Nesse sentido, o tempo que se impõe como predominante na sociedade capitalista e que regula as atividades humanas, com maior ou menor grau de conflito, reflete o poder da classe dominante, a qual se expressa, sobretudo, em uma concepção particular do uso e controle do tempo (Cardoso, 2009).

Nas palavras de Maria Betânia Ávila (2009), uma análise sobre a organização do tempo social a partir do conceito de classe não deve restringir o problema da apropriação do tempo dos trabalhadores pelos empregadores à esfera produtiva, mas deve incorporar o trabalho no âmbito da esfera reprodutiva. Da mesma forma, estão presentes em ambas as esferas as relações de poder baseadas no sexo e na raça, as quais, imbricadas às de classe, determinam práticas sociais desiguais.

DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES NOS USOS DO TEMPO

Nas sociedades capitalistas, o tempo do trabalho remunerado tem grande importância na organização da vida cotidiana e influencia o seu ritmo. As demais atividades passam a ser pautadas por ele, seguindo a sua lógica.

A noção de um dia padrão para um “trabalhador ideal” – dividido em três partes de oito horas, sendo a primeira dedicada ao descanso, a segunda ao trabalho, e a terceira ao ócio (Moreno, 2003) – pressupõe uma relação harmoniosa na divisão do tempo, que possibilitaria a reposição adequada da força trabalhadora.

No entanto, esse modelo se estrutura a partir de um viés androcêntrico, que utiliza a figura masculina como padrão de trabalhador, e patriarcal, ao ter como base o modelo familiar de homem provedor e mulher dona de casa e cuidadora. Esse modelo se ancora em papéis supostamente complementares e se tornou predominante culturalmente a partir da industrialização, quando o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo passaram a ser vistos como duas esferas completamente separadas.

A divisão sexual do trabalho, segundo Danièle Kergoat (2009), tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções mais valorizadas socialmente; nela, produção “vale” mais que reprodução, produção masculina “vale” mais que produção feminina. Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres.

Assim, a figura moderna do trabalhador e do cidadão supõe uma pessoa autônoma e independente, que possa empenhar seu tempo nas atividades de mercado e políticas, que não precise se preocupar com as tarefas domésticas e de cuidado das pessoas. A disponibilidade masculina de tempos e espaços para a participação na esfera pública só pode existir, no entanto, porque o mundo está apoiado na transferência do cuidado das necessidades humanas às mulheres, sejam elas suas parceiras, parentes ou trabalhadoras remuneradas (Izquierdo, 2003).

Nesse sentido, Cristina Carrasco (2003) fala de um modelo sustentado por uma mão invisível: o modelo capitalista e patriarcal que organiza a nossa sociedade desconsidera a importância do trabalho doméstico e de cuidados para a garantia de seu funcionamento. Fica omitido o fato de que é esse trabalho que permite a satisfação das necessidades humanas e a reprodução social. Afinal, muitas atividades são neces-

sárias para que a força de trabalho possa descansar, repor suas energias e garantir sua reprodução. No entanto, essas tarefas continuam sem reconhecimento e valorização social. De acordo com a autora, há uma tensão entre dois objetivos contraditórios: a obtenção de lucro e o cuidado da vida humana.

O tempo das necessidades humanas – tanto das tarefas de lavar, limpar e cozinhar, como de afeto, amor e atenção – não foi considerado no modelo econômico pois não gera valor diretamente ao capital. Assim, omitiu-se por muito tempo a sua importância para a manutenção da sociedade e da vida humana. Coube ao movimento feminista denunciar que uma enorme massa de trabalho era realizada de maneira gratuita pelas mulheres, um trabalho invisível, feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal (Kergoat, 2009).

As pesquisas de usos do tempo mostram que a maior desigualdade entre homens e mulheres na vida cotidiana se encontra justamente no trabalho doméstico e de cuidados, historicamente realizado por elas. Ainda que acompanhe todo o ciclo de vida, sua intensidade varia segundo o momento, a classe social, fatores culturais, a quantidade de membros na família, a idade e as condições de saúde de seus componentes, por exemplo. Por ser ao mesmo tempo imprevisível e rígido, esse trabalho exige a disponibilidade permanente do tempo das mulheres para a família e o lar (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). Ele não é linear, pelo contrário, requer simultaneidade de atividades e sobreposição de tempos, estando muitas vezes subordinado e em conflito com o tempo do trabalho produtivo.

Os homens seguem se dedicando ao trabalho produtivo de maneira quase integral, enquanto as mulheres se esforçam para articulá-lo com o trabalho reprodutivo, com todas as tarefas de antecipação, organização concreta e de coordenação entre diferentes tempos e lugares.

Essa responsabilidade atribuída às mulheres, a do funcionamento cotidiano do lar, influi enormemente sobre o uso do tempo feminino, mas não é percebida pela maior parte das pessoas como fruto de uma divisão artificial e hierárquica, resultado de uma construção social, mas como uma espécie de incumbência inerente a elas. Esse trabalho não apenas consome grandes quantidades de tempo e de energia das mulheres, como também constitui uma função socialmente desprestigiada.

Crianças, idosos, pessoas enfermas e com necessidades especiais não são os únicos que precisam de trabalho doméstico e de cuidados; também as pessoas adultas saudáveis, em sua normalidade cotidiana, dependem disso. A necessidade de cuidados diz respeito a todos e a todas, e em todos os momentos da vida, não sendo uma

exceção que acomete apenas alguns em determinados períodos, mas sim, um traço comum a todas as pessoas (Molinier et al., 2005).

O trabalho doméstico e de cuidados desempenha um papel fundamental para a manutenção dos homens no mercado de trabalho. De acordo com Antonella Picchio (2005), é necessário um volume considerável de horas para colocar os homens em condições de trabalhar e de enfrentar as horas, a intensidade, as ansiedades e a tensão física do trabalho remunerado. Assim, fica claro que as mulheres que contribuem com as tarefas de reprodução não conseguem enfrentar o mercado de trabalho em igualdade de condições, em primeiro lugar, porque suportam uma carga maior de trabalho total e, em segundo, porque não recebem o trabalho doméstico e de cuidados necessário para isso.

A solução encontrada por muitas mulheres inseridas no mercado de trabalho, cujos companheiros continuam não assumindo a corresponsabilidade na esfera reprodutiva, acaba sendo a de empregar outras mulheres das classes menos favorecidas para realizar essas tarefas (Parella, 2007). Essa solução, menos do que promover uma partilha das tarefas entre mulheres, homens e Estado, acaba reforçando as relações patriarcais dentro do lar, mantendo essa questão restrita ao âmbito privado, e ampliando a brecha entre mulheres ricas e pobres.

SOBRECARGA DE TRABALHO FEMININA

Ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1960, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho cresceu progressivamente no Brasil, e em diversos outros países, fruto de uma série de transformações demográficas, econômicas e culturais. Houve também uma diversificação da participação feminina no mercado de trabalho, com a criação de novos setores de atividade. Historicamente, sempre houve mulheres realizando trabalho produtivo, mas eram, sobretudo, as mulheres de classe econômica mais baixa, que dependiam da obtenção de renda. Na história recente, mulheres de outras classes econômicas começam a participar mais intensamente do mercado de trabalho. No bojo dessas transformações, as mulheres passaram a ocupar cada vez mais os espaços públicos.

No entanto, os homens, de maneira geral, não fizeram o movimento equivalente em direção ao espaço privado, não assumindo sua cota correspondente de trabalho doméstico e de cuidados. Os poderes públicos no Brasil tampouco desenvolveram políticas suficientes para enfrentar essa nova realidade e as empresas praticamente

ignoraram essas mudanças. Assim, os custos e a responsabilidade por esse trabalho recaíram, e continuam recaindo, em grande medida sobre as mulheres.

Desde a década de 1970 o movimento feminista brasileiro e suas teóricas vêm denunciando a dupla jornada a que são submetidas as mulheres, como um fator chave para compreender as desigualdades de gênero. A articulação entre trabalho doméstico e profissional que a maior parte delas é obrigada a realizar converte as mulheres em verdadeiras equilibristas do tempo, já que são obrigadas a estabelecer um esquema temporal muito rígido em seu cotidiano, e com elevadas sobrecargas de trabalho. A articulação dessas duas esferas – produtiva e reprodutiva – não é feita sem conflitos. As mulheres tendem a intensificar o tempo de trabalho total e reduzir o tempo livre e o tempo que dedicam às necessidades pessoais (Carrasco, 2003).

Isso as faz viver no próprio corpo a enorme tensão que significa a sobreposição de tempos estreitamente conectados e imbricados: o seu próprio tempo e os tempos de pessoas diferentes, de lugares diferentes, que se sobrepõem uns sobre os outros e que se entrelaçam. Sofrem o contínuo deslocamento de um espaço a outro, vivenciam a incompatibilidade da atividade familiar com os horários e valores do trabalho assalariado, suportam a dificuldade de “ter que se virar” e dar conta das múltiplas tarefas em um mundo construído de acordo com o modelo masculino, que lhes exige interiorizar tensões, tomar decisões e fazer escolhas que a maioria dos homens não precisa fazer (Carrasco, 2003).

A vida das mulheres é, muitas vezes, uma maratona diária, uma jornada interminável, na qual sobra pouco ou nenhum tempo para o lazer, os estudos, o descanso, o cuidado de si. Para trabalhar e ter filhos, muitas mulheres acabam recorrendo à contratação de empregadas domésticas ou ao acesso a instituições privadas de cuidado, o que é possível sobretudo no caso de mulheres de extratos econômicos mais favorecidos. Para outras, articular as duas esferas depende de uma rede solidária de apoio, próxima e disponível, algo cada vez menos frequente nas grandes cidades. Quando é possível estabelecer essas redes de solidariedade, elas costumam ser compostas somente por mulheres: irmãs, primas, tias, vizinhas, sogras, mães.

Além disso, a inadequação representada pela correspondência entre os horários laborais e os horários da cidade obriga a um verdadeiro malabarismo da população – principalmente das mulheres que vivenciam essa dupla carga de trabalho – para realizar atividades básicas como utilizar os serviços públicos, fazer as compras ou buscar as crianças na escola. Tal incompatibilidade entre o tempo pessoal e os tempos da cidade põe em evidência que os horários dos serviços continuam respondendo a um

modelo obsoleto, dependente de mulheres com total disponibilidade para as atividades familiares (Prats et al., 1995).

Ainda que haja grandes diferenças na maneira de viver essas desigualdades por parte das mulheres, sem dúvida as que mais sofrem com elas são as mais pobres, pois suportam a maior carga total de trabalho, estão nos empregos mais precários, vivem em locais de reduzido acesso a equipamentos e serviços públicos e têm poucos recursos financeiros para externalizar parte das obrigações domésticas e familiares.

Portanto, a participação feminina no mercado de trabalho é bastante afetada pela injusta, mas naturalizada, distribuição do tempo na vida cotidiana. Essa dupla carga de trabalho, segundo Bruschini (2000), resulta em uma posição feminina secundária e discriminada no mercado de trabalho. As mulheres ainda estão menos presentes na população de ocupados (apesar de seu forte aumento), apresentam maiores taxas de desemprego e trabalham por menos horas de forma remunerada. Elas estão fortemente concentradas nos serviços e têm escassa representação nos cargos diretivos; estão mais presentes nas atividades mais mal remuneradas e, em todos os níveis profissionais, mesmo quando ocupam a mesma vaga, costumam receber menores salários em relação a seus homólogos masculinos. Elas se encontram mais representadas nos empregos precários, temporários e na economia informal, em setores que admitem maior flexibilidade no horário e na jornada de trabalho.

Enquanto para a maior parte dos homens o tempo tem um caráter descontínuo, dividido entre tempo de trabalho e tempo de ócio, para grande parte das mulheres ele tem um caráter contínuo, estruturado e organizado em função dos outros.

Desse modo, analisar os usos do tempo entre mulheres e homens permite compreender como se estabelecem as práticas cotidianas – suas realizações e desafios –, assim como as desigualdades de gênero.

AS PESQUISAS DE USOS DO TEMPO

As pesquisas de uso do tempo vêm sendo realizadas em diversos países ao redor do mundo há décadas. Em países da Europa e nos Estados Unidos, elas são feitas desde os anos 1960², e a partir principalmente dos anos 1990, foram introduzidas em alguns países da América Latina (Bruschini, 2006; Cavalcanti, 2010).

Essas pesquisas passaram a ocorrer de modo sistemático na Holanda, Dinamarca, Inglaterra, França e Canadá. Em outros países, como Bélgica, Alemanha, Itália e Es-

2. María José Araya (2003) aponta que, desde o início do século XX, já existiam pesquisas que mensuravam os usos do tempo nos EUA e na Europa, mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que elas começaram a proliferar nesses países.

panha, elas ainda são realizadas de modo mais escasso (Araya, 2003). Tais pesquisas são importantes por permitirem aceder a informações sobre a condição e a qualidade de vida da população. Do mesmo modo, trazem à luz as desigualdades de gênero que se concretizam na prática diária das pessoas. Nesse sentido, María José Araya aponta que o movimento feminista teve forte influência no desenvolvimento de tais pesquisas na medida em que pressionou pelo reconhecimento social do trabalho doméstico e de cuidados realizado pelas mulheres em casa, denunciando a desigualdade entre os sexos.

Na América Latina, a coleta de informações sobre os usos do tempo da população também começou a ser desenvolvida em diferentes países³, embora muitos deles não a façam em forma de pesquisa específica, nem a realizem de modo sistemático, como é o caso do Brasil. No país, as informações sobre usos do tempo pelas pessoas ainda são escassas, mas pouco a pouco começam a ganhar importância.

O tema é foco de pesquisas brasileiras que trazem dados importantes em relação à percepção das pessoas sobre o tempo e a realização das atividades diárias. Muitas delas apareceram justamente nas análises sobre o trabalho feminino, de modo a revelar a quantidade de tempo gasto pelas mulheres em atividades no âmbito doméstico.

Para citar apenas algumas já realizadas no Brasil, temos os estudos de Neuma Aguiar, considerada uma das pioneiras no assunto; as pesquisas de opinião, como as desenvolvidas pela Fundação Perseu Abramo, por SOS Corpo e Data Popular; alguns estudos realizados por institutos de pesquisa como o Ipea, além de diversas pesquisas qualitativas que possibilitam compreender as práticas diárias.

No país, o foco esteve muito mais em analisar o tempo dedicado ao trabalho profissional, mercantil e remunerado, e menos em tratar das demais atividades, como o trabalho doméstico e de cuidados. São diversas as pesquisas socioeconômicas que trazem importantes dados sobre o tempo dedicado ao trabalho profissional, entre elas o Censo, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). No entanto, os dados sobre o tempo dedicado aos afazeres domésticos ainda são limitados. A principal informação coletada sistematicamente é aquela captada pela Pnad, realizada pelo IBGE anualmente, que faz duas perguntas sobre trabalho doméstico aos entrevistados: “Na semana do período de referência, você cuidava dos afazeres domésticos?” e “Quantas horas dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos?”.

3. Cuba foi um dos primeiros países da América Latina a realizar pesquisas sobre usos do tempo, em 1985, seguido por México e Nicarágua. Atualmente, são 18 países na América Latina e no Caribe a realizar algum tipo de medição dos usos do tempo: Cuba, México, Nicarágua, Guatemala, Brasil, Bolívia, Uruguai, Costa Rica, Argentina, El Salvador, Equador, Panamá, Peru, República Dominicana, Colômbia, Venezuela, Chile e Honduras (Aguirre e Ferrari, 2013).

A introdução de perguntas sobre os afazeres domésticos nos questionários da Pnad se deu a partir da pressão de estudiosas e estudiosos do tema gênero e trabalho e dos movimentos sociais, sobretudo o feminista. A primeira pergunta foi acrescentada em 1992 – junto a outras mudanças que procuraram redefinir a concepção de trabalho – e a segunda em 2001. A partir disso, foi possível obter dados que revelam as desigualdades de gênero nas práticas cotidianas: os homens se dedicando quase exclusivamente ao trabalho remunerado e as mulheres sendo as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados.

Com a intenção de sistematizar as informações sobre o uso do tempo, como vem sendo realizado em âmbito internacional, o governo brasileiro criou, em 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo no país. Desse comitê participam representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), do IBGE e do Ipea, bem como da ONU Mulheres e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), convidadas permanentes.

A partir das discussões do comitê, foi realizado pelo IBGE o primeiro teste de grandes dimensões de uma pesquisa de usos do tempo no Brasil, entre 2009 e 2010, com o propósito de avaliar a metodologia para aplicá-la em uma futura pesquisa em âmbito nacional. Os dados da pesquisa piloto ainda estão em fase de processamento e análise. O IBGE planeja incorporar esse tópico no calendário regular de pesquisas domiciliares (Cavalcanti, 2010).

Essa pesquisa permitirá apreender, de modo aprofundado, como as atividades cotidianas são realizadas pela população, inclusive com dados sobre o tempo gasto com o trabalho, afazeres domésticos, deslocamento, acesso às instituições etc. Os dados são importantes para a formulação de políticas públicas visando melhorar a qualidade de vida da população. Eles também são fundamentais no aprofundamento da compreensão da diferença nas práticas sociais de homens e mulheres, possibilitando desenhar caminhos de acesso a condições e a oportunidades mais igualitárias.

OS DADOS DE USO DO TEMPO NO BRASIL

Os dados sobre os usos do tempo revelam a desigualdade de gênero que existe em nossa sociedade, evidenciando a divisão sexual do trabalho, a qual persiste apesar das mudanças sociais, culturais e econômicas que vivemos.

O tempo dedicado ao trabalho profissional e ao trabalho doméstico é desigual entre homens e mulheres. Segundo os dados da Pnad, no Brasil, em 2012, os homens

tinham uma jornada média de trabalho remunerado semanal de 42,1 horas e as mulheres, de 36,1 horas. Em relação aos afazeres domésticos, a diferença é maior: os homens dedicavam 10 horas por semana a essa atividade enquanto as mulheres dedicavam 20,8 horas. Ou seja, quando somamos a jornada de trabalho total semanal, as mulheres tinham jornadas de 56,9 horas e os homens, de 52,1 horas (IBGE, 2013). Portanto, a carga de trabalho total feminina ao longo da semana é superior à masculina, sendo que parte desse trabalho é realizada de forma gratuita e sem reconhecimento.

No entanto, é preciso destacar algumas transformações que estão em curso: quando se compara esses dados aos do ano de 2002, nota-se que a jornada masculina dedicada aos afazeres domésticos quase não se alterou nesse período – evidenciando a resistência masculina em assumir parte desse trabalho – enquanto a jornada feminina foi reduzida em cerca de 2 horas (IBGE, 2013). Esses dados evidenciam que, menos do que uma melhor partilha do trabalho doméstico entre homens e mulheres, o que está em curso é uma liberação progressiva (ainda que lenta) dessa atividade pelas mulheres. Aqui é preciso considerar parte do processo de mercantilização das tarefas domésticas que vem acontecendo em nossa sociedade: algumas tarefas domésticas tornam-se serviços ou mercadorias. O desenvolvimento de novas tecnologias e sua incorporação nas atividades cotidianas contribui com certa liberação das mulheres do trabalho doméstico. Outras tarefas passam a ser externalizadas e mercantilizadas. Hochschild (2008), por exemplo, fala na formação de uma “indústria do cuidado”, um processo de inserção dessas relações na lógica mercantil.

Os dados da Pnad (Ipea, 2012) mostram ainda que as mulheres dedicam mais tempo aos afazeres domésticos que os homens independentemente da situação econômica, da inserção ou não no mercado de trabalho, e de serem elas ou não as pessoas de referência na família.

Outro fator que revela a desigualdade entre os sexos é o impacto da presença de filhos nos usos do tempo entre homens e mulheres. A presença de filhos pequenos aumenta o tempo dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos, mas o mesmo não ocorre entre os homens. Ela pode inclusive acarretar um efeito inverso (Soares e Saboia, 2007). Como mostram os dados da Pnad de 2009, as mulheres sem filhos gastavam cerca de 26 horas semanais com afazeres domésticos, sendo que essa jornada se amplia à medida que aumenta o número de filhos, chegando a 33,8 horas semanais entre aquelas com cinco ou mais filhos. No caso dos homens, no entanto, a relação não é a mesma: aqueles que não tinham filhos despendiam 11,7 horas semanais aos afazeres domésticos enquanto aqueles que tinham cinco ou mais filhos consagravam apenas 10,3 horas a essa atividade (Ipea, 2012).

As pesquisas qualitativas ou de opinião realizadas por outros institutos também apontam para os mesmos resultados em relação à jornada de trabalho total de homens e mulheres, e revelam ainda informações importantes a respeito da percepção das pessoas sobre seu tempo e as práticas cotidianas.

Os resultados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado” (2010) mostram que 91% das mulheres são responsáveis “pela orientação e/ou execução dos afazeres domésticos” (percentual que em 2001 era de 93%). Quanto ao tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados, as mulheres declararam, em média, ter uma jornada semanal de 29 horas e 21 minutos e os homens, uma jornada de 8 horas e 46 minutos. Entre as mulheres que vivem com parceiro e filhos, a jornada média semanal é de 36 horas e 4 minutos, enquanto a jornada dos homens que vivem com parceira e filhos é de 10 horas e 16 minutos por semana.

Um dos resultados interessantes dessa pesquisa é que 56% das mulheres afirmaram que, se pudessem decidir livremente, escolheriam ter uma profissão, trabalhar fora de casa e dedicar-se menos às atividades com a casa e a família, enquanto 37% optariam por dedicar-se mais às atividades com a casa e a família, deixando a profissão e o trabalho fora de casa em segundo lugar. A pesquisa revela ainda que, ao refletir sobre a afirmação de que “homens e mulheres deveriam dividir por igual o trabalho doméstico”, 93% das mulheres e 84% dos homens entrevistados concordaram com ela. Porém, 75% delas e 79% deles também estavam de acordo que “quando têm filhos pequenos, é melhor que o homem trabalhe fora e a mulher fique em casa”. Os dados mostram que existe um discurso contraditório entre as pessoas, evidenciando como a divisão sexual do trabalho e as práticas desiguais entre homens e mulheres permanecem arraigadas em nossa sociedade, resistindo a mudanças mais profundas.

O trabalho doméstico e de cuidados segue quase exclusivamente como uma responsabilidade feminina. A participação masculina nessa atividade pouco se alterou no tempo. Essa é uma das evidências reiteradas por recente pesquisa de opinião realizada por SOS Corpo e Data Popular (2013).

A participação masculina no trabalho doméstico, além de menor que a feminina, é “especializada”. Os homens tendem a realizar as atividades ligadas à socialização dos filhos, à gestão do lar (pagar contas, cuidar do orçamento) ou à esfera pública (como fazer compras). Já as mulheres seguem fazendo as atividades domésticas mais tradicionais e consideras “mais pesadas”. Como aponta a pesquisa de SOS Corpo e Data Popular (2013), as entrevistadas revelaram que os maridos contribuem principalmente com as tarefas de lavar louça (20%), preparar refeições (15%) e comprar produtos para a casa (30%).

Ainda é interessante analisar que a presença do cônjuge pode resultar no aumento na jornada de trabalho doméstico das mulheres. Ao contrário, a presença da esposa tende a reduzir a participação dos homens nessa atividade (Madalozzo et al., 2010). Como revela a pesquisa de SOS Corpo e Data Popular (2013), 58% das mulheres concordam que “pensando nos cuidados da casa, os maridos dão mais trabalho do que ajudam”, afirmação que foi mais significativa entre as mulheres de menor renda.

A sobrecarga de trabalho entre as mulheres é evidenciada também por essa pesquisa, a qual apontou que sete em cada dez mulheres consideram faltar tempo no seu dia a dia, sobretudo para cuidar de si (58%), para ficar com a família ou com os filhos (46%), para se divertir (42%), para dormir ou descansar (32%), para cuidar da casa (16%) e para estudar (11%). Nessa pesquisa, “cuidar de si” foi a atividade para a qual a falta de tempo foi mais citada por mulheres de todas as classes sociais. Esse é um ponto interessante que indica uma transformação em curso na percepção e na vida das mulheres. Como aponta Albertina Costa (2014), a maior reivindicação das mulheres de um tempo para si aponta para uma individualização feminina em relação à família e à necessidade de se reconhecer como sujeito.

Como sujeitos sociais, as mulheres reivindicam melhor qualidade de vida. Ainda segundo a pesquisa de SOS Corpo e Data Popular (2013), as principais demandas das mulheres entrevistadas estão relacionadas às creches, ao transporte público e às escolas em tempo integral. Essas demandas estão diretamente relacionadas à dificuldade vivida por elas para articular as esferas profissional e familiar.

Os dados sobre os usos do tempo são importantes por revelar as práticas cotidianas e a percepção das pessoas sobre o próprio tempo. Eles contribuem ainda para evidenciar como as práticas de homens e mulheres ainda são desiguais, ancoradas na divisão sexual do trabalho. Ainda que não seja desconhecido o fato de que são as mulheres que mais realizam o trabalho doméstico e de cuidado, esses dados nos permitem trazer à luz as desigualdades de gênero existentes em nossa sociedade, revelando suas continuidades e persistências, mas também os processos de transformação. Se há tempos o movimento feminista denunciou que o privado é público e político, compreender a prática cotidiana de cada uma e cada um contribui para fomentar o debate em torno das políticas públicas e da sociedade que desejamos.

CONCLUSÃO

A questão do tempo se concretiza em conflitos e dificuldades que à primeira vista parecem ser pontuais (do âmbito individual ou familiar), mas na realidade é um

problema coletivo, que advém do modo como a sociedade está organizada. Portanto, sua solução requer medidas coletivas, políticas públicas que deem conta da sua complexidade, tanto em relação aos tempos de trabalho como aos da vida privada.

Cuidar e ser cuidado diz respeito a todos e todas: homens e mulheres precisam de cuidados, em maior ou menor grau, ao longo da vida. Entretanto, fruto da divisão sexual do trabalho, essa responsabilidade foi historicamente atribuída às mulheres. Ao longo do tempo, elas alteraram suas práticas sociais, participando cada vez mais da esfera produtiva, enquanto os homens pouco assumiram sua parcela das atividades em âmbito doméstico.

Da mesma forma, o Estado também se manteve praticamente ausente de tal responsabilidade. O cuidado não foi, em grande medida, incorporado à agenda política, embora seja competência do Estado oferecer políticas públicas que permitam às pessoas viver com qualidade e bem-estar. Os serviços de cuidado são decisivos para isso. O Estado pode ter um papel importante na regulação do tempo, mesmo no que concerne às desigualdades entre homens e mulheres no espaço doméstico.

Algumas experiências surgiram em alguns países ao redor do mundo. Diante da necessidade de repensar a organização da sociedade em direção a uma melhor qualidade de vida e à igualdade, alguns países passaram a formular políticas públicas abrangentes que visavam reorientar a sociedade, não mais conferindo centralidade ao tempo do trabalho, mas buscando um equilíbrio entre os diferentes tempos sociais. Tal política envolve a participação de todas e todos, assim como das empresas, das instituições e do Estado.

Há uma série de políticas públicas, em diferentes áreas, que podem favorecer uma divisão mais equitativa da carga de trabalho remunerado e não remunerado, proporcionando maior disponibilidade de tempo livre e melhor organização das atividades. Um exemplo é a redução para todos e todas da jornada de trabalho e a limitação das horas extras, a fim de permitir a homens e mulheres a articulação cotidiana dos trabalhos produtivo e reprodutivo e melhor partilha das tarefas domésticas e de cuidado. Outra medida, ainda relacionada ao trabalho remunerado, é uma reestruturação das licenças maternidade e paternidade, o que possibilitaria que pais e mães compartilhassem desde cedo os cuidados das crianças. Além disso, criar outros tipos de licenças laborais que permitam enfrentar situações pessoais e familiares que aparecem ao longo da vida. Repensar os horários, os dias e a duração do trabalho considerando as necessidades humanas é um passo, ainda difícil, dada a resistência das empresas, mas necessário para o bem-estar das pessoas.

Para melhorar a organização dos tempos na vida cotidiana das famílias, é fundamental que o Estado garanta vagas em creches públicas e em escolas de educação in-

fantil a todas as crianças, uma reivindicação histórica do movimento feminista. Também deve oferecer uma educação pública de qualidade em tempo integral nas escolas, com horários compatíveis com os laborais. Além disso, deve oferecer equipamentos públicos, nas áreas rurais e urbanas, que contribuam para o compartilhamento social das tarefas domésticas, como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e lavanderias populares. Os serviços de atenção às pessoas idosas também são essenciais para diminuir a sobrecarga de trabalho que hoje recai sobre as mulheres. A socialização do trabalho doméstico e de cuidados⁴, partilhado entre homens, mulheres e Estado, é um caminho que conduz à igualdade de gênero.

Outras medidas importantes estão relacionadas aos tempos da cidade, os quais muitas vezes são incompatíveis com o trabalho remunerado. Entre elas, a ampliação e a reorganização dos horários dos serviços; a desburocratização dos procedimentos administrativos, para reduzir o tempo consumido neles; melhorias no transporte público, para facilitar e agilizar a mobilidade das pessoas; e a descentralização geográfica dos locais de atendimento à população.

Por fim, sendo necessária uma mudança cultural para superar o modelo familiar predominante atualmente, as campanhas de valorização do trabalho reprodutivo e de incentivo ao compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidado também podem cumprir um papel relevante nesse contexto.

Todas essas medidas podem contribuir fortemente para alcançarmos a igualdade de gênero e melhor qualidade de vida. No entanto, é preciso ir além da simples aplicação de tais políticas, sendo fundamental alterar o paradigma a partir do qual organizamos nossa sociedade hoje: é indispensável colocar o tempo dos cuidados e das necessidades humanas no centro das relações e da organização social. Como aponta Carrasco (2003), as políticas públicas não podem ser pensadas de modo a tornar os demais tempos sociais compatíveis com o tempo do trabalho remunerado; ao contrário, é este último que deve se adaptar aos demais tempos sociais.

Desse modo, conhecer como as pessoas utilizam o seu tempo e as suas práticas sociais revela muito mais do que simplesmente as escolhas individuais. Evidencia as relações de poder e as desigualdades presentes em nossa sociedade, que se concretizam na prática de cada uma e de cada um. As mulheres são fortemente afetadas pela dessincronização entre a norma temporal dominante e os tempos das diversas atividades que fazem parte do cotidiano, sobretudo porque são elas as responsáveis pelo

4. Esse assunto foi objeto de debate em Silveira e Tito (2008).

cuidado das pessoas e da casa. Reorganizar a sociedade a partir dos múltiplos tempos sociais é considerar que os tempos do cuidado, do afeto, do lazer, do ócio, dos estudos são tão indispensáveis e importantes quanto o tempo do trabalho, e que a necessidade do capitalismo de se desenvolver não pode ser posta à frente das necessidades humanas. É caminhar em direção ao bem-estar e à igualdade entre todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, Rosario; FERRARI, Fernanda. *Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe: caminos recorridos y desafíos hacia el futuro*. Santiago: Cepal, 2013. (Asuntos de Género, 122).

ARAYA, María José. *Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género*. Santiago: Cepal, 2003. (Mujer y Desarrollo).

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. *O tempo de trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2009.

BESSIN, Marc. Le temps, une question de pouvoir. *Mouvements*, Paris, n. 2, p. 47–54, jan./fev. 1999.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13–58.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331–353, 2006.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo: Annablume, 2009.

CARRASCO, Cristina. ¿Conciliación? No, gracias. Hacia una nueva organización social. In: AMOROSO, María Inés et al., *Malabaristas de la vida: mujeres, tiempos y trabajos*. Barcelona: Icaria, 2003. p. 27–51.

CAVALCANTI, Lara Gama de Albuquerque; PAULO, Maira Andrade; HANY, Fatmato Ezzahrá Schabib. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2010.

COSTA, Albertina de Oliveira. Rotinas de mulher. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 8–11.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. (Org.). *Reconfiguração nas relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Regimes de trabalho: uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 279–297.

ELIAS, Nobert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 256–262.

- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cap2.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2014.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margret; HIRATA, Helena (Org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *La mercantilización de la vida íntima: apuntes de la casa y el trabajo*. Buenos Aires: Katz, 2008.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, 2013.
- COMUNICADOS DO IPEA: Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. n. 149, maio 2012. Brasília, DF: Ipea, 2012.
- BENITO, María Jesús Izquierdo. Del sexismo y la mercantilización del cuidado a su socialización: hacia una política democrática del cuidado. In: *Congreso Internacional Sare 2003: "Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado"*. Álava: Emakunde/Instituto Vasco de la Mujer, out. 2003.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 67-75.
- MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? *Revista Estudos Feministas*. 2010, v. 18, n. 2, p. 547-566.
- MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia (Org.). *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot, 2009.
- MORENO, Neus. Doble presencia y salud: una mirada a la vida de las mujeres. In: AMOROSO, María Inés et al., *Malabaristas de la vida: Mujeres, tiempos y trabajos*. Barcelona: Icaria, 2003, p. 35-48. Disponível em: <www.caladona.org/wp-content/pujats/2009/12/2003-malabaristas-de-la-vida-DONES-I-TREBALLS.pdf>. Acesso em: 29 out. 2014.
- PARELLA, Sònia. Las migraciones femeninas y la internacionalización de la reproducción social. Algunas reflexiones. *Quaderns de la Mediterrània*, n. 7, IEMed, 2007, p. 149-154.
- PICCHIO, Antonella. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. In: CAIRÓ, Gemma; MAYORDOMO, Maribel (Org.). *Por una economía sobre la vida*. Barcelona: Icaria, 2005, p. 17-34.
- PRATS, Maria; GARCIA, María Dolores; CANOVES, Gemma. *Las mujeres y el uso del tiempo*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1995.
- SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008.
- SOARES, Cristiane; SABOIA, Ana Lucia. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da "pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2001 e 2005"*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- SOS Corpo; Data Popular. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico: uma tensão permanente*. 2012.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES: UMA AGENDA PARA O FEMINISMO

TÁLI PIRES DE ALMEIDA

Diante de informes publicitários ocidentais encontramos uma imagem que já nos é familiar: mulheres executivas viajando pelo mundo, hospedadas em hotéis luxuosos, comunicando-se com suas famílias por meio de seus celulares e fazendo compras com cartões de crédito. Porém, existe pouca preocupação a respeito do crescente processo de migrações internacionais de mulheres de países pobres do Sul em direção aos países mais abastados do que seus locais de origem – e que tenham preferencialmente língua e cultura semelhante. O processo de migração internacional de mulheres destinadas aos serviços domésticos, como babás, empregadas domésticas, faxineiras e cuidadoras de idosos é um fenômeno que pesquisadoras têm chamado de “submundo feminino da globalização” (Ehrenreich; Hochschild, 2003).

O Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia (Celade)¹ estima que existam 180 milhões de migrantes internacionais no mundo, sendo que aproximadamente a metade é constituída por mulheres, um fenômeno que vem sendo chamado de feminização da migração. Os dados revelam que nas últimas três décadas na América Latina e Caribe a migração intrarregional tem aumentado com o predomínio da

1. O Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia (Celade), integrado desde 1975 à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), tem um programa específico para o levantamento de dados sobre a migração internacional chamado *Investigación sobre Migración Internacional de Latino América* (Imila). Esse projeto faz suas análises a partir das informações censitárias e conta com a colaboração de diversos países.

participação de mulheres. Muitas dessas mulheres saem do Peru, Bolívia e Paraguai com destino ao Chile, Argentina e Brasil.

Os discursos dos governos e organismos multilaterais envolvidos com o processo da “feminização das migrações” mostram o caráter essencialmente binário do fenômeno. De um lado, estão as mulheres que conquistam sua emancipação e empoderamento mudando de país, obtendo melhores salários e vivendo em locais com maior liberdade. De outro, estão aquelas mulheres vítimas das redes internacionais de tráfico de pessoas que são exploradas e que merecem atenção de políticas de controle e de maior segurança nas fronteiras. No entanto, a realidade nos mostra que entre a mulher vítima e a emancipada existem muitas variações. Por isso, as políticas públicas que tratam da questão, com base numa interpretação do cenário da migração internacional de mulheres levando em conta apenas essa polaridade, não alcançarão resultados.

O interesse crescente pelo processo de migração internacional de mulheres se dá pelo aumento do protagonismo feminino na mobilização de redes de contatos no momento de migração e na busca por trabalho. No país de destino, essas mulheres assumem a responsabilidade de enviar dinheiro ao país de origem com o objetivo de contribuir com o sustento familiar.

A circulação de pessoas de um país a outro tem exigido uma análise diferenciada daquela dos deslocamentos populacionais no território de um mesmo Estado. Nas migrações internacionais, os indivíduos estão circulando em territórios diferentes daqueles onde nasceram. Sendo assim, o tema da migração internacional gera variados enfoques por parte dos Estados, desde programas de incentivo à imigração até o controle rígido das fronteiras e da entrada de pessoas em seus territórios. Nesse aspecto, cresce a discussão sobre o tráfico internacional de mulheres em que cada vez mais os Estados são incitados a adotar sanções às organizações que exploram mulheres imigrantes sem documentos, assunto que será abordado neste trabalho.

Além disso, há o debate sobre as remessas financeiras, isto é, o dinheiro enviado pelas mulheres imigrantes a seus familiares nos países de origem. Essa discussão é particularmente interessante, pois existe um crescente interesse por parte das instituições financeiras e dos governos em debater os usos e a taxação das remessas, ignorando as condições de migração e os direitos dos trabalhadores e suas famílias quanto ao envio e recebimento desses valores.

Complementam os temas apresentados no artigo, relatos de mulheres imigrantes advindas da Bolívia, Peru e Paraguai. As entrevistas foram realizadas entre abril de

2012 e março de 2013, para uma pesquisa de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Integração Latino Americana (Prolam-USP), e as mulheres entrevistadas residiam à época na cidade de São Paulo.

MULHERES IMIGRANTES, TRANSNACIONALIDADE E GRUPO DOMÉSTICO

As primeiras formulações a respeito da migração internacional consideravam as mulheres como agentes passivas, que migravam com o intuito de acompanhar seus maridos e filhos (Courtis e Pacecca, 2010). Os estudos referentes a essa associação entre migração de mulheres e reunificação familiar tratavam as mulheres como agentes importantes na manutenção das práticas culturais do país de origem dentro do espaço doméstico, por meio do uso da língua nativa, da culinária, do uso das vestimentas etc (Pizarro, 2003). Os estudos desenvolviam-se a partir da necessidade de compreender a maneira como os indivíduos se adaptam, ou são assimilados, e se ajustam à sociedade de destino.

O estudo sobre as migrações internacionais de mulheres surgiu na agenda de pesquisas a partir dos anos 1960, fruto do esforço de pesquisadoras feministas que introduziram a questão de gênero na maior parte das discussões acadêmicas da época. Nesse contexto, ganham relevância as influências dos papéis atribuídos às mulheres e a opressão de gênero dentro das migrações internacionais.

Mirjana Morokvasic (Morokvasic, 1984 apud Pizarro, 2003, p. 50) foi uma das pioneiras em fazer referência à mulher imigrante como trabalhadora e não somente como acompanhante de sua família. Porém, as primeiras tentativas de incluir o gênero nas teorias explicativas das migrações internacionais não tiveram tanta relevância, pois por considerarem apenas a maneira como homens e mulheres se inserem no mercado de trabalho, as questões relacionadas ao gênero acabavam ficando quase sempre subordinadas aos aspectos referentes à classe social.

Para outros teóricos, seria necessário considerar as migrações internacionais levando em conta as relações sociais nos espaços privados e o trabalho familiar doméstico – socialmente designado às mulheres – e sua relação com o sistema capitalista. Dentro dessa formulação, o núcleo doméstico é um espaço privilegiado de análise, pois nele se elaboram diferentes formas de interação com o modo de produção econômica e reprodução social. Assim, para o antropólogo Michael Kearney (1986), as migrações internacionais seriam parte das estratégias de sobrevivência do grupo doméstico frente às limitações impostas pelo contexto econômico.

Nesse contexto, considera-se que o trabalho não remunerado das mulheres é aquele que garante a reprodução social dos lares, a partir dos quais os trabalhadores tornam-se disponíveis para o mercado de trabalho.

O trabalho das mulheres aqui é essencial, porque são produtoras de alimentos e serviços consumidos na esfera doméstica, e porque elas são geradoras de crianças que se tornam trabalhadores em tempo parcial ou integral. É no lar, na unidade doméstica, mais do que em qualquer outro lugar, que se realizam a produção não capitalista específica em relação ao gênero e parte da reprodução dos trabalhadores capitalistas (Kearney, 1986, p. 348, tradução nossa).

Kearney considera necessário concentrar a análise na multiplicidade de tarefas produtivas e reprodutivas das mulheres, que por sua vez está relacionada à maneira como se imbricam as atividades das mulheres na economia formal e informal. Da mesma forma, há de se levar em conta as transformações que o capitalismo impõe nas atividades produtivas e seu impacto nas comunidades, na vizinhança e no espaço doméstico. Pois, não conseguindo sobreviver somente de seus salários, os imigrantes envolvem diversos membros da família nas soluções e transformam a dinâmica doméstica, participando das atividades domésticas ou do circuito da economia informal (Kearney, 1986).

Frente às limitações impostas pelo contexto socioeconômico, as mulheres buscam soluções individuais para minimizar os efeitos dos problemas estruturais e coletivos. Assim, a migração internacional pode ser compreendida como uma alternativa para garantir a manutenção econômica e o funcionamento do grupo doméstico. As relações estabelecidas no grupo doméstico e seu modo de organização podem demonstrar de que maneira são desenvolvidas táticas de sobrevivência diante das limitações impostas pelo contexto econômico.

O grupo doméstico pode ser definido como:

Um grupo de pessoas que assegura sua manutenção e reprodução pela geração e distribuição de um orçamento coletivo. Dentro deste modelo, a emigração passa a ser uma estratégia a mais de manutenção e reprodução dos grupos domésticos, em resposta às oportunidades e limitações impostas pelo contexto social, político e econômico mais amplo (Gregorio Gil, 1998, p. 31, tradução nossa).

O grupo doméstico tem entre seus membros uma combinação de trabalhadores assalariados e não assalariados que conseguem diferentes formas de rendimentos para garantir sua reprodução social e econômica (Kearney, 1986). A relação entre os membros do grupo doméstico não ocorre apenas por meios econômicos, mas também por meios

afetivos e simbólicos, o que acaba por definir qual será a contribuição, os benefícios e as atividades de cada um.

No grupo doméstico, incluem-se as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho, assim como fenômenos de transnacionalidade². Ainda que um membro tenha emigrado, o grupo que ficou no país de origem se mantém por meio de relações estendidas e pela divisão de responsabilidades, pois a ausência de um de seus membros não significa uma ruptura. O contato com o grupo original permanece, seja pelo envio mensal de dinheiro, pelo contato por telefone e correio eletrônico ou pelo envio de mercadorias e presentes (Gregorio Gil, 1998).

As redes de parentesco, vizinhança, grupos de autoajuda e intercâmbio trazem elementos que nos ajudam a compreender o conjunto de relações que organizam e dirigem a circulação do trabalho, do capital, de bens e serviços, de informação e de ideologia entre as comunidades de origem e as receptoras de migrantes.

Por meio das relações multiestendidas que os imigrantes estabelecem entre sociedade de origem e destino, é possível examinar esses contextos sociais não como entidades isoladas, mas como parte de um mesmo processo: o fenômeno das migrações internacionais.

Em um contexto de migração internacional, as relações sociais são afetadas pelas conexões que se estabelecem entre pessoas em diferentes países. O compromisso afetivo e financeiro que os indivíduos mantêm com seus familiares dispersos no espaço são conexões que influenciam na vida cotidiana e no local em que esses indivíduos estão (Levitt; Glick Schiller, 2004). Ao estudar as migrações internacionais, é possível perceber como processos transnacionais estão localizados nas experiências das famílias e dos indivíduos.

Nesse sentido, a análise da unidade doméstica e do trabalho das mulheres – ao articularem o espaço da produção econômica e da reprodução social – é fundamental para o entendimento das relações sociais que são construídas em um contexto de migração internacional.

AS MULHERES E AS REMESSAS FINANCEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO: RECURSOS DE QUEM?

A partir dos fluxos globais financeiros, o quanto se pode conhecer sobre as migrações internacionais? As remessas representam o pagamento dos imigrantes em tro-

2. A ideia de transnacionalidade perpassa o grupo doméstico e pode ser definida como as distintas formas cotidianas elaboradas pelos imigrantes para manter conexões para além das fronteiras nacionais que entrelaçam as sociedades de origem e destino (Basch; Glick Schiller; Szanton Blanc, 1994). Seja pela via econômica (envio de dinheiro e objetos), afetiva (chamadas telefônicas, viagens e correio eletrônico) ou pelo contato prévio entre as sociedades (relações políticas ou de colonialismo), os imigrantes constituem fixações simultâneas em mais de uma sociedade.

ca de seus serviços prestados no país de destino. Por trás da decisão, e especialmente, da necessidade de enviar recursos financeiros aos lares de origem, existem conflitos que precisam ser amenizados, laços afetivos a serem afirmados, doenças e tristezas para serem curadas e até sonhos a serem realizados.

O envio de dinheiro e presentes, a compra de propriedades ou a construção de casas no país de origem é parte de uma relação transnacional que vem acompanhando as migrações internacionais recentes. Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de 80 a 85% do dinheiro enviado pelos imigrantes a suas famílias é utilizado para suprir necessidades básicas. Em 2005, a América Latina e o Caribe representavam o mercado de remessas de mais rápido crescimento do continente, uma vez que os países considerados “expulsores” não eram capazes de oferecer emprego e renda suficientes.

Cada vez mais governos, bancos e agências financeiras buscam facilitar e baratear o envio das remessas. Além disso, muitas empresas oferecem serviços que permitem aos migrantes manter seus vínculos transnacionais com suas famílias por meio da telefonia, da internet e do envio de mercadorias.

O aumento do fluxo financeiro enviado aos países de origem dos migrantes internacionais certamente não passaria despercebido pelas organizações internacionais e pelos países receptores. Questões levantadas por organizações como o Banco Mundial, o BID, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Cepal remetem ao fato de que esses recursos enviados pelos imigrantes contribuiriam para o desenvolvimento dos países de origem. Entretanto, essa conclusão gera controvérsia, pois parece ignorar as condições a que estão submetidos os trabalhadores migrantes, os quais, em sua grande maioria, vivem em situação de irregularidade migratória e em empregos precários e informais. Sabemos que as remessas são um recurso adicional à renda familiar, esse valor total é o necessário – e nem sempre suficiente – para garantir o sustento de toda a família.

As remessas destinadas à América Latina e ao Caribe chegam em pequenas quantias, por volta de US\$ 200 a US\$ 300 por mês, e contribuem para posicionar essa região como o maior mercado de remessas do mundo. Também há casos em que esse dinheiro é enviado internacionalmente por mecanismos informais, como parentes e amigos, e, assim, escapam à contabilidade do sistema financeiro (Terry, 2006).

O relatório da UN-Instraw³ [Organização das Nações Unidas – Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher] (2008), que aborda

3. OROZCO, Amaia Pérez; PAIEWONSKY, Denise; DOMÍNGUEZ, Mar García. *Cruzando fronteras II: migración y desarrollo desde una perspectiva de género*. Santo Domingo: UN-Instraw, 2008.

a questão das remessas enviadas pelas mulheres, afirma que as remessas se converteram na maior fonte de divisas para muitos países pobres, como é o caso dos da América Latina e do Caribe. Porém, questiona-se que a dependência dessas transferências como fonte de divisas se constituiria como uma nova forma de colonialismo econômico, levando em conta que as macroeconomias de países pobres tornam-se dependentes do bom andamento das economias dos países ricos.

REMESSAS PARA PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL EM MILHÕES DE DÓLARES

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2010	2011
Bolívia	103	104	340	422	860	103	964	1 012
Brasil	2 600	4 600	5 200	5 624	6 411	7 373	4 044	1 974
Paraguai				506	550	650	723	789
Peru	930	1 265	1 295	1 360	2 495	2 869	2 534	2 697

Fonte: Cepal e BID-Fomin (Elaboração nossa).

Na América Latina, os principais países receptores de remessas em valores absolutos são (Stefoni, 2011):

- Grandes receptores de remessas: México, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala e República Dominicana.

- Receptores de nível médio: Equador, Haiti, Honduras, Nicarágua e Peru.

- Países de baixo nível de recepção: Argentina, Bolívia, Costa Rica, Chile, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

De acordo com Stefoni (2011), é nesse contexto que cresce a atenção sobre os fluxos de dinheiro na América Latina, ou seja, existe um esforço por parte de muitas instituições financeiras e governos em contabilizar o fluxo de remessas e sua evolução ao longo do tempo. Nesse cenário, o discurso de que os imigrantes tem um papel indutor de desenvolvimento em suas comunidades reafirma um modelo no qual o Estado ocupa somente uma função de coordenador, mais do que gestor do desenvolvimento. A autora reflete acerca da orientação e importância dadas ao debate das remessas nos países de origem: a discussão ocorre em um contexto de globalização liberal da economia, em que os processos de descentralização da política econômica contribuem para a diminuição da presença do Estado nas localidades, e em que cresce a ideia de que o indivíduo é o principal ator para seu desenvolvimento e para o enfrentamento das situações de pobreza.

Sabemos que as remessas são uma fonte importante de rendimentos para as famílias que as recebem. Porém, o impacto desses rendimentos na melhora do nível de vida e bem-estar da população que os recebe não permite atribuir às remessas características de estimuladores do desenvolvimento dos países.

Para saber o real impacto desses recursos, há de se conhecer o papel deles na economia doméstica (Canales, 2008 apud Stefoni, 2011). As remessas familiares são aquelas destinadas aos gastos da família nos países de origem: alimentação, moradia, vestimentas, compra de eletrodomésticos e manutenção ou outros gastos da casa, assim como gastos comunitários destinados a festas religiosas e patrióticas, em especial as datas comemorativas referentes à conquista da independência dos países.

Nas famílias receptoras, as remessas cumprem um papel que caberia ao salário, ou seja, trata-se de parte de um valor recebido por um membro da família em troca do trabalho que realizou. A diferença é que esse membro da família, um trabalhador, está fora de seu país (Canales, 2008 apud Stefoni, 2011). A partir da análise dessas transferências pode-se entrever as relações sociais envolvidas nos processos de envio, destino e manejo do recurso, e, logo, avaliar se seu impacto econômico passa a considerar seu contexto social.

A pesquisa realizada por Canales (2006), com base nas informações do Banco Mundial e do BID, permite afirmar que os principais países receptores de remessas da América Latina, em relação à porcentagem de seu PIB, têm o menor nível de desenvolvimento (levando em conta o índice de Gini e as taxas de pobreza), como é o caso de Honduras, El Salvador, Guatemala e República Dominicana. Por outro lado, em países com os maiores índices de desenvolvimento dessa região, como Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica e Panamá, as remessas são insignificantes em relação ao PIB de cada país (apesar de apresentarem maior volume em valores absolutos).

O principal objetivo desse dinheiro enviado é cobrir os gastos com a reprodução social dessas famílias. Os governos não deveriam contar com esses recursos para superar ou resolver os problemas estruturais relacionados à pobreza. Para isso servem as políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social das economias nacionais.

Em outras palavras, as remessas fluem de trabalhadores precários e vulneráveis até seus familiares que vivem em condições de pobreza e contextos de marginalidade social. Nesse contexto, não é raro que, por um lado, as remessas se orientem fundamentalmente a financiar o consumo familiar, contribuindo para manter um mínimo nível de vida, e que, por outro lado, não fluam em montantes e volumes

necessários para promover um verdadeiro processo de mobilidade social (Canales, 2006, p. 120, tradução nossa).

O papel das mulheres diante das remessas, seja como emissoras ou receptoras, se configura como um dos principais temas no debate internacional. De acordo com Nafis Sadik (2006), representante da ONU, apesar do fato de que as mulheres constituem a metade dos imigrantes internacionais, ainda persistem muitas lacunas nas pesquisas sobre a migração delas. Apesar da pouca disponibilidade de dados confiáveis, sabe-se que significativas quantias são enviadas e recebidas pelas mulheres, recursos que são destinados a pagar despesas com crianças, como aquelas relativas à saúde e educação.

O In straw (2008), relatório da ONU, destaca que o valor do recurso, a periodicidade e sua manutenção ao longo do tempo variam de acordo com o sexo. As mulheres tendem a enviar uma parcela maior de seu salário, implicando em maior esforço e maior comprometimento com esse envio, em detrimento de investimentos em projetos individuais relacionados à formação, qualificação profissional, ou até gastos com lazer e objetos pessoais.

O envio periódico de remessas é uma das estratégias que contribuem para a manutenção dos laços entre as famílias e comunidades. Em pesquisa realizada com bolivianos na cidade de São Paulo, Freitas (2009) revela que cada imigrante envia uma média de US\$ 100 mensais a seu país de origem, o que é suficiente para assegurar a manutenção de uma família na Bolívia, por exemplo. Como demonstram as entrevistas realizadas, a maioria das mulheres imigrantes que participaram da pesquisa não tem o objetivo de realizar investimentos produtivos, mas sim de garantir a satisfação das necessidades vitais de suas famílias, também nas áreas de saúde e educação:

Ainda que com variações, a cobertura sanitária dos países de origem tende a ser deficiente, e depende, em grande medida, da capacidade que possuem os lares para custear serviços privados, que se convertem nos gastos prioritários, quando os recursos monetários aumentam, como efeito das remessas. Por outro lado, assegurar aos filhos o acesso ao ensino superior é um dos principais objetivos da migração, em muitos casos, de maneira que o custo da educação absorve grande parte dos investimentos que se realiza com remessas. Uma última função que cumprem as remessas, de forma invariável, é a de atuar como substituto da proteção social que os estados de origem não provêm, servindo como aposentadoria para os pais das pessoas que migram, e de sustento no caso de desemprego, doença para os irmãos ou viuvez das mães etc. (Orozco; Paiewonsky; Domínguez, p. 71, tradução nossa).

A jovem costureira V. é boliviana, e sua motivação para vir ao Brasil se deu pelo desejo de poder arcar com seus estudos universitários:

Tenía pensado que yo terminaba recién el colegio. Necesitaba dinero para estudiar, porque a mis papás no les alcanzaba, somos siete hermanos. Pensé en quedarme un año [en Brasil], trabajar, ganar, ni sé, digamos, en un año, tanto voy a ganarme en un año, con esto me vengo [a Bolivia] y estudio. Mas no fue así. No gané este dinero, tuve que pagar mi pasaje, el gasto aquí. Se gasta mucho. Me quedo un año más. Pienso trabajar un año más para regresar a Bolivia e estudiar, pero...Vine aquí con la intención de ganar dinero y regresar a estudiar. Mis papás no pueden pagar mis estudios de universidad (depoimento)⁴.

Desse modo, o dinheiro que envia à Bolívia é, em parte, destinado a apoiar seus pais, e outra parte é voltada para a poupança, aberta com o objetivo de garantir o financiamento futuro de seus estudos: “Para mis papás una partecita y otra estoy ahorrando, yo quiero estudiar y quiero ahorrar” (depoimento).

Também costureira, S. envia a seus pais que estão na Bolívia R\$ 500 a cada três meses. No entanto, diferentemente de V., esse dinheiro é utilizado para pagar as dívidas acumuladas no banco devido a um empréstimo realizado para custear a construção da casa de sua família e seus estudos universitários. Ela explica:

Mi papá tiene un pequeño taller, dónde hace pelotas. Entonces todos trabajábamos ahí. Yo he estudiado, ella [su hermana I.] ha acabado el colegio, tenemos una hermana mayor que hace tiempo se había venido aquí, entonces ella tenía una oficina aquí, trabajaba con ella, entonces, ella nos habló de aquí. Nos dijo que se ganaba algo mejor, entonces yo una vez que, allá estudiando, no he podido conseguir mucho, no tenía casi nada. Entonces... Mi papá tenía un pequeño terreno, teníamos que hacer la casa, yo presté dinero del banco, todo esto y acabando también de estudiar tenía que pagar el banco. Y como mi hermana me habló que aquí se ganaba un poco más, yo decidí venir (depoimento)⁵.

No caso da paraguaia G., o dinheiro que envia é destinado a auxiliar na compra de alimentos para sua mãe e sobrinhos. Sua família tem uma conta aberta em um mercado no Paraguai, em que seus sobrinhos anotam o que compram: material de escola, uniforme, roupa, comida:

4. Entrevista concedida por V. *Entrevista VIII* [março, 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

5. Entrevista concedida por S. *Entrevista X* [março, 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

Supuestamente mi cuñada manda para los chicos, e yo, la plata que mando, es para mi mamá. Yo me voy a Paraguay al fin de año y retiro [compro] cosas para ella. Por ejemplo, le retiré para su cama, de casal, que ella nunca tuvo – la cama de ella estaba toda rota – le retiro cocina, mando arreglar la casa, mando pintar. En caso yo me quede sin dinero en Paraguay, yo mando parcelar y voy enviando el dinero. [...] Le mando R\$ 400, R\$ 500 (depoimento)⁶.

G. não sentiu muita diferença na casa de sua família, quando voltou ao Paraguai. Apenas notou a pintura das paredes paga com o dinheiro que enviou. Os patos e galinhas que ela criava haviam sido mortos para alimentação, e ninguém havia dado continuidade à criação (depoimento).

A paraguaia D. M., quando chegou ao Brasil, tinha o compromisso de enviar dinheiro à sua mãe, o que faz até os dias atuais. Após quase quarenta anos no país, conta que, com o dinheiro acumulado, foi possível comprar um terreno no Paraguai, onde construíram uma casa.

Todo el trabajo de aquí que junto trabajamos y todo lo que juntamos invertíamos allá. [...] Me supongo, como vos sos brasileira, también va a querer [invertir] aquí, ¿verdad? Entonces así, como somos paraguayos, también queremos ahí, la casa para los chicos, las cosas, y probar siempre (depoimento)⁷.

Quando questionada sobre o meio pelo qual enviava o dinheiro, D. M. respondeu que, quando chegou ao Brasil, era enviado por meio de um motorista conhecido, e em quem ela tinha confiança. Atualmente, o meio mais barato e rápido encontrado, segundo as entrevistadas, é o envio pela empresa Western Union⁸.

A jovem paraguaia M. trabalha como empregada doméstica no Brasil. Ela relata que envia quase todo seu salário para sua mãe, que ficou no Paraguai, para que possa pagar as contas da casa e comprar alimentos. No entanto, teve problemas com o envio, e o dinheiro não chegou ao destino:

6. Entrevista concedida por G. *Entrevista VII* [abril, 2012]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2012.

7. Entrevista concedida por D. M. *Entrevista III* [abril, 2012]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2012.

8. A Western Union é uma empresa especializada em serviços financeiros com postos de atendimento no mundo todo. Segundo sua página virtual, a empresa é a líder mundial na transferência de dinheiro. A Western Union existe há mais de 150 anos, tendo começado suas atividades nos Estados Unidos, na área de telégrafos. Em 1871, deu início ao serviço de transferência de dinheiro. Os serviços oferecidos atualmente são: recebimento e envio de dinheiro, pagamento de contas, solução de negócios e cartões pré-pagos de telefone ou de presentes. Em 2001, a empresa tinha mais de cem mil agentes no mundo todo, em 2006, afirmou ter atingido cerca de 147 milhões de consumidores. No momento, dispõe de 500 mil agências em mais de 200 países. Na região metropolitana de São Paulo, ela dispõe de 32 agências, sendo 22 delas espalhadas pela cidade de São Paulo. Disponível em <http://corporate.westernunion.com/About_Us.html>. Acesso em 29 mar. 2012

Yo ganaba 600 y mandaba 500. [Con los R\$ 100] Cargaba crédito en mi teléfono y, así, compraba *pão de queijo*, agua de coco, y ahí ya acababan los 100. [...]. Esta semana me pasó otra injusticia a mí acá en Brasil. Envié el dinero a mi mamá y mi mamá no lo retiró, lo retiró otra persona. Porque tiene el mismo nombre de ella. [Envié] Por el banco. Hay un banco aquí que se llama Western Union. Acá, al llegar al banco para enviar, te dan un código, y ese código yo tengo que enviar a mi mamá. Y con ese código yo envié el dinero. [...] Yo no entiendo lo que pasó. Con lo poco que me pagó mi patrona y ahora me viene y me pasa esto. [La mamá] Compra los víveres de la casa y paga cuentas. [Mis padres] Trabajan, solo que en Paraguay se gana muy poco. Mi papá trabaja, pero en Paraguay no hay mucho trabajo y un día trabaja, el otro día no (depoimento)⁹.

Em entrevista a esta pesquisa, a peruana M. E. relata que, assim que chegou ao Brasil, tinha a responsabilidade de enviar dinheiro a seu marido e filhos, que haviam ficado no Peru. Com a vinda deles ao Brasil, ela mantém o compromisso de enviar dinheiro a seu pai e irmão:

Nosotros mandamos plata a mi papá de todas las maneras. Mensualmente. O a veces a cada dos meses le mandamos dinero. Mandamos en nombre de mi hermano, que compra las cosas para que coman, algunas cosas necesarias que necesiten en casa. Por esto se manda. Para los alimentos y esto (depoimento)¹⁰.

Quando chegou ao Brasil, no final da década de 1980, a boliviana E. comenta que não havia tanta facilidade para enviar dinheiro a seu país. Muitas vezes, os recursos financeiros adquiridos com o trabalho no Brasil eram enviados por meio de compatriotas que, por ventura, realizassem viagens de visita ou de retorno à Bolívia.

No había esa facilidad cuando yo llegué. Hubiera querido que haya eso para poder mandar si quiero. Porque ahora hay en todo lugar. Pode mandar. A la vez que llegué no había eso y no era fácil comprar dólar, también. Así que no mandaba. Si yo enviaba era por voluntad porque no había... A veces si viajaba un amigo, mandaba de esta forma. [...] Porque yo también hacía este favor, yo viajaba, “voy viajar” y ellos mandaban e yo iba a este lugar y les mandaban cositas (depoimento)¹¹.

9. Entrevista concedida por M. *Entrevista VI* [março, 2012]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2012.

10. Entrevista concedida por M. E. *Entrevista IV* [março, 2012]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2012.

11. Entrevista concedida por E. *Entrevista V* [março, 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

O conjunto de relações sociais e atores envolvidos no envio e recebimento de remessas permitem afirmar que, no caso de mulheres imigrantes latino-americanas residentes no Brasil, a maior parte dos recursos enviados tem como destino garantir a manutenção das necessidades básicas de familiares nos países de origem. Conforme abordado neste artigo, entre essas necessidades encontram-se motivos como pagamento de dívidas ou investimentos em educação – seja para as crianças, seja como tentativa de custear um curso superior. Nesse caso, a busca por soluções para garantir a manutenção econômica advém de uma estratégia familiar.

A DISCUSSÃO SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL: UMA AGENDA ATUAL

A migração internacional de mulheres mantém uma vinculação persistente com o tráfico de pessoas e existe também uma associação entre mulheres imigrantes e situações de maior vulnerabilidade. A partir dos anos de 1990, a agenda do tráfico de pessoas ganha visibilidade no cenário internacional. Uma maior circulação de informações e acesso aos meios de transporte internacionais intensificou o fluxo de pessoas, alterando o caráter da migração internacional. O debate acerca do tráfico de pessoas ganha mais força em termos de medidas normativas, sejam elas repressivas ou de proteção às vítimas, deixando de lado o tema do refúgio, por exemplo. Ao longo do tempo, foi possível verificar, sem grandes questionamentos, um aumento das restrições nas leis migratórias dos países, restrições essas que têm como base argumentativa a prevenção ao tráfico de pessoas (Baraldi; Ventura, 2013).

A intensificação do debate no mundo todo, inclusive no Brasil, acerca do tráfico de seres humanos esteve muito relacionado ao processo de elaboração e implementação do Protocolo de Palermo¹², documento adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Existe uma forte crítica à maneira pela qual os países vêm tratando a questão da mobilidade humana no século XXI, e a assinatura do Protocolo configurou o espaço necessário para o discurso que associa a migração internacional com o crime organizado (Dias; Sprandel, 2011).

Sob a justificativa de combater o crime, o debate sobre a criminalização da migração com fins de restringir a mobilidade das pessoas tem persistido, sem contex-

12. O Protocolo de Palermo é um instrumento adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Foi adotado em novembro de 2000 e promulgado, no Brasil, em março de 2004.

tualizar a realidade das migrações internacionais, colocando em segundo plano e até mesmo tornando invisíveis os fatores que levam a essa mobilidade. As motivações que levam à migração internacional são variadas, mas, sabemos que em geral, relacionam-se com a fuga de situações de pobreza, violência e opressão, com a necessidade de garantir o sustento da família e dos filhos pequenos, com a busca de melhores oportunidades e condições de trabalho etc.

Diante das adversidades, sejam elas jurídicas ou não, o indivíduo busca na migração uma alternativa de melhores condições de vida. Nesse processo, ele pode mobilizar diversas redes de contatos e informações que facilitem a conquista de seu objetivo.

O caso da boliviana A.¹³ serve de ilustração sobre como as agências que operam na Bolívia oferecendo emprego no Brasil atuam como um mecanismo facilitador para a saída do país quando não se tem dinheiro ou contatos no país de destino. A. tem 20 anos e trabalha em uma oficina de costura como empregada doméstica. Chegou ao Brasil em fevereiro de 2013. Na Bolívia, não tinha contatos ou referências brasileiras. Sua alternativa foi buscar uma agência especializada em conseguir trabalho e moradia:

Me vine porque tenía algunos problemas. Allá la cosa es... El sueldo es bajo. Las cosas son caras. Normalmente, allá la gente opta por buscar agencia de trabajo, su función es dar trabajo, conseguir gente, sea para Santa Cruz o para fronteras con Argentina, Brasil. Y de este modo vine, fue una buena opción, digamos, porque hay mucha diferencia entre el sueldo de aquí [Brasil] y allá [Bolívia], por esto preferí venir. En base a esto vine a Brasil, arriesgándome porque a mí me da miedo ir a la agencia, uno no sabe con quién se mete, ni a dónde va, porque no conoce. Pero me arriesgué y firmé mi contrato y me vine. Todo lo que necesitaba era documento, mis ropas, carné, documentos personales. Y la voluntad de venir y nada más (depoimento)¹⁴.

Vir ao Brasil por meio de uma “agência”, como comenta a entrevistada, acaba sendo uma opção quando não se tem contatos e referências no país de destino:

Porque yo había escuchado muchas veces que la gente venía a través de agencia, más facilidad porque ya venías con un lugar fijo, dónde llegar. Porque si uno no viene con conocidos, tiene que buscar dónde quedar, pagar alojamiento. En cambio, conviene venir contractada, porque ya llegas con lugar fijo y no gasta nada, porque son ellos los que te pagan el pasaje (depoimento)¹⁵.

13. A., 20 anos, boliviana, trabalhadora doméstica.

14. Entrevista concedida por A. *Entrevista I* [março, 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

15. Entrevista concedida por A. *Entrevista I* [março, 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

Não há possibilidade de negar a existência de exploração e vulnerabilidade, às quais estão expostos homens e mulheres imigrantes, especialmente em situações de irregularidade migratória. No caso de A., o pagamento da passagem pela agência foi realizado mediante a condição de que ela trabalhasse no mínimo um ano no local que lhe destinaram, do contrário, deverá devolver tudo o que foi gasto com sua vinda ao Brasil.

Ellos, por ejemplo, a mí me dijeron que se yo me quedo un año trabajando, no me van a cobrar nada. Me pagan vacaciones de fin de año para que yo me vaya a ver mi familia. Pero si me salgo en menos de un año, ahí tengo que volver el gasto. Con estas condiciones, digamos, uno viene (depoimento)¹⁶.

A entrevistada relata as condições de trabalho às quais os bolivianos se submetem no Brasil. Segundo seu entendimento, essas condições não são adequadas, porém, avalia que, diante do ímpeto de melhorar a vida dos que ficaram na Bolívia, a rotina exaustiva nas oficinas de costura parece ser a alternativa possível para transformar sua realidade:

Pero hay veces también que hay gente buena y hay gente mala, no sabemos con quién nos metemos. Hubo casos de las chicas que se van y sus familias no saben más. El problema de la gente de aquí es que mayormente los bolivianos traen los bolivianos y los explotan más que un brasileño a un boliviano. Aquí, por ejemplo, hay gente que ofrecen trabajo. ¿Cuáles los horarios de los trabajos? De las siete de la mañana a las diez de la noche. Todos los días. Son 15 horas de trabajo, cosa que allá en Bolivia lo legal es trabajar 8. Y aquí estamos redoblando. O sea, nos matamos. Trabajar 15 horas diarias con el fin de ganar más, conseguir algunas cosas que uno tiene, mejorar la estabilidad económica de la familia que dejamos allá (depoimento)¹⁷.

Diante das condições objetivas que imperavam na vida de A., a vinda ao Brasil foi a alternativa encontrada frente à responsabilidade de ter que sustentar o sobrinho e o filho, que ficaram na Bolívia sob os cuidados de sua mãe – esta, por sua vez, já adoecida. Segundo seu relato, a principal motivação para que viesse ao Brasil foi o fato de ter sofrido abuso sexual, por consequência do qual engravidou. Ainda que afirme que a criança seja inocente, confessa que sua relação com o filho é fria e distante, por isso preferiu distanciar-se e buscar melhores condições financeiras para poder sustentar o filho e o sobrinho.

16. Entrevista concedida por A. *Entrevista I* [março, 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

17. Entrevista concedida por A. *Entrevista I* [mar. 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

O relato acima pode ser ilustrativo de como a migração internacional torna-se uma alternativa diante de situações de pobreza e violência. Ainda que conhecendo todos os riscos presentes na empreitada escolhida, no caso da escolha de uma “agência” da qual tinha pouco conhecimento, a entrevistada ainda considera que foi uma opção acertada para conseguir chegar ao Brasil. No momento da entrevista, A. estava sob condição de irregularidade migratória, ou seja, não possuía os documentos necessários para viver e trabalhar no Brasil, situação que gostaria de reverter. Ela afirmou que pretendia viver para sempre no Brasil, terminar seus estudos e formar uma família.

Um caso semelhante é o da costureira E.¹⁸, boliviana de La Paz, tem 57 anos e chegou ao Brasil em 1989. Na Bolívia, sua mãe tinha um comércio no mercado local; o pai era alcoólatra e não trabalhava. A dificuldade da mãe em sustentar a família sozinha tornou necessário que E. trabalhasse desde criança, fazendo entrega de marmitas para uma vizinha. Já adulta, arrumou emprego em uma loja, no entanto, foi despedida quando engravidou. Passou então a trabalhar com a irmã em Santa Cruz de la Sierra vendendo frutas no mercado, mas, segundo ela, a renda era pouca:

Como decía, yo estaba en Santa Cruz, yo ya era madre soltera, no daba. Viví de comercio, así, con mi hermana. De vender así en una feria, ella vendía bastante fruta. Teníamos dinero, pero al día siguiente invertíamos para comprar más. O sea, el negocio era ganar y perder, y no me gustaba esto. De ahí he empezado a buscar trabajo (depoimento)¹⁹.

Foi quando viu um anúncio para vir ao Brasil:

Entonces, de esta forma, yo fui buscando trabajo así, de costurar. Ahí había un anuncio por venirse a Brasil. Entonces yo me fui allí y he venido con los papeles, pero de permiso, no de pasaporte. Este a veces era fácil, un coreano nos ha traído, daba dinero y pasábamos tranquilos. No ha habido ningún problema. [...] e yo lo he dicho, “Yo sé más o menos costurar. ¿Cuánto más o menos gana una? Cincuenta dólares”. El cambio era bien. “Sí, pude ser bien”. Yo pensé que era algo así. Pero no, recibí cruzeiros de esta vez. Donde trabajaba era clandestino, así que no. El primer año que he venido, hemos sufrido, porque no teníamos para nada, ni para nuestro pasaje de volver. [...] Cuando he llegado, nos han metido a una casa, encerrados, sin poder salir. El documento era bien necesario. Ahí sí. El idioma era diferente, hasta el aire era diferente. Yo no quería estar aquí. Tres meses... No, yo quería volver. Y mi marido es que quería estar aquí. Poco a poco me ha ido, así dejando, que yo acepté. [...] Batallábamos tanto y no daba para nada, nada (depoimento)²⁰.

18. E., 57 anos, boliviana, costureira. Entrevista realizada em 24 mar. 2013.

19. Entrevista concedida por E. *Entrevista V* [mar. 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

20. Entrevista concedida por E. *Entrevista V* [mar. 2013]. Entrevistadora: Táli Pires de Almeida. São Paulo, 2013.

Ao promover-se o debate acerca da migração internacional, considerando-a como um processo gerado por múltiplos fatores, torna-se possível oferecer melhores subsídios para que programas estatais trabalhem com a questão. Para Alejandro Portes e John Walton (1981), o fato de cruzarem uma fronteira territorial e política enfraquece os trabalhadores imigrantes diante do estado²¹:

Assim, eles estão muito mais sujeitos à supervisão policial e às decisões arbitrárias dos oficiais e empregadores. Em geral, quanto mais frágil o *status* legal dos trabalhadores imigrantes, mais os empregadores fazem uso da ameaça policial, incluindo a ameaça de deportação, para obter sua submissão (Portes; Walton, 1981, p. 50, tradução nossa).

As entrevistas demonstram que as mulheres têm histórias de vida que passam por múltiplas relações, e que sua decisão de ir ou de ficar é determinada por contextos afetivos e familiares e envolvem questões econômicas. Os discursos das imigrantes a respeito do processo de migração internacional envolvem também sua posição de trabalhadoras em busca de melhores condições de vida para si e para seus familiares. Ainda que relatem situações difíceis na chegada ao Brasil, a migração com destino a esse país foi a alternativa possível encontrada pelas bolivianas entrevistadas, diante das situações de dificuldade em que viviam.

No Brasil, a Política Nacional do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está sob coordenação do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, sendo construída sobre três eixos: prevenção, atenção e repressão²². Por meio da Secretaria Nacional de Justiça, o Brasil assinou um convênio de cooperação internacional com o International Centre for Migration Policy Development (ICMPD, organização europeia) para a criação do Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias, que tem como objetivo prevenir o tráfico de pessoas no território brasileiro, assim como capacitar a Polícia Federal em relação ao tema²³. Segundo Baraldi e Ventura (2013), ainda que campanhas de prevenção do tráfico de pessoas tenham como objetivo oferecer informação

21. Aquilo que Portes e Walton (1981) chamam de fragilidade política é um aspecto da migração que está mais presente no cotidiano dos imigrantes que cruzaram as fronteiras internacionais do que no dos migrantes internos.

22. Ministério da Justiça <www.mj.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2013.

23. O convênio tem por objetivo implementar o projeto Itineris: Proteção dos Direitos dos Migrantes contra a Exploração, do Brasil para Estados-Membros da União Europeia, e é financiado pela SNJ; pela Comissão Europeia; pelo Conselho Nacional de Imigração; Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil; pelo Escritório Federal para Migrações da Suíça; e pela Secretaria Geral para Igualdade da Galícia (Espanha). Integram também a iniciativa o UNODC-Cone Sul e Brasil; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, de Portugal; a Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal do Brasil; a Comissão para a Cidadania e a Igualdade do Gênero, de Portugal; e a OIT – Escritório de Brasília. O projeto tem por objetivos: a) proteger os direitos dos migrantes contra a exploração e o tráfico de pessoas; b) promover o fortalecimento institucional de organizações brasileiras para o enfrentamento ao tráfico de seres humanos; e c) fortalecer a cooperação nacional e internacional no campo do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Fonte: Ministério da Justiça <www.mj.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2013.

para que a migração aconteça de maneira segura, o que se pretende é desencorajar qualquer tipo de mobilidade fora do padrão da regularidade.

Precisamos reconhecer que existem muitas vítimas e criminosos na dinâmica da migração internacional. O que persiste, porém, é a generalização dessa rotulação em relação aos atores da migração. Falta priorizar no debate brasileiro os aspectos que enfoquem a mobilidade internacional para o trabalho, colocando na pauta a necessidade de políticas de ampliação de direitos aos trabalhadores imigrantes, com objetivo de assegurar a essa população um rendimento justo, trabalho em ambiente adequado, acesso à proteção social etc. Diante disso, Dias e Sprandel (2011) ressaltam que a aprovação de uma Nova Lei de Migração e da Política Nacional de Migração e Proteção ao Trabalhador(a) Migrante são desafios colocados na agenda nacional.

Outro elemento pouco destacado é a possibilidade de tratar a questão do tráfico de pessoas e da migração irregular como fenômenos causados pela escolha gananciosa do mercado de trabalho em explorar determinado tipo de mão de obra barata e irregular. Dessa maneira, o paradigma da segurança e da restrição da circulação de pessoas poderia dar lugar à perspectiva de políticas de integração, tanto para o trabalho como para a garantia de permanência no país de destino, oferecendo possibilidades mais acessíveis de regularização migratória.

Afinal, o imigrante indocumentado é mão de obra barata que serve a setores ávidos de redução de custos. Trata-se de uma força de trabalho com poucos ou nenhum direito e, portanto, descartável segundo os humores ou crises da economia. A violação jurídica que o indivíduo comete ao imigrar sem autorização, serve ainda para criar um inimigo que legitima a securitização promovida pelos Estados a fim de proteger sua prerrogativa soberana de realizar este descarte (Baraldi; Ventura, 2012, p.10).

A insistente vinculação da migração internacional com o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual ou trabalho escravo contribui para que essa questão seja tratada como um tema relacionado à segurança pública, em que qualquer imigrante pode ser um criminoso em potencial. Dentro dessa forma de tratamento do problema, os dados sobre migração internacional servem ao monitoramento e prevenção do crime internacional, processos que são parte de programas de organismos multilaterais. Na realidade, o tráfico de pessoas existe, na medida em que há proibição e controle da circulação de pessoas. O aumento do controle sobre as fronteiras e das restrições e condições para a entrada de pessoas numa determinada nação não tem contribuído para diminuir a entrada de imigrantes, mas torna mais provável que as

mulheres busquem as organizações ou o apoio de redes, inclusive criminosas e relacionadas à indústria do sexo, que lhes facilitem a entrada em outro país.

CONCLUSÕES

Neste artigo, procurou-se apresentar diferentes trajetórias de migração internacional envoltas em situações de pobreza, em relações de poder e de desigualdade, assim como discutir algumas de suas estratégias para transformar essa realidade, dando voz e visibilidade aos sujeitos envolvidos nos processos de migração internacional.

A migração internacional pode ser tratada como uma estratégia ou uma tentativa de modificar a estrutura de oportunidades existentes em um dado momento. No caso das entrevistadas, a busca por trabalho, a ausência de perspectivas no país de origem, o pagamento de dívidas, além de situações de conflito familiar, violência e da necessidade de garantir o sustento da família são os principais fatores apontados por elas para a saída de seus países. Ainda que os relatos descrevam experiências individuais, essas trajetórias não são aleatórias. A migração internacional emerge como uma alternativa que envolve um empreendimento familiar na busca de melhores condições de vida e de transformações da realidade na qual essas pessoas estão inseridas. Por meio dos relatos das mulheres imigrantes, foi possível detectar a maneira como a decisão por migrar está relacionada à busca de um trabalho que lhes garanta uma renda maior, permitindo assegurar a manutenção de seu grupo doméstico, esteja ele no país de origem ou de destino.

Foi possível observar que o aumento de mulheres envolvidas com o processo de migração internacional vem acompanhado de um fluxo financeiro de remessas com destino aos países de origem das imigrantes. Por trás de cada dólar enviado e contabilizado pelos bancos e organizações financeiras está a decisão de um indivíduo de ajudar a sua família, assim como a representação do laço afetivo de uma imigrante com sua família e sua comunidade. O destino desse recurso também demonstra o impacto que a imigração internacional pode ter nas comunidades de origem, uma vez que as remessas podem aliviar situações de dificuldade financeira e pobreza imediata. Entretanto, não há evidências suficientes de que essas remessas terão efeitos positivos capazes de superar as dificuldades estruturais características das comunidades de origem ou promover uma significativa mobilidade social.

O protagonismo cada vez maior das mulheres nas migrações internacionais parece revelar a existência de uma maior independência e autonomia. No entanto, as entrevistas demonstraram que a migração internacional é uma alternativa diante das

situações de pobreza e conflito no país de origem, em casos nos quais as mulheres não encontram mais possibilidades de negociação ou apoio dos serviços sociais e de sua comunidade. A ausência ou a diminuição de investimentos do Estado em políticas sociais tornam as mulheres as principais responsáveis por garantir o bem-estar dos membros de seu grupo doméstico.

A pesquisa realizada não oferece subsídios para afirmar que a inserção das mulheres em um processo de migração internacional pode diminuir as desigualdades provenientes das relações sociais de sexo – isso seria mais uma esperança da autora do que um fato. Os relatos das mulheres apresentados neste texto mostra que elas não são vítimas ou heroínas, mas, sobretudo, cada vez mais responsabilizadas pela manutenção econômica dos membros de suas famílias, pelas quais elas se submetem a inúmeras situações de risco e incertezas que envolvem o processo de migração internacional. Uma melhor compreensão sobre a migração internacional de mulheres demanda muito mais reflexões acerca das novas configurações da divisão sexual do trabalho e suas particularidades em um cenário de crescente globalização, do que apenas aquelas decorrentes de um discurso que busca somente encaixar as mulheres imigrantes nos papéis de vítimas ou de empoderadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANALES, Alejandro. Migración, remesas y desarrollo: mitos y realidades. In: ENCUENTRO IBEROAMERICANO SOBRE MIGRACIÓN Y DESARROLLO. Madri: Secretaria General Iberoamericana, 2006. p. 109-121. *Unidos por las migraciones*. Disponível em: <<http://segib.org/pt/node/4907>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CASTELLANOS, Patricia Cortés. *Mujeres migrantes de América Latina y el Caribe: derechos humanos, mitos y duras realidades*. Santiago: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, 2005. (Población y Desarrollo).

COURTIS, Corina; PACECCA, María Inés. Género y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo doméstico en el Área Metropolitana de Buenos Aires. *Papeles de Población*, Toluca, Cieap/Uaem, v. 16, n. 63, p. 155-185, 2010.

DIAS, Guilherme Mansur; SPRANDEL, Márcia Anita. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, v. 19, n. 37, p. 59-77, jul./dez. 2011.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Ed.). *Global Woman: Nannies, Maids and Sex Workers in the New Economy*. Nova York: Henry Holt and Company, 2002.

GREGORIO GIL, Carmen. *Migración femenina: su impacto en las relaciones de género*. Madri: Narcea, S. A. de Ediciones, 1998.

KEARNEY, Michael. From the Invisible Hand to Visible Feet: Anthropological Studies of Migration and Development. *Annual Review of Anthropology*, v. 15, p. 331-361, 1986.

LEVITT, Peggy; SCHILLER, Nina Glick. Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society. *International Migration Review*, vol. 38, n. 3, p. 1002-1039. 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. ICMPD. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={111A299A-4524-4047-9BD0-01B44350785E}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BF7ED4597-F5CD-4066-B5E4-BE46126DEAE6%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

MOROKVASIC, Mirjana. Migration, Gender, Empowerment. In: LENZ, Ilse; ULLRICH, Charlotte; FERSCH, Barbara (Ed.). *Gender Orders Unbound: Globalisation, Restructuring and Reciprocity*. Op-laden/Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers, p. 69-97, 2007.

OROZCO, Amaia Pérez; PAIEWONSKY, Denise; DOMÍNGUEZ, Mar García. *Cruzando fronteras II: Migración y desarrollo desde una perspectiva de género*. Santo Domingo: UN-Instraw, 2008.

PAJNIK, Mojca; BAJT, Veronika. Migrant Women's Transnationalism: Family Patterns and Policies. *International Migration*, v. 50, n. 5, p. 153-167, 2012.

PIZARRO, Jorge Martínez. *El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género*. Santiago: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía, 2003. (Población y Desarrollo).

PORTES, Alejandro; WALTON, John. *Labor, Class and the International System*. Orlando: Academic Press, 1981.

SADIK, Nafis. Gender and Migration. In: ENCUENTRO IBEROAMERICANO SOBRE MIGRACIÓN Y DESARROLLO. Madri: Secretaria General Iberoamericana, 2006. p. 301-305. *Unidos por las migraciones*. Disponível em: <<http://segib.org/pt/node/4907>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. *Anthropological Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63, 1995.

_____. Nina Glick; WIMMER, Andreas. Methodological Nationalism and Beyond: Nation-State Building, Migration and the Social Sciences. *Global Networks*, v. 2, n. 4, p. 301-334, 2002.

SILVA, Sidney Antônio. *Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – USP, São Paulo, 1995.

STEFONI, Carolina. *Migración, remesas y desarrollo: estado del arte de la discusión y perspectivas*. *Polis*, v. 10, n. 30, p. 495-521, 2011.

TERRY, Donald. Las remesas como instrumento de desarrollo. In: ENCUENTRO IBEROAMERICANO SOBRE MIGRACIÓN Y DESARROLLO. Madri: Secretaria General Iberoamericana, 2006. p. 91-106. *Unidos por las migraciones*. Disponível em: <<http://segib.org/pt/node/4907>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

WESTERN UNION. About Us. Disponível em: <http://corporate.westernunion.com/About_Us.html>. Acesso em: 29 mar. 2012.

O FEMINISMO E AS POLÍTICAS DO COMUM EM UMA ERA DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

SILVIA FEDERICI*
TRADUÇÃO DE LUIZA MANÇANO

Nosso ponto de vista é o dos “comuneiros” do planeta: seres humanos com corpos, necessidades e desejos, cuja tradição mais essencial é a de cooperar no desenvolvimento e na manutenção da vida, que hoje em dia se realiza em condições de sofrimento e alienação entre uns e outros, separados da natureza e dos bens comuns, uma brecha que criamos durante gerações.

The Emergency Exit Collective, “The Great Eight Masters and the Six Billions Commoners”, Bristol, Mayday, 2008.

A maneira pela qual tanto os trabalhos de subsistência como a contribuição dos comuns à sobrevivência concreta dos habitantes locais se torna invisível mediante sua idealização não é somente similar, mas tem as mesmas raízes [...]

De certo modo, as mulheres são tratadas como comuns e os comuns são tratados como mulheres.

Maria Mies e Veronica Benholdt-Thomsen, “Defending, Reclaiming, Reinventing the Commons”, 1999.

A reprodução precede a produção social. Se toca às mulheres, toca a base.

Peter Linebaugh, *The Magna Carta Manifesto*, 2008.

INTRODUÇÃO: POR QUE O COMUM?

Pelo menos desde que os zapatistas ocuparam a praça Zócalo, em San Cristóbal de las Casas, em 31 de dezembro de 1993, para protestar contra a legislação imposta

* Publicado na coletânea *Revolución em punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madri: Traficantes de Sueños, 2013.

que eliminava o sistema mexicano de exidos¹, o conceito de comum se popularizou dentro da esquerda radical, tanto nos Estados Unidos como internacionalmente, emergindo como ponto de encontro e campo de ação compartilhados entre anarquistas, marxistas, socialistas, ecologistas e ecofeministas².

Existem muitas razões que justificam a firmeza e a importância que essas ideias, aparentemente arcaicas, adquiriram dentro dos movimentos sociais contemporâneos. Em particular, duas delas. Por um lado, houve o desaparecimento do modelo revolucionário estatizador que durante décadas deu forma aos esforços dos movimentos sociais radicais para construir uma alternativa ao capitalismo. Por outro, a tentativa neoliberal de subordinar todas e cada uma das formas de vida e de conhecimento à lógica do mercado incrementou nossa consciência do perigo que é viver em um mundo no qual já não temos acesso aos mares, às árvores, aos animais e nem aos nossos semelhantes a não ser por meio do nexos econômico. Os novos “cercamentos” também tornaram visível um mundo de propriedades e relações comunais que muitos consideravam extinto ou ao qual não haviam dado importância até a ameaça da privatização³. Ironicamente, os novos “cercamentos” demonstraram que as propriedades comunais não tinham desaparecido e que, além disso, continuavam a ser produzidas novas formas de cooperação social, inclusive em áreas que antes não existiam, como a internet.

A ideia de o comum e os comuns, nesse contexto, proporcionou uma alternativa lógica e histórica ao binômio Estado e propriedade privada, Estado e mercado, permitindo-nos rechaçar a ficção de que são âmbitos mutuamente excludentes e de que somente existiria escolha entre eles, em relação às nossas possibilidades políticas. Também cumpriu uma função ideológica, como conceito unificador prefigurativo da sociedade cooperativa que a esquerda radical luta para construir. No entanto, existem ambiguidades e diferenças significativas nas interpretações dadas a esse conceito, que precisa ser esclarecido se quisermos que o princípio do comum se traduza em um projeto político coerente⁴.

1. Um exido (do latim *exitum*) é uma porção de terra não cultivada e de uso público (propriedade estatal ou municipal). No México, ainda existe esta forma de propriedade de uso coletivo, que historicamente desempenhou um papel de grande importância no desenvolvimento da vida agrícola do país. [N. do T.]

2. O periódico digital *The Commoner* tem sido uma fonte chave de publicações para as políticas de bens comuns e seu desenvolvimento teórico há mais de dez anos. Disponível em: <www.commoner.org.uk/>. Acesso em: 5 nov. 2014.

3. Um exemplo significativo deste último caso é a luta que há algum tempo está se desenvolvendo em Maine (Estados Unidos) contra a apropriação de águas públicas pela Nestlé para engarrafar seu produto *Portland Spring*. A espoliação cometida pela Nestlé conscientizou os habitantes sobre a importância vital dessas águas e dos aquíferos que as alimentam, outorgando-lhes um caráter palpável do que é comum (*Food & Water Watch*, Jun. 2006).

4. Um lugar excelente para obter informações sobre os debates que estão acontecendo atualmente sobre “os (bens) comuns” é a revista do movimento britânico, *Turbulence*, em especial o número de 15 de dezembro de 2009. Disponível em: <www.turbulence.org>. Acesso em: 5 nov. 2014.

Por exemplo, o que constitui o comum? Os exemplos são abundantes. Temos ar, água e terras comuns, os bens digitais e serviços comuns. Também se descrevem com frequência como comuns os direitos adquiridos (por exemplo, as pensões da previdência social), do mesmo modo que se reúnem nessa denominação os idiomas, as bibliotecas e as produções coletivas de culturas antigas. Mas todos esses comuns estão no mesmo nível do ponto de vista de uma estratégia anticapitalista? Todos eles são compatíveis? E como podemos estar seguros de que não se está projetando uma imagem de unidade que ainda está por ser construída?

Tendo em mente essas questões, os comuns são analisados neste ensaio de uma perspectiva feminista, na qual feminista se refere a um ponto de partida formado pela luta contra a discriminação sexual e pelas lutas sobre o trabalho reprodutivo, que (nas palavras de Linebaugh) é a pedra angular sobre a qual se constrói a sociedade, e a partir da qual deve ser analisada toda organização social. Esta intervenção é necessária, do meu ponto de vista, para definir melhor essas políticas, expandir um debate até agora dominado pelos homens, e esclarecer sob quais condições os princípios do comum podem constituir as bases de um programa anticapitalista. Hoje em dia, existem dois conflitos que fazem com que essas tarefas sejam especialmente importantes.

OS COMUNS GLOBAIS E OS COMUNS DO BANCO MUNDIAL

Inicialmente, lembremos que, pelo menos desde o início da década de 1990, a linguagem dos comuns foi sendo absorvida e colocada a serviço da privatização pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas.

Sob a desculpa de proteger a biodiversidade e conservar os “(bens) comuns globais”, o Banco Mundial transformou as florestas tropicais em reservas ecológicas e, com essa justificativa, expulsou as populações que durante séculos extraíram delas seu sustento, ao mesmo tempo que abriu as portas das florestas a pessoas que não necessitam delas, mas que podem pagar para visitá-las, graças, por exemplo, ao ecoturismo⁵. De mãos dadas com o Banco Mundial, e de novo em nome da preservação da herança comum do ser humano, as Nações Unidas revisaram as leis internacionais que regem o acesso aos oceanos, permitindo que os governos consolidem o uso das águas marinhas em poucas mãos⁶.

5. Sobre este tema, ver o importante artigo escrito por Ana Isla, “Who Pays for the Kyoto Protocol?” (Salleh, 2009), no qual a autora descreve como o pretexto da conservação da biodiversidade serviu de justificativa ao Banco Mundial e outras agências internacionais para o “cercamento” das selvas tropicais, sob o argumento de funcionarem como “sorvedouros de carbono” e “geradores de oxigênio”.

6. A Convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar, aprovada em 1994, estabeleceu um limite de 200 milhas da costa do litoral, definido como Zona Econômica Exclusiva, cujos recursos as nações podem explorar, administrar e proteger, desde os cardumes de peixes até o gás natural. Também estabelece regulamentos para a mineração em águas profundas e para a utilização dos benefícios resultantes.

O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas não estão sozinhos na adaptação da ideia dos (bens) comuns aos interesses do mercado. Por diferentes motivos, a revalorização dos comuns se converteu em uma tendência entre muitos economistas ortodoxos e planejadores econômicos, como se observa na crescente literatura sobre essa matéria e no desenvolvimento de conceitos associados, como “capital social”, “economia da dádiva” ou “altruísmo”. Também se faz patente a diversidade de interesses no reconhecimento oficial, por meio da atribuição do Prêmio Nobel de Economia de 2009, à principal representante dessa tendência, a politóloga e professora de Ciência Política Elinor Ostrom⁷.

Os planejadores do desenvolvimento e os criadores de políticas descobriram que, sob condições adequadas, a gestão coletiva dos recursos naturais pode ser mais eficiente e menos conflitiva que sua privatização, e que os (bens) comuns podem ser redirigidos para a produção do mercado⁸. Da mesma maneira, compreenderam que, levada a seu extremo, a mercantilização das relações sociais tem consequências autodestrutivas. A ampliação da forma-mercadoria a todos os aspectos da fábrica social promovida pelo neoliberalismo é um limite ideal para as ideologias capitalistas, mas, além de ser um projeto impossível também não é desejável do ponto de vista da reprodução do sistema capitalista a longo prazo. A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da apropriação gratuita daquelas imensas áreas de trabalho que devem aparecer como externalidades ao mercado, como o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres realizam e ao qual os capitalistas confiaram a reprodução da força de trabalho.

Muito antes do “desastre” de Wall Street, e não por acaso, um amplo espectro de economistas e teóricos sociais advertia que a mercantilização de todas as esferas da vida é prejudicial para o funcionamento correto do mercado, já que também os mercados, continua o argumento, dependem da existência de relações não monetárias, como a confiança, o fideicomisso e as doações (Bollier, 2002). Em resumo, o capital está aprendendo quais são as virtudes dos “bens comuns”. No número de 31 de julho de 2008, até *The Economist*, revista de expressão dos economistas do capitalismo de livre mercado há mais de 150 anos, se unia cautelosamente ao coro.

A economia dos “novos comuns” – dizia *The Economist* – ainda está em estado imaturo. Seria ainda muito cedo para estarem seguros de suas hipóteses. Mas já esta-

7. Como se lê na Wikipedia, o trabalho de Ostrom centra-se na área de recursos compartilhados ou bens comuns e, “em particular, na maneira como os seres humanos interagem a fim de manter a longo prazo os níveis de produção dos recursos comuns”.

8. Mais informações em JUMA, Calestous ; OJWANG, J. B. (Ed.). *In Land We Trust: Environment, Private Property and Constitutional Change*. Londres: Zed Books, 1996. Um tratado prematuro/precoce sobre a efetividade das relações de propriedade comunal no contexto de desenvolvimento capitalista e seus resultados.

riam mostrando um caminho prático para delinear certos problemas, como a gestão da internet, a propriedade intelectual ou a contaminação internacional do meio ambiente, problemas para os quais os legisladores necessitam de toda ajuda que possam receber (*The Economist*, 2008).

Por tudo isso, devemos ter muita cautela para não estruturarmos o discurso dos comuns de modo que a classe capitalista, promotora e dirigente da crise, possa usar esse discurso para reviver, colocando-se, por exemplo, como guardião do planeta.

QUE COMUNS?

Uma segunda preocupação é que, enquanto as instituições internacionais aprenderam a recuperar o comum como uma tendência funcional ao mercado, continuamos sem estruturar uma explicação sobre como os comuns podem constituir a base de uma economia não capitalista. O trabalho de Peter Linebaugh, especialmente a *Carta Magna Manifesto* (Linebaugh, 2007), nos mostra que os comuns são um fio condutor que percorreu a história das lutas de classe em nosso tempo, e que, de fato, a luta pelo comum é uma realidade cotidiana no nosso mundo. Os habitantes de Maine, nos Estados Unidos, mantêm uma luta para preservar suas zonas de pesca e suas águas; os moradores das regiões dos Apalaches realizam esforços para salvar suas montanhas ameaçadas pela mineração a céu aberto; os movimentos em defesa do código aberto e do software livre se opõem à mercantilização do saber, abrindo novos espaços para a comunicação e a cooperação. Do mesmo modo, está se desenvolvendo na América do Norte um leque invisível de atividades e comunidades, que Chris Carlsson descreveu em sua obra *Nowtopia* (Carlsson, 2013)⁹. Como mostra Carlsson, há muitíssima criatividade investida na produção de “comuns virtuais” e de diferentes formas de socialização que prosperam fora dos radares da economia monetária e mercantil.

Mais importante foi a criação das hortas urbanas nos Estados Unidos, fenômeno que se estendeu por todo o país nas décadas de 1980 e 1990, graças às iniciativas das comunidades imigrantes da África, do Caribe ou do sul dos Estados Unidos. A importância das hortas urbanas não deve ser subvalorizada. Elas abrem caminho para a “rurbanização”, um processo indispensável se quisermos manter o controle sobre nossa produção alimentar, regenerar o meio ambiente e produzir para nossa sobrevivência. As hortas são muito mais que uma fonte de segurança alimentar. Elas são

9. Pode-se baixar o áudio da sua conferência na livraria Traficantes de Sueños (2013). Disponível em: <<https://soundcloud.com/traficantesdesueños/nowtop-a-de-c-mo-los-hackers>>. Acesso em: 5 nov. 2014. [N. do E.]

espaços de encontro e socialização, de produção de saberes e de intercâmbio cultural e intergeracional. Como descreve Margarita Fernández, as hortas de Nova York, esses jardins urbanos, “reforçam a coesão da comunidade”, com seu papel de local comum, onde as pessoas se reúnem, não só para trabalhar a terra, mas para jogar cartas, celebrar casamentos, chás de bebê ou festas de aniversário¹⁰. Alguns dos participantes colaboram com escolas locais, dando aulas de educação ambiental extraescolar. Não menos importante é que as hortas funcionam como “um meio para a transmissão e o encontro de práticas culturais diversas”, permitindo, por exemplo, que as práticas e produtos africanos se mesquem com aqueles provenientes do Caribe¹¹.

De qualquer modo, a função mais importante das hortas urbanas é sua produção para o consumo da vizinhança, mais do que seus objetivos comerciais. Isso as diferencia da produção de outros comuns que ou se destinam ao mercado, como é o caso dos empreendimentos de piscicultura da *Lobster Coast* [Costa Lagosta], do Maine¹², ou se adquirem no mercado, como os *land-trust* – fideicomissos territoriais que preservam os espaços abertos. No entanto, o problema é que as hortas urbanas se mantiveram como iniciativas espontâneas de base e os movimentos dos Estados Unidos fizeram poucas tentativas de expandir sua presença e transformar o acesso à terra em um tema-chave para as lutas. De um modo mais geral, a esquerda não tem enfrentado a questão sobre como agrupar toda a proliferação de comuns, defendidos, desenvolvidos e pelos quais se luta em um todo que dê coesão e que proporcione uma base para um novo modelo de produção.

Uma exceção é a teoria proposta por Negri e Hardt em *Imperio* (2000), em *Multitud* (2004)¹³ e, mais recentemente, em *Commonwealth* (2009), que defende que uma sociedade construída sobre os princípios do comum já estaria se desenvolvendo a partir da informatização da produção. Segundo essa teoria, quando a produção se torna cada vez mais produção do conhecimento organizada por meio da internet, emerge um espaço comum que escapa ao problema de definir regras de exclusão ou inclusão, já que o acesso e o uso de múltiplos recursos existentes na rede, mais que sua extração, abre a possibilidade de uma sociedade construída na abundância. Desse modo, a multidão enfrentaria uma única situação não resolvida: a de evitar a “captura” capitalista da riqueza produzida.

10. Ver Fernández, 2003, p. 23–26. Outro trabalho importante recente sobre as hortas urbanas é o de Weinberg e Wilson (1999).

11. *Ibidem*.

12. De todas as maneiras, os empreendimentos de piscicultura “comuns” do Maine se encontram atualmente em perigo por uma nova política privatizadora, justificada em nome da preservação, ironicamente denominada “*catch shares*” [cotas de captura]. Esse sistema já é aplicado no Canadá e no Alasca, onde os governos locais colocam um limite à quantidade de peixes que se pode capturar e outorgam cotas individuais com base nas quantidades capturadas no passado. Esse sistema demonstra ser desastroso para os pescadores pequenos e independentes que se veem rapidamente forçados a vender suas cotas aos concorrentes maiores. Os protestos contra sua implementação estão sendo organizados nas comunidades pescadoras do Maine. Ver “Cash Shares or Share-Croppers?” (*Fishermen’s Voice*, v. 14, n. 12, dez. 2009).

13. Em português, *Multidão: guerra e democracia na era do império*, editado pela Record em 2005.

A crítica a essa teoria é que ela não diferencia a formação do comum da organização do trabalho e da produção como estão atualmente e que são vistas como inseparáveis. Seu próprio limite é que não questiona a base material da tecnologia digital, graças à qual a internet funciona, e não leva em conta o fato de que os computadores dependem de certas atividades econômicas – mineração, microchips e extração de recursos terrestres escassos – que, como estão organizadas hoje em dia, são extremamente destrutivas social e ecologicamente. E ainda mais, com sua ênfase na ciência, na produção de saberes e informação, essa teoria evita a questão da reprodução da vida cotidiana. De qualquer modo, essa é uma realidade incômoda para o discurso dos comuns como um todo, já que geralmente se centra muito mais em pensar as condições necessárias para sua existência do que nas possibilidades que os comuns já existentes podem oferecer, e seu potencial para criar formas de reprodução que nos permitam resistir à dependência do trabalho assalariado e à subordinação às relações capitalistas.

AS MULHERES E OS COMUNS

Neste contexto, uma perspectiva feminista é fundamental. Ela começa com o reconhecimento de que as mulheres, como sujeitos principais do trabalho reprodutivo, tanto histórica como atualmente, dependem mais que os homens do acesso aos recursos comuns, e estão mais comprometidas com sua defesa. Como demonstrado em *Caliban and the Witch* (Federici, 2004), na primeira fase do desenvolvimento capitalista, as mulheres propuseram a primeira linha de defesa contra os cercamentos, tanto na Inglaterra como no “Novo Mundo”, e foram as defensoras mais aguerridas das culturas comunais ameaçadas pela colonização europeia.

No Peru, quando os conquistadores passaram a ter o controle dos povos, as mulheres escaparam para as montanhas, onde recriaram modos de vida coletivos que sobrevivem até hoje. Não é surpreendente que os ataques mais violentos contra as mulheres na história mundial tenham sido realizados nos séculos XVI e XVII: a perseguição das mulheres consideradas bruxas. Hoje em dia, com a perspectiva de um novo processo de acumulação primitiva, as mulheres representam a principal força de oposição ao processo de mercantilização total da natureza. As mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta. Na África, produzem 80% dos alimentos que a população consome, apesar dos esforços do Banco Mundial e de outras agências internacionais para convencê-las a dedicar seus esforços aos cultivos comerciais. O rechaço à falta de acesso à terra tem sido tão forte que, nas cidades, muitas mulheres

decidiram se apropriar de lotes públicos, semeando milho e mandioca em terrenos baldios, alterando, com este processo, a paisagem urbana das cidades africanas e derubando, assim, a separação entre campo e cidade (Federici, 2011). Também na Índia as mulheres têm lutado para recuperar as matas degradadas e proteger as árvores, unindo esforços para expulsar os madeireiros e bloquear operações de mineração e de construção de represas¹⁴.

A outra face da luta das mulheres pelo acesso direto à terra foi a formação, por todo o Terceiro Mundo – do Camboja ao Senegal –, de associações de crédito que funcionam com o dinheiro como bem comum. Os “tontines” (como são chamados em algumas regiões da África) são sistemas bancários desenvolvidos por mulheres, autônomos e autogestionados, que sob diferentes denominações proporcionam dinheiro a grupos e indivíduos que não têm acesso aos bancos, e que funcionam exclusivamente na base da confiança. São experiências totalmente diferentes daquelas dos sistemas de microcrédito promovidos pelo Banco Mundial, que funcionam com base na vergonha, chegando-se ao extremo (por exemplo, na Nigéria) de colar fotos das mulheres que não podem devolver os créditos em lugares públicos, o que já levou algumas ao suicídio¹⁵.

Também foram as mulheres que lideraram os esforços para coletivizar o trabalho reprodutivo como ferramenta para diminuir os custos da reprodução e para se protegerem mutuamente da pobreza, da violência estatal e da violência exercida de maneira individual pelos homens. Um exemplo de destaque são as “ollas comunes” (cozinhas comuns) que as mulheres do Chile e do Peru construíram durante os anos 1980, quando, devido à forte inflação, já não se conseguia comprar alimentos de maneira individual (Fisher, 1985). Essas práticas constituem, do mesmo modo que os reflorestamentos coletivos e a ocupação de terras, a expressão de um mundo em que os laços comunais ainda são poderosos. Mas seria um erro considerar essas atitudes como pré-políticas, “naturais” ou produtos da “tradição”. Na realidade, como assinala Leo Podlashuc (Podlashuc, 2009), há nessas lutas uma identidade coletiva; elas constituem um contrapoder tanto no espaço doméstico como na comunidade e abrem um processo de autovalorização e autodeterminação sobre o qual temos muito que aprender.

A primeira lição a aprender com essas lutas é o fato de que o “bem comum” é a partilha dos meios materiais e o mecanismo primordial pelo qual se criam o interesse

14. SHIVA, Vandana. *Staying Alive: Women, Ecology and Development*. Londres: Zed Books, 1989 [edição em espanhol: *Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia*. Madri Horas y Horas, 1995]; *Ecology and the Politics of Survival: Conflicts over Natural Resources in India*. Nova Déli/Londres: Sage Publications, 1991. p. 102-117 e 274.

15. Entrevista a Ousseïna Alidou.

coletivo e os laços de apoio mútuo. Também é a primeira linha de resistência frente a uma vida de escravidão, seja nos exércitos, seja nas casas de prostituição ou nas oficinas clandestinas. Para nós, na América do Norte, outra lição que se acrescenta é o fato de nos darmos conta de que por meio da união dos nossos recursos, pela recuperação das águas e das terras e sua devolução para o terreno do comum, podemos começar a separar nossa reprodução dos fluxos mercantis que, em consonância com o mercado mundial, são culpados pela despossessão em outras partes do planeta. Graças a isso, poderíamos liberar nossos modos de vida, não só do mundo mercantil, mas também da maquinaria da guerra e do sistema carcerário que sustentam a hegemonia desse sistema. Não menos importante seria a superação da solidariedade abstrata que com frequência caracteriza as relações dentro dos nossos movimentos e que limitam, de um lado, nossos compromissos e capacidade de durar muito, e, de outro, os riscos que estamos decididas a enfrentar.

Não há dúvida de que esta é uma tarefa formidável que só pode ser realizada por meio de um processo de aumento da consciência a longo prazo, de intercâmbio intercultural e de construção coletiva, junto a todas as comunidades que nos Estados Unidos estão interessadas em reivindicar a recuperação da terra do ponto de vista vital, começando pelas nações indígenas americanas originárias. E ainda que essa tarefa pareça mais complicada do que fazer um camelo passar pelo fundo da agulha, também é a única condição que pode ampliar nossos espaços de autonomia, evitar que continuemos a alimentar o processo de acumulação capitalista e rechaçar a ideia de que nossa reprodução deve acontecer às custas do resto dos comuns (ou comuneiros) e dos bens comuns do planeta.

A RECONSTRUÇÃO FEMINISTA

O sentido de abordar esses desafios está muito bem definido na obra de Maria Mies, quando a autora assinala que a produção dos comuns requer antes de tudo uma profunda transformação do nosso modo de vida cotidiano, com o objetivo principal de rearticular aquilo que no capitalismo foi separado pela divisão social do trabalho. A brecha aberta entre produção, reprodução e consumo nos leva a ignorar em que condições são produzidas as mercadorias que comemos, vestimos ou com as quais trabalhamos, ignorar seu custo social e ambiental e o destino das populações sobre as quais são despejados todos os desperdícios que produzimos (Bennholdt-Thomsen; Mies, 1999, p. 141).

Em outras palavras, precisamos superar o estado de negação constante e de irresponsabilidade em relação às consequências de nossas ações, resultado das estruturas destrutivas sobre as quais se organiza a divisão social do trabalho dentro do capitalismo. Sem isto, a produção da nossa vida se transforma, inevitavelmente, na produção da morte para outros. Como assinala Mies, a globalização piorou essa crise, aumentando a distância entre o que é produzido e o que é consumido e intensificando nossa cegueira frente ao sangue que cobre os alimentos que consumimos, as roupas que vestimos e os computadores com os quais nos comunicamos, apesar do aumento aparente da interconectividade global (ibidem).

É na superação desse esquecimento que uma perspectiva feminista pode nos mostrar como começar nossa reconstrução a partir dos comuns. Não há comum possível a não ser que nos neguemos a basear nossa vida e nossa reprodução no sofrimento de outros, a não ser que rechacemos a visão de um “nós” separado de um “eles”. De fato, se o comum tem algum sentido, este deve ser a produção de nós mesmos como sujeito comum. Esse é o significado que devemos obter do slogan “não há comuns sem comunidade”. Mas entendendo “comunidade” não como uma realidade fechada, como um grupo de pessoas unidas por interesses exclusivos que as separam dos outros, como comunidades baseadas na etnicidade ou na religião. Comunidade entendida como um tipo de relação baseada nos princípios de cooperação e de responsabilidade: entre uns e outros e em relação às terras, às florestas, aos mares e aos animais.

É certo que a conquista desse tipo de comunidade, como também a coletivização do nosso trabalho reprodutivo cotidiano, é só um começo. Não substitui campanhas antiprivatização mais amplas nem a reconstrução do acervo coletivo. Mas constitui uma parte essencial do processo da nossa educação para a gestão coletiva e para o reconhecimento da história como um projeto coletivo – principal vítima da era neoliberal capitalista.

Para isso, devemos incluir na agenda política a partilha e a coletivização do trabalho doméstico, revivendo a rica tradição feminista estadunidense, que engloba desde os experimentos dos socialismos utópicos de meados do século XIX até as tentativas das “feministas materialistas”, do final do século XIX a meados do século XX, de reorganizar e socializar o trabalho doméstico e, em consequência, o lar e a vizinhança, por meio do trabalho doméstico coletivo – esforços que continuam até 1920, quando a “caça às bruxas” anticomunista acabou com eles (Hayden, 1986). Convém revisar e revitalizar essas práticas e a capacidade que as feministas tiveram no passado de identi-

ficar o trabalho reprodutivo como uma esfera importante da atividade humana – não para negá-lo, mas sim para revolucioná-lo.

Uma razão crucial para criar formas coletivas de vida é que a reprodução dos seres humanos consiste no trabalho mais intensivo que existe sobre a face da Terra, a tal ponto que se mostrou um trabalho irreduzível à mecanização. Não podemos mecanizar o cuidado das crianças ou dos doentes, ou o trabalho psicológico necessário para reintegrar nosso equilíbrio físico e emocional. Apesar dos esforços dos industriais futuristas, não podemos robotizar o “cuidado” senão com um custo terrível para as pessoas afetadas. Ninguém aceitará “enfermeiras robôs” no papel de cuidadoras, especialmente no caso das crianças e dos doentes. A responsabilidade compartilhada e o trabalho cooperativo, em que o cuidado não se dê às custas da saúde daquelas que o provêm, são a única garantia de um cuidado adequado. Durante séculos a reprodução dos seres humanos foi um processo coletivo. Supunha o trabalho compartilhado de famílias e comunidades extensas, nas quais as pessoas podiam confiar, especialmente entre proletários, inclusive quando se tratava de pessoas que viviam sozinhas. Graças a isso, a idade avançada não era acompanhada pela solidão e pela dependência que muitos de nossos idosos vivenciam hoje. Foi o advento do capitalismo que produziu a privatização da reprodução, um processo que chegou ao extremo, que está destruindo nossas vidas. Precisamos mudar isso, se quisermos colocar um fim na contínua desvalorização e fragmentação de nossas vidas.

Nossos tempos são propícios para esse tipo de iniciativas. Neste momento em que a atual crise capitalista está destruindo os elementos básicos necessários para a reprodução de milhões de pessoas no mundo todo, inclusive nos Estados Unidos, a reconstrução da vida cotidiana é uma possibilidade e uma necessidade. Como se fossem chicotadas, as crises econômico-sociais rompem a disciplina do trabalho assalariado, nos obrigando a criar novas formas de sociabilidade. Um exemplo claro é o que ocorreu durante a Grande Depressão, que produziu o movimento dos *hobo-men*¹⁶, que converteram os trens de mercadoria em seu comum, dentro da busca de liberdade na mobilidade e no nomadismo (Caffentzis, 2006). Nos entroncamentos das linhas ferroviárias, eles organizavam seus *hobo-jungles*, prefigurações do mundo comunista no qual acreditavam muitos de

16. O termo *hobo-men* se refere originalmente aos trabalhadores que não se ajustam ao conceito de trabalhadores sazonais já que, em princípio, não partem de um lugar de residência para onde regressam, mas vivem sempre em viagem. Já se denominava assim os ex-combatentes da Guerra de Secessão que, ao regressar para casa, não encontravam nada e buscavam trabalho nas redondezas, afastando-se cada vez mais conforme as necessidades e usando como meios de transporte a viagem à pé e a carona nos trens, viajando neles sem bilhetes e nos vagões de carga. Esse fenômeno cresceu muito a partir de 1929, nos anos da Grande Depressão, quando a falta de emprego e a escassez de condições materiais levaram muitos para as estradas. Existia um código de comportamento entre os *hobo-men*, baseado no trabalho, na ajuda mútua e nos coletivos construídos continuamente (*hobo-jungles*). [N. da T.]

seus habitantes, com suas regras de autogestão e solidariedade (Anderson, 2003; Caffentzis, 2006). De qualquer modo, apesar de algumas “*boxcar Berthas*”¹⁷, este era um mundo predominantemente masculino, uma fraternidade de homens não sustentável a longo prazo. Uma vez que a crise econômica e a guerra chegaram ao fim, os *hobo-men* foram domesticados graças a dois mecanismos de fixação do trabalho: a família e a casa. Consciente do perigo que implicava a reconstrução da classe trabalhadora, o capital norte-americano destacou-se na aplicação dos princípios característicos da organização da vida econômica capitalista: cooperação nos pontos produtivos, separação e atomização na esfera reprodutiva. O modelo familiar de casas feitas em série e separadas, desenhado e promovido por Levittown¹⁸, e exacerbado pelo seu apêndice umbilical, o carro, não apenas tornou os trabalhadores sedentários, como acabou com o tipo de *comuns* que os trabalhadores autônomos criaram nas *hobo-jungles* (Hayden, 1986). Hoje em dia, quando milhões de casas e de automóveis estão sendo retomados por credores, quando a execução de hipotecas, os despejos e o desemprego em massa estão quebrando novamente os pilares da disciplina capitalista do trabalho, nos encontramos com novos campos para o *comum* em pleno desenvolvimento, como as cidades formadas por barracas que se estão estendendo de uma costa a outra. Desta vez, são as mulheres que devem construir os novos comuns, para que eles não constituam meros espaços de transição ou zonas temporalmente autônomas, mas que se desenvolvam plenamente como novas formas de reprodução social.

Se a casa é o *oikos* sobre o qual se constrói a economia, então são as mulheres, tradicionalmente as trabalhadoras e as prisioneiras domésticas, que devem tomar a iniciativa de reivindicar o lar como centro da vida coletiva, de uma vida perpassada por diferentes pessoas e formas de cooperação, que proporcione segurança sem isolamento e sem obsessão, que permita o intercâmbio e a circulação de posses comunitárias e, sobretudo, que lance as bases para o desenvolvimento de novas formas coletivas de reprodução. Como se assinalou anteriormente, podemos extrair ensinamentos e inspiração para esses projetos das “feministas materialistas” do século XIX, que, convencidas de que o espaço doméstico implicava em um “componente espacial na opressão das mulheres”, organizaram cozinhas comuns e casas cooperativas, lançaram apelos ao controle da reprodução por parte dos trabalhadores (Hayden, 1986, p. 230). Esses objetivos foram cruciais para o presente: a ruptura com o isolamento da vida no

17. *Boxcar Bertha* (1972) é uma adaptação que Martin Scorsese fez de *Sister of the Road*, a autobiografia ficcional da andarilha radical Bertha Thompson. [*Boxcar Bertha* é o nome que se costumava dar às mulheres do movimento dos *hobo-men*. N. da T.]

18. Levittown é o nome de quatro grandes conjuntos de casas construídos em subúrbios nos Estados Unidos pela empresa Levitt, depois da Segunda Guerra Mundial, para assentar os veteranos e suas famílias. Eram milhares de casas iguais, com cercas brancas de madeira, jardim e cozinha moderna. As vendas começaram em 1947 e nas primeiras três horas foram vendidas 1400 casas. [N. do E.]

lar não é apenas uma condição para a realização das nossas necessidades básicas e o incremento da nossa força frente aos empresários e ao Estado. Como argumenta Massimo de Angelis, também é uma proteção que enfrenta o desastre ecológico: não há dúvida alguma sobre as consequências destrutivas e antieconômicas da multiplicação de ativos reprodutivos e moradias atomizadas, que hoje em dia chamamos de casas, lugares que soltam calor para a atmosfera no inverno, nos expondo a um calor insuportável no verão. Mas, o mais importante é que não poderemos construir uma sociedade alternativa e um movimento forte capaz de ser reproduzido a não ser que se redefina a reprodução humana em termos mais cooperativos e se elimine a separação entre o pessoal e o político, entre o ativismo político e a reprodução da vida cotidiana.

Chegando a este ponto, resta assinalar ou esclarecer que atribuir às mulheres essa tarefa de partilha ou coletivização da reprodução não é nenhuma concessão à visão naturalista de “feminilidade”. Compreensivelmente, muitas feministas veriam esta possibilidade como “um destino pior que a morte”. Está profundamente esculpido em nossa consciência que as mulheres foram designadas como o comum dos homens, como uma fonte de riqueza e serviços colocados à sua disposição, do mesmo modo como os capitalistas se apropriaram da natureza. Mas, citando Dolores Hayden, a reorganização do trabalho reprodutivo e, conseqüentemente, a reorganização da estrutura domiciliar e do espaço público, não é uma questão de identidade, é uma questão de trabalho e, poderíamos acrescentar, uma questão de poder, segurança e proteção (Hayden, 1986, p. 230). Aqui é o caso de recordar a experiência das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil, que, quando suas comunidades conquistaram o direito de manter-se nas terras que tinham ocupado, insistiram que as novas casas deveriam ser construídas formando um conjunto, para que pudessem continuar compartilhando seus trabalhos domésticos, lavar juntas, cozinhar juntas e fazer turnos com os homens, como haviam feito durante o decorrer da luta, e para estar preparadas para acudir, dar apoio mútuo e prestar socorro em caso de agressão por parte dos homens. Afirmar que as mulheres devem tomar as rédeas na coletivização do trabalho reprodutivo e da estruturação das moradias não significa naturalizar o trabalho doméstico como uma vocação feminina. É rejeitar a obliteração das experiências coletivas, do conhecimento e das lutas que as mulheres acumularam em relação ao trabalho reprodutivo, e cuja história é parte essencial de nossa resistência ao capitalismo. Hoje em dia, tanto para as mulheres como para os homens, é crucial dar um passo e reconectar nossa realidade com essa parte da história, para dismantelar a arquitetura de gênero em nossas vidas e reconstruir nossos lares e nossas vidas como comuns.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Nels. *Men on the Move*. Chicago: Chicago University Press, 1998.
- ANDREAS, Carol. *When Women Rebel: The Rise of Popular Feminism in Peru*. Westport: Lawrence Hill & Company, 1985.
- BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika; MIES, Maria. *The Subsistence Perspective: Beyond the Globalised Economy*. Londres: Zed Books, 1999. p. 141.
- BOLLIER, David. *Silent Theft: The Private Plunder of Our Common Wealth*. Londres: Routledge, 2002.
- CAFFENTZIS, George. "Enclosure, Commons and Primitive Accumulation: Another Temporal Dimension of Class Struggle", documento apresentado no encontro anual da Associação de Estudos Internacionais (ISA). San Diego, California, mar. 2006.
- CARLSSON, Chris. *Nowtopia*. Oakland: AK Press, 2008.
- Cash Shares or Share-Croppers? *Fishermen's Voice*, v. 14, n. 12, dez. 2009.
- DEPASTINO, Todd. *Citizen Hobo: How a Century of Homelessness Shaped America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- FEDERICI, Silvia. *Caliban and the Witch*. Nova York: Autonomedia, 2004.
- _____. Women, Land Struggles, and the Reconstruction of the commons. *WorkingUSA: The Journal of Labor and Society*, v. 14, n. 1, p. 41-56, mar. 2011.
- FERNÁNDEZ, Margarita. *Cultivating Community, Food and Empowerment: Urban Gardens in New York City*. Dissertação (Mestrado) – Hixon Centre for Urban Ecology/ Yale University, New Haven, 2003, p. 23-26.
- FISHER, Jo. *Out of the Shadows: Women, Resistance and Politics in South America*. Londres: Latin American Bureau, 1993.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- _____. *Multitude: War and Democracy in the Age of Empire*. Londres: Penguin Books, 2004.
- _____. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- HAYDEN, Dolores. *The Grand Domestic Revolution*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- _____. *Redesigning the American Dream: The Future of Housing, Work and Family Life*. Nova York: W. W. Norton and Company, 1986.
- LINEBAUGH, Peter. *The Carta Magna Manifesto: Liberties and Commons for All*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- PODLASHUC, Leo. Saving Women: Saving the Commons. In: Salleh, Ariel (Org.). *Eco-Sufficiency and Global Justice: Women Write Political Ecology*. Londres: Pluto Press, 2009.
- SALLEH, Ariel (org.). *Eco-Sufficiency and Global Justice*. Nova York/Londres: Macmillan Palgrave, 2009.
- WEINBERG, Bill; WILSON, Peter L. *Avant Gardening: Ecological Struggle in the City & the World*. Nova York: Autonomedia, 1999.
- Why it still pays to study medieval English landholding and Sahelian nomadism. *The Economist*, 31 jun. 2008. Disponível em: <www.economist.com/financePrinterFriendly.cfm?story_id=11848182>. Acesso em: 5 nov. 2014.

SOBRE AS AUTORAS

CLARISSE PARADIS é formada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). É mestre e doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem-UFMG). A autora tem contribuído com estudos e debates sobre o feminismo na América Latina, principalmente em relação à atuação dos órgãos de políticas para as mulheres e à trajetória dos movimentos de mulheres na região. Também é militante feminista e integrante da Marcha Mundial das Mulheres.

DANIÈLE KERGOAT é socióloga, diretora de pesquisa emérita do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) [Centro Nacional de Pesquisa Científica], na França. Ela participou da criação, em 1983, do Groupe d'étude sur la division sociale et sexuelle du travail (GEDISST) [Grupo de estudos sobre a divisão social e sexual do trabalho], que é um laboratório do CNRS centrado no trabalho e nas relações sociais de sexo, e do Réseau thématique 24 [Grupo temático 24], da Association Française de Sociologie [Associação Francesa de Sociologia], intitulado “Genre, classe, race. Rapports sociaux et construction de l'altérité” [Gênero, classe, raça. Relações sociais e construção da alteridade]. Além disso, ela é diretora da coleção Le Genre du Monde, da editora La Dispute.

Suas pesquisas investigam o gênero e as relações sociais de sexo, o trabalho, os movimentos sociais, a capacidade de agir. Publicou numerosas obras, sendo a última *Se battre, disent-elles* [Lutar, dizem elas], La Dispute, 2012, ainda inédito em português.

FERNANDA SUCUPIRA é jornalista formada pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em Gênero e Igualdade nas Políticas Públicas pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Atualmente é mestranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisa os efeitos da divisão sexual do trabalho sobre os usos do tempo das mulheres urbanas de baixa renda. É membro e consultora da ONG Repórter Brasil, contribuindo na elaboração de publicações sobre migrações, trabalho escravo, tráfico de pessoas e trabalho infantil. Como representante dessa organização, participou do Grupo de Trabalho Interministerial, do governo federal, que elaborou o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Foi repórter da editoria de direitos humanos da Agência Carta Maior, diplomada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) como Jornalista Amiga da Criança.

RENATA MORENO é graduada em Ciências Sociais pela USP e mestre em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC), onde estudou as contribuições do feminismo para a economia. Integra a equipe técnica da SOF desde 2005. Com Nalu Faria, organizou publicações da SOF, como os Cadernos Sempreviva: *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres* (2010) e *Análises feministas: outros olhares sobre a economia e a ecologia* (2012). Integra a Rede Economia e Feminismo (REF) e faz parte da coordenação nacional da Marcha Mundial de Mulheres.

SARAH DE ROURE é historiadora, formada pela Universidade de Brasília (UnB), e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidad del País Vasco, onde participou do projeto “Avanzar hacia una agenda transformadora de cooperación para el desarrollo a través de los movimientos sociales”. Entre seus artigos publicados estão “Origens históricas do feminismo socialista e as mulheres na Rússia revolucionária” (2013) e “La construcción de la Marcha Mundial de las Mujeres: formas organizativas y sostenimiento de nuestro movimiento” (2012). É militante da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo.

SILVIA FEDERICI é professora da Hofstra University, em Nova York. Militante feminista desde 1960, participou ativamente dos debates internacionais sobre a condição e a remuneração do trabalho doméstico. Durante a década de 1980, trabalhou vários anos como professora na Nigéria, onde foi testemunha de uma onda de ataques neoliberais sobre os bens comuns. Ambas trajetórias convergem em duas de suas obras, publicadas em espanhol pela editora Traficantes de Sueños, *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria* (2010) e *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas* (2013).

SONIA COELHO é assistente social e educadora popular. Integra a equipe da SOF desde 1988, na qual realiza atividades de formação e articulação com mulheres sobre temas como feminismo, enfrentamento da violência, trabalho e autonomia econômica, políticas públicas, entre outros. Integra a coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, representando-a em processos de articulação política com movimentos sociais, diálogos e negociação com o poder público. Faz parte do Conselho da Cidade no município de São Paulo desde 2013.

SONIA E. ALVAREZ é diretora do Centro de Estudos Latino-americanos, Caribenhos e Latinos e Professora Titular de Ciência Política na Universidade de Massachusetts-Amherst nos Estados Unidos. Publicou diversos trabalhos sobre movimentos sociais, feminismo, ONGs/sociedade civil, ativismo transnacional e democratização. Intelectual-militante feminista, antirracista e altermundista, participou do movimento feminista de latinas / “mulheres de cor” e outros movimentos nos Estados Unidos. Desde os anos 1980 se relaciona intensamente com os movimentos de mulheres e feministas brasileiros, latino-americanos e globais, além de realizar pesquisas sobre e com esses movimentos. Atualmente desenvolve estudos sobre a transversalidade das ideias e práticas feministas em relação a outros movimentos sociais e sobre os (des)encontros do feminismo e o antirracismo no Brasil. Coordena uma rede internacional de pesquisa e ação sobre os protestos globais dos anos 2010.

TAÍS VIUDES DE FREITAS é socióloga, formada em Ciências Sociais pela USP e mestre em Sociologia pela Unicamp. Atualmente é doutoranda em Sociologia também pela Unicamp, onde estuda os desafios da articulação entre a vida familiar e a profissional das trabalhadoras no contexto de flexibilização das relações de trabalho. Entre suas publicações em parceria com a SOF, destacam-se *Economia feminista e soberania alimentar: avanços e desafios* (2014); “Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina” (no livro *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*, 2008) e *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado* (coautoria com Maria Lúcia Silveira, 2007).

TÁLI PIRES DE ALMEIDA é graduada em Ciências Sociais pela USP e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da mesma universidade. Estudou temas relacionados a globalização, migração internacional, indústria da confecção e divisão sexual do trabalho. É militante da Marcha Mundial das Mulheres em São Paulo.

TRADUTORAS

MICHELLE REDONDO é doutoranda em Ciência Política na Université Paris 8 Saint-Denis, na França, e em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Brasil. Estuda o trabalho do *care* realizado pelas babás.

LUIZA MANÇANO é graduanda em Letras na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Estuda a construção do sujeito feminino em romances da literatura espanhola. É militante da Marcha Mundial das Mulheres.



Secretaria de
Políticas para as Mulheres



www.sof.org.br

ISBN 978-85-86548-23-9



9 788586 548239